

DO LUTO

Eblin Farage
(ORG.)

TRAJETÓRIAS DE MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DO
ESTADO NO CONJUNTO DE
FAVELAS DA MARÉ

À

LUTA



ESTA OBRA, CONSTRUÍDA NUMA PARCERIA

entre a Redes da Maré — através da Casa das Mulheres — e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF, se insere em um movimento de resistência, reunindo os testemunhos de mulheres com subjetividades, que carregam desejos, medos, memórias e esperança. Ao longo destas páginas, encontram-se histórias que questionam as estruturas de poder, denunciam injustiças e reafirmam a importância das mulheres na reivindicação de seus direitos. Não se trata apenas de recordar as vidas que foram interrompidas, mas de afirmar que essas vidas importam e que suas memórias serão preservadas.

Aqui se oferece uma perspectiva da sociedade civil, que insiste em ser um diferencial na vida dos moradores do conjunto de favelas da Maré. Além disso, enfrenta as atrocidades cometidas pelo Estado, seja pela negligência, pela ação violenta direcionada ou pelas escassas e precárias políticas públicas implementadas no território, que resultam na negação de direitos. Trata-se de uma história que nasce e se desenvolve a partir da mobilização comunitária, da incidência política e do investimento social e político nos moradores da Maré.

PATROCÍNIO:

Deloitte.

ONS

Operador Nacional
do Sistema Elétrico

PREFEITURA
RIO

Cultura

REALIZAÇÃO:


NEPFE

uff Universidade
Federal
Fluminense

rede da **maré**

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS

Redes da Maré

Casa das Mulheres da Maré

Núcleo de Estudos e Pesquisas
sobre Favelas e Espaços Populares
(NEPFE/UFF)

COORDENAÇÃO DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ

Julia Leal

Mariana Aleixo

Myllenne Fortunato

COORDENAÇÃO DO NEPFE/UFF

Eblin Farage

EQUIPE SOCIAL DO GRUPO MULHERES EM MOVIMENTO DA MARÉ

Dayana Christina Ramos
de Souza Juliano

ASSISTENTE SOCIAL DE JULHO DE 2023
A DEZEMBRO DE 2024

Isabel Barbosa

ASSISTENTE SOCIAL A PARTIR
DE JANEIRO DE 2025

EQUIPE DE PESQUISA

Eblin Farage

PESQUISADORA DO NEPFE E
COORDENADORA GERAL DA PESQUISA

Thais Gomes

PESQUISADORA RESPONSÁVEL PELAS
ENTREVISTAS COM AS MULHERES

Júlia de Moraes Gomes

PESQUISADORA DO NEPFE E ASSISTENTE
DE PESQUISA

Melissa Guimarães Pereira Muniz

PESQUISADORA DO NEPFE E ASSISTENTE
DE PESQUISA

EQUIPE DAS OFICINAS COM AS MULHERES EM MOVIMENTO DA MARÉ (PESQUISADORES DO NEPFE)

Eblin Farage

Anna Beatriz Vieira da Fonseca

Bruna Lira Ventura Ribeiro

Júlia de Moraes Gomes

Marcos Paulo Henriques Maricato

Melissa Guimarães Pereira Muniz

Náthaly D'Almada do Espírito Santo

Rayane da Silva Oliveira Damasceno

Renan Silva Gomes

Tirza Costa de Castro

Thaís Moreira Henud

Vanice Hilário Ferreira

MULHERES ENTREVISTADAS

Bruna da Silva

Djanicy Conceição Ribeiro (Deja)

Hortencia Alves dos Santos (Lili)

Irone Maria Santiago

Jaqueline Tomás Santos

Margareth Pratti Vieira

Neilde Gomes Barcelos

Vania Silva

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SECRETARIA
MUNICIPAL DE CULTURA APRESENTAM

DO

Eblin Farage
(ORG.)

LUTO

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DO
ESTADO NO CONJUNTO DE
FAVELAS DA MARÉ**

À

LUTA



mórula
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

REVISÃO
Marília Pereira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
(CIP) DE ACORDO COM ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB 8/9410

L974

Do luto à luta: trajetórias de mulheres vítimas de violências
do Estado no Conjunto de Favelas da Maré / organizado por
Eblin Farage. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2025.
228 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-6128-102-7

1. Mulheres. 2. Violência. 3. Conjunto de favelas da Maré. 4.
Luto. 5. Luta. 6. Favela. I. Farage, Eblin. II. Título.

2025-1298

CDD: 305.42

CDU: 396

Índice para catálogo sistemático:

1. Mulheres 305.42


2. Mulheres 396



Rua Teotônio Regadas 26 sala 103

20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ

www.morula.com.br _ contato@morula.com.br

 morulaeditorial  morula_editorial

SUMÁRIO

PRÓLOGO

CAMINHOS QUE LEVARAM A MUITAS LUTAS_7

Eliana Sousa Silva

APRESENTAÇÃO

A CASA DAS MULHERES DA MARÉ E O MULHERES EM MOVIMENTO DA MARÉ: UMA HISTÓRIA DE FORTALECIMENTO NA LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES_11

Julia Leal · Myllenne Nascimento Fortunato

INTRODUÇÃO

QUANDO A UNIVERSIDADE PÚBLICA EXTRAPOLA OS MUROS: A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DO ESTADO_21

Eblin Farage

1 MULHERES EM MOVIMENTO: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS NA MARÉ FRENTE À VIOLÊNCIA ARMADA_29

Isabel Barbosa

2 MOVIMENTAÇÕES DE MULHERES DA MARÉ POR VIDAS NEGRAS_43

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano

3 ORGANIZAÇÃO POPULAR E INCIDÊNCIA POLÍTICA NO SISTEMA JUDICIÁRIO: A LUTA PELO DIREITO À VIDA NA MARÉ_59

Camila Barros Moraes

4 HISTÓRIAS EM MOVIMENTO: A TRAJETÓRIA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ARMADA_77

por Thais Gomes

- 5 PANORAMA SOBRE AS VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS E OS DESAFIOS NO ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL JURÍDICO NO PROJETO MARÉ DE DIREITOS DO EIXO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA_ 115**
Handy Silva Rosa Barbosa · Luca Renan Ferreira Lima
Marcela Teles Andrade Cardoso
- 6 SAÚDE MENTAL E RESISTÊNCIA: A VOZ DE MULHERES NEGRAS COMO FERRAMENTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA E REINVENÇÃO DA VIDA_ 135**
Anna Karollina Silva Alencar
- 7 (IN)JUSTIÇAS REPRODUTIVAS: O QUE É SER MÃE NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ?_ 155**
Carla de Castro Gomes · Brenda Vitória Pacifico Pinto
- 8 GRUPOS DE MÃES DO RJ: UMA EXPRESSÃO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA E DO ENFRENTAMENTO AO LUTO_ 171**
Eblin Farage · Thaís Gomes · Júlia de Moraes Gomes
Melissa Guimarães Pereira Muniz
- 9 OFICINAS QUE CONSTROEM CAMINHOS PEDAGÓGICOS PARA O TRABALHO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DO ESTADO_ 185**
Eblin Farage · Anna Beatriz Vieira da Fonseca · Bruna Lira Ventura Ribeiro
Júlia de Moraes Gomes · Marcos Paulo Henriques Maricato
Melissa Guimarães Pereira Muniz · Náthaly D'Almada do Espírito Santo
Rayane da Silva Oliveira Damasceno · Renan Silva Gomes
Tirza Costa de Castro · Thaís Moreira Henud · Vanice Hilário Ferreira
- 10 A INCIDÊNCIA POLÍTICA QUE BUSCAMOS: CAMINHOS DE MOBILIZAÇÃO_ 201**
Eblin Farage · Thaís Gomes

PRÓLOGO

CAMINHOS QUE LEVARAM A MUITAS LUTAS

Eliana Sousa Silva

Minha chegada na Nova Holanda, uma das 15 favelas da Maré, aconteceu no início da década de 1970, quando eu ia completar sete anos. Minha mãe, meu pai, minhas quatro irmãs e meu irmão migramos sonhando por possibilidades concretas de uma vida com mais acessos, no Rio de Janeiro, no campo dos direitos mais básicos.

Desejávamos encontrar um lugar com água potável, coleta de esgoto, drenagem, escolas e vários outros serviços públicos que não existiam na minha cidade natal, Serra Branca, na Paraíba. Ao chegarmos a Nova Holanda, nos deparamos com uma realidade repleta de necessidades e com a ausência dos mesmos direitos que viemos buscar. Assim, desde cedo, comecei a participar de reuniões com meus pais, organizadas por grupos de moradores que se mobilizavam para exigir a implementação de serviços públicos, entre outras demandas.

Esses grupos se organizavam com base em suas necessidades e, especialmente o de mulheres, teve um papel significativo em diversas lutas. Entre as suas realizações, destacamos a implementação da primeira rede de fornecimento de água potável, conquistada após intensa pressão sobre as autoridades. Além dos desafios concretos, à época, houve uma articulação com outros movimentos sociais que buscavam direitos, com foco nas demandas de mulheres que vivem em favelas. Um exemplo

disso é a participação de representantes da Associação de Moradores da Nova Holanda no III Encontro Latino-Americano e Caribenho que aconteceu em Bertioga — São Paulo, em 1985.

Ao longo da jornada até aqui pude testemunhar a força e a importância das mulheres em todo processo que, no tempo, resultou na concretização de lutas que nos trouxeram até o presente momento. Percebo que fui bebendo dessas fontes e nessa militância ampliada concorri pela Chapa Rosa, em 1984, como candidata a presidente, nas eleições da Associação e Moradores de Nova Holanda. Eu tinha 22 anos, estudava Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e me lembro do meu desejo profundo de contribuir com as mudanças tão necessárias para se efetivar direitos no território.

O processo eleitoral que me elegeu, o primeiro com eleições diretas na história da Nova Holanda, foi inesquecível. A eleição foi marcada pela participação massiva dos moradores, tendo envolvimento grande dos grupos comunitários já atuantes. Uma experiência determinante para tudo que temos conseguido realizar até os dias atuais na perspectiva de efetivar direitos para os 140 mil moradores que hoje vivem nas 15 favelas da Maré. Sem dúvida, uma vivência que me levou à compreensão e ao aprofundamento das complexas características do meu lugar de origem e da cidade de forma ampla.

É nessa perspectiva que nos anos de 1990 me dedico a uma atuação abrangente na região da Maré, construindo um processo político metodológico considerando a necessidade de organizar os processos de lutas para incidência e efetivação de direitos. De forma sistemática, poderíamos continuar olhando para as demandas de primeira geração que já tinham feito parte das lutas na Associação de Moradores, voltadas para o acesso e manutenção dos serviços de água, energia, asfalto, telefonia, habitação, equipamentos de educação, saúde, dentre outros.

Mas, era o momento de avançarmos e olharmos para as necessidades de segunda geração com a ampliação do cardápio de possibilidades e de melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos públicos.

Aumentar os níveis de escolaridade até o ensino superior, garantir o acesso a línguas estrangeiras e outros cursos que permitissem o acesso a empregos de maior qualidade técnica.

Nesse percurso, chegamos aos anos 2000 olhando para o que denomino de direitos de terceira geração, que vai considerar as subjetividades e identidades dos sujeitos, reconhecendo a necessidade do direito à diferença, em todas as suas dimensões. Também, a luta pelo direito de viver e não sofrer o conjunto de violações que pessoas de favelas, comumente sofrem. Questões vinculadas ao gênero, à etnia, à sexualidade, à segurança, a um meio ambiente saudável, enfim, aos direitos humanos, *lato sensu*, definem a agenda que levamos até hoje no nosso fazer a partir da Redes da Maré.

A Redes da Maré é uma instituição de base comunitária, a qual foi tecida ao longo dos anos, tendo como base as lutas empreendidas desde a década de 1970. Uma organização feminina que forja iniciativas como a Casa das Mulheres da Maré, em que uma das suas missões é afirmar a relevância das mulheres na efetivação de qualquer direito já conquistado nas favelas da Maré. Mais do que isso, um espaço de produzir conhecimento, articular, mobilizar, agir e incidir para que mulheres, na sua pluralidade, possam melhorar suas condições de vida e existência. É nesse contexto que o presente livro se insere.

APRESENTAÇÃO

A CASA DAS MULHERES DA MARÉ E O MULHERES EM MOVIMENTO DA MARÉ UMA HISTÓRIA DE FORTALECIMENTO NA LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

Julia Leal

Myllenne Nascimento Fortunato

Por mais de duas décadas, a Redes da Maré tem sido uma organização fundamental na defesa dos direitos dos moradores das quinze favelas que compõem o conjunto da Maré, no Rio de Janeiro. Seu compromisso com a justiça social se manifesta na promoção da cidadania, no fortalecimento das organizações comunitárias e na formulação de políticas públicas que reconhecem as especificidades e desafios vividos nas favelas. O trabalho da Redes se estrutura em 5 eixos: Educação; Arte, Cultura, memórias e identidades; direito à segurança pública e acesso à Justiça; Direito à saúde e direitos Urbanos e Socioambientais; 3 equipamentos inteiros, com campos de atuação que transversalizam os 5 eixos de atuação: Casa das Mulheres da Maré, que trabalha a questão de gênero no território, Casa Preta da Maré, que coloca a raça como marcador social importante no trabalho da Redes; Espaço Normal, um

espaço de referência sobre drogas com a perspectiva da Redução de Danos. Em um território historicamente marcado pela desigualdade, sua atuação se estabelece não apenas como uma resposta às ausências e falhas do Estado, mas também como um projeto político de resistência e reconfiguração das relações de poder.

A Maré é um território complexo e heterogêneo. Seus becos e ruas guardam histórias de luta, resistência e solidariedade, mas também de dor e violência. A ausência e/ou precariedade de serviços públicos adequados e a constante criminalização da favela moldam o cotidiano de seus moradores, que enfrentam desafios diários para garantir sua dignidade. É nesse contexto que a Redes da Maré se insere, promovendo ações que não apenas buscam ampliar o acesso a direitos, mas que também reafirmam a favela como um espaço legítimo de vida, cultura e memória. O reconhecimento da Maré como um território de criação e inovação social é essencial para a desconstrução dos estereótipos que frequentemente recaem sobre seus moradores, associando-os à violência e à informalidade.

A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do país, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Formada por 15 favelas, abriga cerca de 140 mil moradores, sendo que 62% se declaram pretos e pardos e 51% são mulheres (Redes da Maré, 2019). Quase metade das mulheres (45%) são mães solo, o que significa que carregam um peso desproporcional para criar seus filhos, com muitas vivendo em unidades domésticas estendidas. Muitos moradores têm baixos (embora crescentes) níveis de educação e trabalham formal ou informalmente.

O território é afetado por altos níveis de pobreza, desigualdade, violência armada e insegurança pública. A oferta de serviços e políticas públicas na região é insuficiente e precarizada, resultando em moradores não conseguindo acessar direitos básicos. Ao mesmo tempo, a Maré abriga múltiplas lutas, protestos e resistências, assim como uma grande rede de iniciativas e organizações da sociedade civil.

O cenário sobre as experiências de gênero na Maré é desafiador, especialmente quanto a múltiplas formas de violências que se conectam com

a violência urbana, a violência armada e as desigualdades socioespaciais. Pesquisas realizadas pela Redes da Maré em parceria com a UFRJ e a *King's College London* (Krenzinger et al., 2018; McIlwaine et al., 2021) mostram que 57% de suas interlocutoras experimentaram uma ou mais formas de violência direta de gênero no âmbito privado e na esfera pública (34% física, 30% sexual e 45% psicológica), com mulheres negras sendo mais propensas a sofrer violências (69% das mulheres pretas em comparação com 55% das pardas e 50% das que se identificam como brancas). Quase metade (47%) da violência foi perpetrada por parceiros íntimos. Significativamente, apenas 52% das mulheres que sofreram violência direta de gênero denunciaram ou falaram sobre o ocorrido. Elas recorreram principalmente a canais informais e apenas 2,5% denunciaram as instituições como a polícia. Ademais, embora os homens sejam alvos diretos, as mulheres também são vítimas em incursões policiais, fogo cruzado e conflitos, sobretudo sendo impactadas emocionalmente pelo medo e luto que a violência armada gera.

Nesse contexto, a Casa das Mulheres da Maré surge como um espaço de acolhimento e articulação para mulheres faveladas, atuando na interseção entre gênero, território e justiça social. Sua existência se ancora na compreensão de que a violência de gênero não é apenas um fenômeno individual, mas uma expressão concreta de desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres, especialmente daquelas que habitam espaços periféricos. Além do suporte psicossocial, a Casa promove formações políticas e busca criar condições para que essas mulheres possam se organizar coletivamente e reivindicar seus direitos. O espaço se consolida como um local de fortalecimento comunitário, onde mulheres podem compartilhar suas experiências, encontrar acolhimento, possibilidades de qualificação profissional e geração de renda, iniciar ou resgatar estudos, e assim articular estratégias para transformar suas realidades.

A Casa tem como principal objetivo fortalecer o protagonismo e a atuação política das mulheres da Maré, incentivando a participação em redes de mobilização e estimulando a construção de narrativas próprias

sobre suas trajetórias e desafios. A atuação da Casa se desdobra em diferentes frentes, desde o suporte a mulheres em situação de violência até a promoção de cursos de formação e oficinas culturais, ampliando as possibilidades de empoderamento e autonomia das moradoras da Maré. Dessa forma, a Casa das Mulheres da Maré não é apenas um espaço de acolhimento, mas um espaço de articulação de lutas e produção de conhecimento, onde a coletividade e a troca de saberes se tornam ferramentas fundamentais na busca por direitos e justiça social. Dentro dessa missão está o Mulheres em Movimento da Maré, um projeto que se dedica ao acolhimento e à mobilização de mulheres que tiveram filhos e familiares vitimados pela violência do Estado, geralmente em operações policiais, e mulheres que sofrem outras violências, como as inúmeras negligências do poder público ante a ineficiências das políticas públicas do território.

A saber: as operações policiais realizadas na Maré e em outras favelas do Rio de Janeiro são ações sistemáticas de intervenção armada do Estado, justificadas sob o discurso do combate ao crime, mas que historicamente resultam em violações massivas de direitos humanos. Essas incursões ocorrem frequentemente em horários escolares, interrompendo aulas, fechando unidades básicas de saúde, colocando em risco a vida de crianças e adolescentes e privando os moradores de seus direitos básicos. Além disso, resultam em mortes de moradores, invasões de domicílios sem mandado judicial e um clima de terror permanente, agravando o sofrimento das famílias e perpetuando um ciclo de violência estatal contra a população negra e periférica. A letalidade por parte das forças de segurança, aliado à impunidade dos agentes envolvidos em execuções, demonstra que tais operações não têm como objetivo a proteção da população, mas sim o controle violento de territórios historicamente negligenciados por políticas públicas. Para que a segurança pública realmente atenda aos princípios democráticos e aos direitos humanos, é fundamental que esse modelo de intervenção seja interrompido e substituído por estratégias que promovam a redução da violência com base em inteligência, prevenção e diálogo com as comunidades, garantindo a vida e a dignidade de seus moradores.

No momento em que este texto está sendo escrito, está sendo votada no Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, também conhecida como “ADPF das Favelas”, que busca combater a elevada letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro. A ação questiona decretos estaduais que regulam a política de segurança pública e busca implementar medidas concretas e já previstas em lei para reduzir a violência policial e assegurar justiça às vítimas, tais como: a elaboração de um plano para redução da letalidade policial com ampla participação da sociedade civil; a proibição do uso de helicópteros como plataformas de tiro; maior rigor na emissão de mandados de busca e apreensão; restrições a operações policiais próximas a escolas e hospitais; transparência nos protocolos de ação policial; instalação de câmeras e GPS em viaturas e uniformes; e garantia de investigações independentes em casos de mortes causadas por policiais.

Nesse contexto de insegurança pública, o projeto Mulheres em Movimento da Maré busca ressignificar a dor dessas mulheres, e incentivá-las à luta política e à exigência por justiça. A história da Maré é indissociável da história das mulheres que a construíram. Foram elas que, desde as primeiras ocupações, garantiram a sobrevivência de suas famílias e organizaram as principais lutas por moradia, saneamento, educação e saúde. Mesmo que muitas vezes tenham sido invisibilizadas nos registros oficiais, são protagonistas da estruturação da vida comunitária e das redes de solidariedade que permitiram que a favela se estabelecesse como um espaço de resistência. A maternidade aparece aqui não apenas como um vínculo familiar, mas também como uma posição política: ser mãe na favela significa enfrentar a violência urbana e institucional, resistir à precariedade dos serviços públicos e sustentar a vida em condições muitas vezes adversas.

A violência do Estado atravessa gerações, impondo tragédias que se multiplicam e perpetuam o sofrimento de quem permanece. As mães que perderam seus filhos para a letalidade policial enfrentam não apenas a dor da perda, mas também a indiferença das instituições,

que criminalizam suas histórias e negam a sua dor. Essas mulheres são forçadas a reconstruir suas trajetórias sem qualquer suporte institucional e, muitas vezes, sem acesso à justiça. A violência que as atinge não se restringe à perda de seus filhos, mas se estende ao processo de silenciamento e estigmatização que as acompanha. O Mulheres em Movimento da Maré emerge desse cenário, criando um espaço de acolhimento e de mobilização, no qual essas mulheres podem compartilhar suas histórias, elaborar coletivamente o luto e transformar a dor em ação.

A memória tem um papel fundamental nesse processo. Narrar as histórias de vida interrompidas pela violência é também uma forma de resistência. Quando uma mãe se recusa a esquecer seu filho, ela desafia o apagamento imposto pelo Estado e reivindica seu direito à justiça. A preservação dessas memórias, seja por meio de relatos, manifestações públicas ou registros artísticos, é um ato político que confronta o discurso oficial e afirma a dignidade daqueles que foram brutalmente arrancados de suas famílias. A luta por justiça, nesse sentido, não se restringe à responsabilização dos autores da violência, mas inclui a reconstrução de narrativas e a reafirmação dos laços comunitários.

A negação sistemática de direitos fundamentais às mulheres da Maré se manifesta de forma explícita no campo da justiça reprodutiva, evidenciando como a ausência de políticas públicas eficazes compromete a autonomia e a dignidade das mulheres faveladas. A pesquisa “Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da Maré” (Redes da Maré, 2024) revelou que muitas moradoras enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos de saúde reprodutiva, desde consultas ginecológicas até métodos contraceptivos de qualidade. O estudo também aponta para um cenário alarmante de precarização do atendimento pré-natal e alta incidência de violência obstétrica, reforçando desigualdades que afetam especialmente mulheres negras e periféricas. Assim como no caso das operações policiais, o acesso negado à saúde reprodutiva reflete um projeto histórico de vulnerabilização e precarização, no qual o Estado alterna entre a repressão e a omissão, controlando corpos e territórios por meio da violência direta e institucional.

Nesse cenário, a justiça reprodutiva não pode ser dissociada da justiça social mais ampla: garantir que mulheres possam decidir sobre seus corpos, criar seus filhos em segurança e acessar direitos reprodutivos plenos é parte inseparável da luta contra as desigualdades estruturais que marcam a vida nas favelas.

A inserção do Mulheres em Movimento da Maré na Casa das Mulheres da Maré possibilita que o projeto se desenvolva em um ambiente que já carrega uma história de acolhimento e formação política de mulheres. Isso potencializa o impacto da iniciativa, criando conexões com outras ações e ampliando seu alcance. E, num movimento de mútuo imbricação, o projeto fortalece e amplia a própria atuação da Casa como um espaço de resistência e transformação. Ao acolher mulheres que vivenciaram perdas irreparáveis devido à violência do Estado, a Casa reafirma sua vocação como um território de memória, denúncia e luta coletiva. A troca entre a Casa das Mulheres e o Mulheres em Movimento gera novas estratégias de mobilização e incidência política, enraizando ainda mais o compromisso com a justiça social e o direito à vida digna das mulheres faveladas.

O Mulheres em Movimento contribui para expandir o escopo da Casa, trazendo para o centro do debate a urgência de políticas públicas que reconheçam e protejam a maternidade periférica e os direitos das famílias atingidas pela repressão estatal. Dessa forma, o fortalecimento mútuo entre o projeto e a Casa das Mulheres da Maré amplia não apenas a rede de acolhimento e organização comunitária, mas também a potência das narrativas construídas por essas mulheres, que transformam suas dores em luta por justiça e por um futuro em que a favela tenha garantido o direito de existir. A justiça que essas mulheres reivindicam não é apenas individual, mas coletiva: elas lutam não apenas pelos filhos que perderam, mas pelas vidas que ainda estão em risco, pelas futuras gerações que crescerão nesse território.

Este livro, construído em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da Universidade Federal Fluminense (UFF), se insere nesse movimento de resistência, reunindo os testemunhos de mulheres com subjetividades, que carregam desejos,

medos, memórias e esperança. Ao longo destas páginas, encontram-se histórias que questionam as estruturas de poder, denunciam injustiças e reafirmam a importância das mulheres na reivindicação de seus direitos. Não se trata apenas de recordar as vidas que foram interrompidas, mas de afirmar que essas vidas importam e que suas memórias serão preservadas.

Que este livro possa ser um convite à reflexão e um chamado à ação, para que a violência do Estado não continue a se repetir sem consequências, e para que a luta dessas mulheres se concretize em transformação social. O reconhecimento dessas histórias como parte da memória coletiva do país é um passo essencial para a construção de um futuro em que a justiça não seja um privilégio, mas um direito acessível a todas.

REFERÊNCIAS

KRENZINGER, Miriam; SILVA, Eliana Sousa; MCILWAINE, Cathy; HERITAGE, Paul. (eds.). *Dores que libertam*. Rio de Janeiro: Attis, 2018.

REDES DA MARÉ. *Censo Populacional da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

INTRODUÇÃO

QUANDO A UNIVERSIDADE PÚBLICA EXTRAPOLA OS MUROS

A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DO ESTADO

Eblin Farage

A construção deste livro representa a síntese de um processo de parceria entre a Redes da Maré — através da Casa das Mulheres —, e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF. Uma parceria entre uma organização da sociedade civil e a universidade que expressa, de forma simbiótica, o potencial existente quando as instituições vão para além do ‘seu quadrado’.

A relação entre Redes da Maré e NEPFE está na gênese da organização do Núcleo, que nasce na Redes da Maré, em 2007, quando da necessidade de impulsionar pesquisas e estudos sobre o território, a partir de quem nele vivia e/ou trabalhava. Só mais tarde, em 2012, o

NEPFE se vincula à UFF, sendo marcado desde sua protoforma pelos debates sobre território, favelas, formação, educação popular, mobilização/organização, Estado, políticas públicas e cotidiano.

O (re)encontro entre Redes da Maré e NEPFE só é possível porque o núcleo tem como eixos de atuação a educação popular e a pesquisa-ação. A educação popular é entendida como perspectiva de formação, com a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos coletivos que construam um outro “NÓS”, como um investimento político na busca de melhor compreender a realidade (Silveira, 2004), e assim, melhor intervir para transformá-la. Esse é o caminho da extensão universitária desenvolvido nos projetos de extensão do NEPFE na Maré, evocados pela função social da Universidade Pública.

No campo da pesquisa, partindo da metodologia da pesquisa-ação, consideramos como Thiollent (2011, p. 92), que a: “equipe de pesquisadores entra em contato estreito e prolongado com o meio social (...) uma dimensão política que se torna cada vez mais explícita”, fazendo do levantamento de dados uma forma de explicitar as inúmeras desigualdades presentes no território. Nessa perspectiva, a pesquisa realizada nessa parceria entre NEPFE e Redes da Maré, explicita um compromisso social, potencializando a organização coletiva na busca de mudanças, como é a perspectiva da pesquisa-ação. E, assim, na progressão da relação com a Maré, é possível se debruçar no trabalho com mulheres vítimas de violências do Estado. Dessa maneira, é fundamental agradecer à UFF, FAPERJ e ao CNPQ, pelo apoio para a realização da pesquisa.

O trabalho com as mulheres tem início no primeiro semestre de 2023. Inicialmente com mulheres vítimas da violência armada do Estado, que se organizavam no grupo Mães da Maré. O grupo, que tinha iniciado sua organização em 2018/2019, a partir da articulação de mães que foram vítimas da violência armada do Estado, especificamente Irone Santiago, Bruna Silva e Claudia, em 2022 passa por um processo de reorganização. Juntando mulheres, do grupo Mães da Maré, e outras integrantes de projetos e ações da Redes da Maré, tem início um novo trabalho com mulheres.

A experiência do novo grupo de mulheres, que inicialmente se reunia na sede da Redes da Maré na Nova Holanda, tinha por objetivo ser um espaço formativo e de fortalecimento para que as participantes pudessem retomar sua organização coletiva. Mas desse grupo, em alguns meses, uma nova proposta de organização é construída de forma coletiva, o que deu origem ao grupo Mulheres em Movimento da Maré.

Partindo da histórica raiz do protagonismo das mulheres, a Redes da Maré passa a incentivar a organização desse novo grupo. Que apesar de inicialmente ser constituído por mulheres que perderam entes queridos para a violência armada, não se restringiu a elas, estando aberto a mulheres vítimas das múltiplas violências do Estado e lideranças comunitárias.

Desde então, o grupo se reúne periodicamente, para a realização de oficinas de temas diversos — como explicitado no capítulo nove deste livro —, para debater assuntos de interesse, para realizar atividades culturais e conhecer espaços e outros territórios da cidade. Também é marca do grupo Mulheres em Movimento da Maré a participação política, o que as leva a integrarem as manifestações contra a violência armada do Estado no Rio de Janeiro, participarem de atividades de resistência de gênero, raça e classe, como é a Marcha das Mulheres Negras, Latino-Americanas e Caribenhas que acontece anualmente. Participam, ainda, dos encontros anuais da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo do Estado, das mobilizações durante julgamentos de agentes do Estado acusados de assassinato de meninos e meninas das periferias, assim como das mobilizações como da ADPF nº 635 e da ACP das Favelas.

A partir de julho de 2023, uma assistente social foi contratada para acompanhar o grupo de mulheres, e então os encontros passaram a acontecer na Casa das Mulheres da Maré, no Parque União. A compreensão de que o espaço que melhor poderia acolher as demandas das mulheres seria aquele criado para essa finalidade, se revelou como um acerto. Então, o grupo inicia uma nova fase de seu processo formativo.

Articulando formação — mobilização — e organização, o grupo de Mulheres da Maré é um espaço de trocas, partilhas e fortalecimento, que impulsiona as mulheres, vítimas das múltiplas violências produzidas sobre os corpos negros e periféricos, a buscarem transformar as dores e limitações, em potencialidades. Uma forma de “sair do casulo” (sic), como uma mulher certa vez expressou. Uma forma de gritar ao mundo que elas são mais do que a dor que o Estado as faz viver cotidianamente.

As organizações de mulheres da Maré — Mães da Maré e Mulheres em Movimento da Maré —, se localizam no lastro das inúmeras outras organizações de mulheres, mães e familiares, que tiveram início a mais de três décadas no Rio de Janeiro. Como afirma Guariento (2023), é possível identificar três gerações de organização e de mães e familiares vítimas da violência do Estado. A primeira geração ainda na década de 1990, marcada pelas chacinas, como a de Acari em 1990, da Candelária e de Vigário Geral em 1993, e tantas outras que sucederam. A segunda geração em meados da primeira década dos anos 2000, com a intensificação da força policial nas favelas e a terceira geração, a partir do projeto de ‘pacificação’ das favelas, com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em 2008 e a ocupação militar do Rio de Janeiro em 2014. Para Guariento (2023), a partir dos anos 2000, as organizações de mães que se formam, incorporam de forma expressiva, o debate racial.

Podemos constatar que além de incorporar o debate racial de forma mais explícita, os movimentos de mães/mulheres, também incorporam o debate sobre o papel que o Estado exerce na repressão da população pobre, negra e periférica, com destaque para a ação dos agentes públicos, ou seja, as diferentes polícias. Assim como amplia-se a conexão entre o que acontece no local e a política estadual e nacional, demonstrando a apreensão sobre a relação direta entre o avanço da extrema-direita e a repressão nos territórios sobre os corpos periféricos. Um dia após a prisão do general Braga Netto em dezembro de 2024, acusado de envolvimento no plano golpista da extrema direita, uma mãe entrevistada, disse: “senti como uma justiça ao assassinato do meu filho” (sic), já que

ele comandou a intervenção na Maré, no período em que seu filho foi assassinado. A conexão de que um movimento nacional de retrocesso impacta a vida local, é uma das expressões de ampliação do tempo-espaço dessas mulheres.

Essas mulheres ampliaram sua consciência, como fruto de um processo coletivo, que vem de longe, de mulheres que lutaram toda a vida, desde a resistência à escravidão até as organizações feministas; das mulheres contra os regimes empresariais militares na América Latina, até as mulheres de perto, organizadas nas favelas em busca de justiça. Como afirma Angela Davis (2022, p. 16): “Há sofrimento. Há opressão (...) ele está entrelaçado ao sexismo, à homofobia e a uma exploração de classe sem precedentes. Ligado a um capitalismo ameaçadoramente globalizado”. Mas também há resistência, vida, esperança e luta.

Nesse caminho de reflexão é fundamental localizar que as mulheres da Maré fazem parte das 16.390.815 pessoas que vivem em favelas e assentamentos urbanos em todo país e dos 2,1 milhões de moradores de favelas do Rio de Janeiro (IBGE, 2022). Além de moradoras de favelas, formado por 51,7% de mulheres, algumas compõem o campo da desigualdade racial, em um país que, pela primeira vez, de acordo com o Censo IBGE 2022, o percentual de pessoas declaradas parda foi a maioria, ou seja, um país negro. Que persiste em manter a maioria em situação de desigualdade, já que, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Empregos, em 2024, homens negros ganham em média 36,1% do que os não negros; mulheres negras ganham em média 21,4% do que os homens negros e 35,4% do que mulheres não negras. Ainda assim, marcadas pela sua condição de classe, de gênero, de raça e de território de moradia, essas mulheres teimam em sobreviver.

Uma sobrevivência que não aplaca a dor, e nem elimina as lembranças e a saudade, mas que as impulsionam a continuar. Porém, esse ‘continuar’ da vida, no caso de mulheres vítimas de tantas violências, exige a luta por condições para continuar a sobreviver. Essas mulheres demandam uma atenção diferenciada, na medida que em sua maioria, não conseguem mais exercer uma função laboral regular, que entre e saia no

mesmo horário todos os dias. Elas são acometidas, rotineiramente, por tristezas, angústias, depressão. A cada operação policial na Maré, as lembranças retornam, e o pavor, o medo, a raiva, a angústia são revividas. Essas mulheres, adoecidas no corpo e na alma, são revitimizadas sempre que o caveirão entra na favela, que um tiro é disparado, que um policial assassino e inocentado em nome da ‘legítima defesa’, ‘de auto de resistência’ e ‘legítima defesa imaginária’. Mas também a cada vez que na unidade básica de saúde não conseguem atendimento médico, que não há vaga para realização de procedimentos e exames nos equipamentos públicos, que os netos não conseguem vaga na escola.

Este livro apresenta uma perspectiva sobre a organização da sociedade civil, materializada em instituições como a Redes da Maré e a Casa das Mulheres, que insistem em ser um diferencial na vida dos moradores do conjunto de favelas da Maré. Além disso, enfrentam as atrocidades cometidas pelo Estado, seja pela negligência, pela ação violenta direcionada ou pelas escassas e precárias políticas públicas implementadas no território, que resultam na negação de direitos. Trata-se de uma história que nasce e se desenvolve a partir da mobilização comunitária, da incidência política e do investimento social e político nos moradores da Maré.

Por tudo isso, seria impossível que um trabalho como este fosse escrito por apenas uma pessoa. Ele expressa o envolvimento de muitas outras mulheres — moradoras e/ou trabalhadoras da Maré, brancas e negras —, que não apenas se sensibilizam com a realidade das mulheres vítimas da violência armada do Estado, mas que, em alguns casos, também são vítimas. Por essa razão, a escrita desta obra carrega muitos sentimentos: dor, tristeza, alegria, potência, esperança e luta, vivências que cada uma traz consigo.

Como afirma Davis (2018, p. 127): “embora a violência policial racista, particularmente contra pessoas negras, tenha uma história muito longa, que vem desde os tempos da escravidão, o atual contexto é decisivo”. É decisivo para os imigrantes latinos que buscam novas oportunidades na América do Norte, para o povo palestino massacrado, para

os jovens negros e LGBTQIAP+ assassinados em todo o país, para as mulheres vítimas de inúmeras violências resultantes do machismo, do patriarcado e do capitalismo, e para as mães dos inúmeros grupos que surgem anualmente para denunciar o Estado.

Nesse sentido, o que está sendo tratado neste livro são, em primeiro lugar, as violações de direitos por parte do Estado, que provocam dor e sofrimento a inúmeras famílias e se condensam na luta de mães e mulheres vítimas da violência armada. Aqui também são visibilizadas as formas, as estratégias e as construções de resistência que essas mulheres, individual e coletivamente, traçam para continuar vivendo. O assassinato do ente querido, expresso nas histórias deste livro, poderia ter representado um ponto final. Mas, assim como no caso do assassinato de Marielle, a luta por justiça virou semente, impulsionando a existência e reinventando a vida.

REFERÊNCIAS

- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*, São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- DAVIS, Angela. *O Sentido da Liberdade*. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.
- SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. *Educação Popular*: novas traduções para um outro tempo histórico. In: Seminário de Educação Popular Rio de Janeiro. Anais. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ UFRJ. CD-ROOM, 2004.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

1

MULHERES EM MOVIMENTO DESAFIOS E RESISTÊNCIAS NA MARÉ FRENTE À VIOLÊNCIA ARMADA

Isabel Barbosa

Nos becos e vielas da Maré, a vida das mulheres se desenrola em meio a desafios constantes. A violência armada impõe barreiras ao acesso à educação, saúde, trabalho e justiça, afetando profundamente suas trajetórias. Entre 2016 e 2023, a Maré vivenciou 226 operações policiais, resultando em 141 mortes, 198 feridos por arma de fogo e 1.078 violações de direitos (Redes da maré, 2017; 2018; 2019; 2020; 2021a; 2022a; 2023; 2024). O fechamento de escolas e unidades de saúde nesses períodos prejudicou a continuidade de serviços essenciais, agravando as condições de vulnerabilidade da população.

A violência armada não afeta a população de maneira homogênea. Para as mulheres, os impactos demonstram a intersecção entre estruturas sociais, pois além das restrições de circulação e do medo constante,

muitas enfrentam o aumento da violência doméstica e a dificuldade de denunciar agressões, dado que serviços de proteção, como a Patrulha Maria da Penha, nem sempre chegam ao território (Redes da Maré, 2022b). Além disso, em 2019, por exemplo, 58% das vítimas de violações de direitos não letais em operações policiais foram mulheres, como invasão em domicílio, subtração de pertences, violência física, sexual e psicológica praticada por servidores públicos (Redes da Maré, 2019). A perda de filhos, companheiros e familiares para a letalidade policial ou para os conflitos armados transforma suas vidas em um ciclo de luto e luta por justiça (Silva et al., 2023).

Para compreender essa realidade, é essencial adotar um olhar interseccional, que considere as interligações entre gênero, classe, raça/etnia e território. A interseccionalidade¹, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), evidencia como diferentes formas de opressão atuam simultaneamente na produção das desigualdades. No contexto da Maré, ser mulher, negra e favelada significa enfrentar múltiplas camadas de exclusão, refletidas tanto na violência policial quanto na falta de acesso a serviços públicos essenciais. Como apontam Collins (2017) e Gonzalez (1984), a violência de gênero e racial são estruturais e perpetuam ciclos de marginalização.

Diante desse cenário, a pesquisa “Os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré” acompanhou, ao longo de um ano, 58 mulheres de diferentes favelas do conjunto, buscando compreender não apenas os danos causados pela violência, mas também as estratégias

1 Interseccionalidade é uma ferramenta analítica para compreender como diferentes formas de opressão — como racismo, sexismo, classismo e outras — se interconectam e se reforçam mutuamente. Assim, a interseccionalidade não é apenas uma identidade ou uma soma de desigualdades, mas um quadro teórico e político que analisa as dinâmicas estruturais e relacionais que produzem injustiças. Essa abordagem interseccional pode contribuir na formulação de políticas públicas, na militância e na produção de conhecimento, alertando para os riscos da institucionalização esvaziada dessa perspectiva. Assim, a interseccionalidade surge como uma lente crítica indispensável para entender e transformar as relações de poder na sociedade (Collins, 2017).

de sobrevivência e proteção que elas constroem. A pesquisa ocorre a partir de uma parceria entre a Universidade de Cardiff, a Universidade de Warnick, a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Redes da Maré.

As atividades incluíram entrevistas, rodas de conversa e oficinas artísticas, criando espaços para compartilhar experiências e fortalecer redes de apoio. Essa abordagem está alinhada com a metodologia da pesquisa-ação, que valoriza o protagonismo dos sujeitos pesquisados e a construção coletiva do conhecimento (Thiollent, 1986).

As experiências das mulheres da Maré demonstram que a violência armada não se restringe aos momentos de confronto, mas se traduz em um cotidiano de violações constantes. A militarização do território, legitimada por um discurso de guerra às drogas, reforça a ideia da favela como um espaço a ser controlado e não como um local de direitos (Machado da Silva, 2010). Como observa Abdias Nascimento (1978), a violência do Estado contra a população negra e periférica faz parte de um projeto histórico de genocídio do povo negro, que se perpetua por meio da letalidade policial e da ausência de políticas de proteção social efetivas, além da negação da contribuição do povo negro para a cultura brasileira.

E eu não sou uma mulher? Atravessamentos interseccionais na vida de mulheres de favela

Se a cidade do Rio de Janeiro carrega em sua estrutura urbana a marca das desigualdades históricas, as favelas emergem como territórios onde essas desigualdades se materializam de forma mais intensa. Construídas à margem do planejamento urbano, as favelas sempre foram alvo de políticas de exclusão e controle, refletindo um modelo de segregação que estrutura as relações sociais no Brasil (Chalhoub, 1996; Wacquant, 2001). A favela, no entanto, é muito mais do que o espaço da carência ou do perigo — que muitas narrativas hegemônicas tentam impor. É um território vivo, tecido por histórias de luta, organização comunitária e

resistência cotidiana. No centro dessa dinâmica, estão as mulheres, cuja existência é atravessada por opressões de gênero, raça e classe, tornando-as tanto vítimas das violências quanto protagonistas das resistências construídas dentro da favela.

A política de segurança pública no Brasil reforça a violência estatal sobre esses territórios, sobretudo através da chamada política de guerra às drogas. Perpetuando uma lógica de tolerância zero ao comércio varejista de drogas em regiões periféricas da cidade a partir de incursões ostensivas, essa política, longe de oferecer segurança, resulta na militarização das favelas e na intensificação do controle sobre corpos racializados (CESEC, 2022a). Esse cenário faz parte de uma lógica que perpetua a favela como um espaço a ser vigiado e reprimido, e não como um território de direitos.

No caso das mulheres, a violência armada e a militarização do território geram impactos específicos e muitas vezes invisibilizados. A pesquisa “Elas Vivem” (CESEC, 2022b) aponta que mulheres negras e periféricas são as principais responsáveis por buscar justiça diante da letalidade policial. Além disso, a presença constante da violência no cotidiano dessas mulheres restringe suas possibilidades de mobilidade e de acesso a serviços essenciais.

O relatório “Tiros no Futuro” (CESEC, 2022c) revelou que 74% das escolas municipais do Rio de Janeiro vivenciaram pelo menos um tiroteio em seu entorno em 2019. Além disso, nas escolas mais expostas à violência, 77% dos estudantes são negros e os estudantes de escolas localizadas em áreas com seis ou mais operações policiais apresentaram uma redução média de 7,2 pontos em língua portuguesa e 9,2 pontos em matemática. Isso equivale a uma perda de 64% do aprendizado esperado nessas disciplinas. A exposição frequente a tiroteios também aumentou em 2,09% a taxa de reprovação e elevou em 46,4% a probabilidade de pelo menos um aluno abandonar a escola. O fechamento recorrente de escolas compromete a formação das crianças e coloca sobre as mulheres o peso de reorganizar suas rotinas para garantir o cuidado dos filhos em um ambiente de incertezas constantes.

A saúde também sofre impactos diretos dessa realidade. O relatório “Saúde na Linha de Tiro” (CESEC, 2023) aponta que 59,5% dos moradores de comunidades frequentemente afetadas por tiroteios com participação de agentes do Estado relataram que as unidades de saúde já foram fechadas devido à violência, impedindo que muitas mulheres realizassem consultas pré-natais, tratamentos de doenças crônicas ou acesso a métodos contraceptivos. O impacto não é apenas físico, mas também mental. A constante exposição ao medo e à insegurança pode gerar consequências psicológicas graves, como ansiedade e depressão. Segundo a pesquisa “Construindo Pontes” (Redes da Maré, 2021b), 31% dos moradores da Maré relataram prejuízos emocionais causados pela violência armada, com episódios frequentes de crises de pânico e sintomas depressivos.

Diante desse cenário, o conceito de corpo-território se torna uma ferramenta essencial para compreender a experiência das mulheres na favela. Desenvolvido por feministas latino-americanas, esse conceito destaca que os corpos das mulheres não apenas habitam um território, mas são, eles próprios, territórios marcados por relações de poder e resistência (Grosz, 1998). Na Maré, o corpo da mulher é um espaço de vulnerabilidade, onde o racismo, o machismo e a precariedade urbana se inscrevem, mas também é um espaço de luta. As mulheres faveladas reconstroem diariamente suas trajetórias e coletivamente fortalecem formas de resistência e cuidado. Muitas dessas mulheres recorrem a redes comunitárias para se protegerem da violência doméstica e do assédio policial, criando estratégias próprias de autoproteção e denúncia, ainda que os mecanismos institucionais de justiça frequentemente lhes sejam negados (Silva et al., 2023).

O corpo-território também se manifesta na interdição dos espaços urbanos para essas mulheres. As barreiras para circular livremente na cidade são múltiplas. Em muitos casos, mulheres faveladas enfrentam discriminação racial e territorial em postos de trabalho, instituições de ensino e mesmo em hospitais. O racismo estrutural, articulado com a lógica da guerra às drogas, transforma o corpo negro em alvo e

suspeito, limitando seu acesso à cidade e restringindo suas possibilidades de ascensão social. O relatório “Máquina de Moer Gente Preta” (CESEC, 2022c) discute como a branquitude opera na manutenção desses processos, responsabilizando a sociedade como um todo pelo apagamento sistemático das violências enfrentadas pela população negra e periférica.

Entretanto, as mulheres da Maré não são apenas vítimas desse processo. Sua trajetória é marcada por resistência e reinvenção. Ao longo dos anos, surgiram iniciativas que buscam enfrentar as violências e fortalecer a cidadania dessas mulheres. A Casa das Mulheres da Maré, por exemplo, tem se consolidado como um espaço fundamental para acolhimento, orientação e suporte jurídico para mulheres vítimas de violência. Além disso, os coletivos femininos nas favelas vêm criando metodologias de enfrentamento, como grupos de escuta e formação política, que possibilitam a construção de uma rede de proteção e autocuidado.

A favela, embora seja constantemente associada à violência, é também um espaço de potência. A criminalização e a militarização desses territórios fazem parte de um projeto que busca negar a favela como um espaço legítimo da cidade, mas as práticas de resistência das mulheres mostram que esse projeto não é absoluto. Elas afirmam sua existência ao ocupar espaços, ao criar redes de apoio, ao exigir seus direitos. Para enfrentar essa realidade, é fundamental romper com a lógica da segurança pública baseada na repressão e militarização, e construir políticas que garantam o acesso pleno à saúde, educação e justiça. Como afirma Fanon (2022), a transformação da sociedade passa pelo reconhecimento daqueles que historicamente foram silenciados. E as mulheres da Maré, apesar das violências que enfrentam, seguem lutando para que sua voz seja ouvida.

Produzindo políticas de vida: mulheres em movimento

A história da Maré é tecida por mulheres. Desde sua origem, são elas que estruturam as relações comunitárias, constroem organizações sociais e reivindicam direitos fundamentais para a coletividade. Como mostra a história de Dona Orosina, considerada uma das primeiras moradoras da Maré, as mulheres estiveram à frente da luta pela moradia, pela regularização dos territórios e pela construção de equipamentos públicos essenciais para a vida nas favelas (Rio memórias, s/d). Essas lutas não são isoladas e se conectam a uma longa trajetória de resistência feminina em territórios populares, marcada pela organização coletiva e pela invenção de novas formas de existência diante das adversidades (Nunes, 2018).

Nos movimentos de mulheres nas favelas do Brasil, a Maré se destaca como um exemplo de protagonismo feminino, com mulheres que, apesar das dificuldades estruturais, têm sido protagonistas na luta por direitos, pautando questões como acesso à educação, saúde, trabalho e segurança. Nos anos 1980, por exemplo, mulheres da Nova Holanda se organizaram para garantir creches comunitárias, pressionar o poder público por saneamento e estruturar associações de moradores (Mareonline, 2020). A mobilização das mulheres da Maré, que se repete em diferentes comunidades do país, não apenas resiste, mas transforma seus territórios por meio de ações concretas que impactam diretamente o cotidiano da população. Como argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder estrutura desigualdades que colocam os corpos racializados em posições subalternas, e é nesses espaços que se produzem alternativas e novas formas de organização da vida.

Essas mulheres enfrentam contradições que atravessam a realidade das favelas brasileiras. Como aponta Marielle Franco (2014), a favela não é um espaço homogêneo de opressão, mas um território que desafia a ideologia dominante ao articular dinâmicas próprias de organização social e política. Movimentos comunitários, coletivos de mulheres e organizações do terceiro setor criam iniciativas que movimentam

milhares de moradores em torno de projetos educacionais, culturais e esportivos. Contudo, essa mobilização ocorre em meio a desafios estruturais, como a informalidade no mercado de trabalho, a ausência de investimentos públicos e a dificuldade de acesso a serviços essenciais. Essa tensão faz com que a favela seja, ao mesmo tempo, um espaço de exclusão e de protagonismo na construção da cidade.

Ser mulher na Maré é atravessar uma realidade marcada por adversidades estruturais e cotidianas que moldam tanto as relações sociais quanto as experiências de vida dessas mulheres. No contexto da favela, as mulheres se encontram diante de múltiplos desafios relacionados à violência armada, ao machismo, ao racismo estrutural e à invisibilidade social. A convivência constante com a violência armada, representada pelos confrontos entre facções criminosas e pelas operações policiais, configura um fator de vulnerabilidade para essas mulheres, impactando suas possibilidades de mobilidade, acesso a serviços públicos e segurança.

Além da violência armada, muitas mulheres da Maré também enfrentam violência doméstica, um fenômeno recorrente e muitas vezes invisibilizado. A pesquisa revelou que essas violências são minimizadas ou ignoradas pelas redes de proteção, criando um ciclo de sofrimento e silenciamento. A violência doméstica nas favelas está profundamente vinculada à marginalização social, à pobreza e ao racismo, resultando em um cenário de opressão contínuo para as mulheres que vivem nesses territórios.

A desigualdade de gênero, racial e social é um fator que agrava ainda mais as condições de vida das mulheres da Maré. Mulheres negras, em particular, enfrentam uma violência diferenciada, marcada pela interseccionalidade de ser mulher, negra e morar na favela. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe social cria uma vulnerabilidade específica para as mulheres negras que vivem nas favelas, colocando-as em posições de subordinação tanto dentro da comunidade quanto na sociedade em geral (Gonzalez, 1984).

O protagonismo feminino na Maré se expressa em ações que vão além da resistência, e se traduzem em estratégias coletivas de proteção

e autocuidado. O trabalho doméstico e a economia informal têm sido, historicamente, as principais fontes de renda dessas mulheres, o que as coloca em uma posição de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, são elas que, por meio da organização comunitária, garantem acesso à alimentação, educação e saúde para a população. Exemplos disso são os coletivos de mulheres que atuam na Maré, promovendo formações em empreendedorismo, projetos de arte e cultura e redes de apoio para vítimas de violência doméstica (Célio; Pires, 2023). Como destaca Milton Santos (2000), os territórios populares inventam formas de existir e resistir, criando uma lógica própria que desafia a cidade planejada para as elites.

Entre as estratégias de cuidado e proteção acionadas pelas mulheres da Maré, está a organização de redes de apoio comunitárias, que oferecem suporte tanto emocional quanto material, além de espaços de acolhimento, como a Casa das Mulheres da Maré. Nesse centro, as mulheres encontram suporte para lidar com a violência de gênero, a vulnerabilidade econômica e, muitas vezes, o sofrimento psicológico decorrente dessas condições. Essas iniciativas são formas de resistência, nas quais as mulheres se unem para enfrentar as adversidades (Silva et al., 2023). Além disso, muitas mulheres recorrem a práticas artísticas e culturais, como oficinas de dança, rodas de conversa e atividades de escrita, para fortalecer sua identidade e saúde mental, promovendo um espaço de resistência emocional e coletiva.

Uma das estratégias mais notáveis no enfrentamento das violências, principalmente da violência armada, é a criação de táticas de proteção no cotidiano. As mulheres da Maré têm se adaptado a essas condições, utilizando práticas como vestir roupas claras durante operações policiais para evitar a associação com grupos armados, ou se reunir em espaços públicos para proteger umas às outras. Em alguns momentos de conflito, algumas se colocam em risco para proteger seus filhos ou vizinhos, como, por exemplo, ao intervir para evitar que a polícia agreda fisicamente outros moradores. A força dessas ações coletivas, apesar da violência estrutural, reflete o poder de transformação dessas mulheres,

que, mesmo diante de uma estrutura desigual e violenta, têm o poder de organizar suas próprias estratégias de sobrevivência.

O trabalho coletivo, que permeia a resistência política, as estratégias de sobrevivência e as práticas de cuidado, revela o papel fundamental das mulheres da Maré na construção de alternativas para o território. A luta por direitos não se dá apenas na esfera institucional, mas também nos espaços cotidianos. A Maré, como espaço de exclusão e de resistência, reafirma o protagonismo feminino, no qual, apesar das contradições e das violências, as mulheres continuam a inventar outras formas de cidade.

Além disso, fica claro que as mulheres da Maré não são apenas defensoras de seus direitos, mas também agentes de uma transformação profunda no território. Elas não se limitam a reagir ao que lhes é imposto; elas criam formas próprias de viver e de resistir. Essa prática de inventar a cidade, a partir de suas próprias necessidades e realidades, é um reflexo do que Santos (2000) e Quijano (2005) identificam como a capacidade de subverter a colonialidade do poder e de estruturar novas formas de organização e de cuidado no contexto das favelas.

As iniciativas comunitárias, como as redes de proteção contra a violência de gênero, os centros de acolhimento e os coletivos de mulheres, são exemplos de como a solidariedade se traduz em ação política concreta. Ao promoverem ações de proteção, as mulheres não apenas garantem a segurança das suas famílias, mas também criam espaços de autonomia e de fortalecimento das relações sociais dentro do território.

São essas mulheres que, com coragem e criatividade, desafiam as normas estabelecidas e propõem novos caminhos para a construção de uma cidade mais justa e igualitária. Sua luta, ainda que invisibilizada muitas vezes, deve ser reconhecida como essencial para a transformação dos territórios e para a construção de uma sociedade mais democrática.

REFERÊNCIAS

- CÉLIO, Amanda; PIRES, Jéssica. *Maré de Mulheres e Notícias*. Maré de Notícias [online], Rio de Janeiro, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://mareonline.com.br/mare-de-mulheres-e-noticias/>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- CESEC. *Pele alvo*: a cor que a polícia apaga. Rio de Janeiro: CESeC, 2022a.
- CESEC. *Elas vivem*: dados da violência contra a mulher. Rio de Janeiro: CESeC, 2022b.
- CESEC. *Tiros no futuro*: Impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2022c.
- CESEC. *Máquina de moer gente preta*: a responsabilidade da branquitude. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022d.
- CESEC. *Saúde na linha de tiro*: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução?* Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo, v. 5, n. 1, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. 2002. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FRANCO, Marielle. *UPP — A Redução da Favela a Três Letras*: Uma Análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

- Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal Fluminense, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GROSZ, Elizabeth. Bodies-Cities. In: *Space, Time and Perversion: Essays on the Politics of Bodies*, 1998.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas — O caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, maio/ago. 2010, p. 283-300.
- MAREONLINE. *Na Maré seca dos anos 80, mulheres de Nova Holanda se organizaram na luta por direitos*. Maré de Notícias [online], Rio de Janeiro, 05 out. 2020. Disponível em: <https://mareonline.com.br/na-mare-seca-dos-anos-80-mulheres-de-nova-holanda-se-organizaram-na-luta-por-direitos/>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1978.
- NUNES, Nilza Rogéria. *Mulher de Favela: o poder feminino em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005.
- REDES DA MARÉ. *Construindo Pontes: estudo com moradores das 16 favelas da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré / People’s Palace Projects do Brasil, 2021b.
- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 1. ed., 2016. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.
- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 2. ed., 2017. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2018.

- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 3. ed., 2018. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.
- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 4. ed., 2019. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2020.
- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 5. ed., 2020. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2021a.
- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 6. ed., 2021. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022a.
- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 7. ed., 2022. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023.
- REDES DA MARÉ. *Boletim Direito à Segurança Pública no Maré*. 8. ed., 2023a. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2024.
- REDES DA MARÉ. *Boletim de Monitoramento e Enfrentamento à Violências na Maré*. 1. ed., 2021-2022. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022b.
- RIOMEMORIAS. *Dona Orosina, uma Maré feminina*. Rio Memórias [online], Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/dona-orosina-uma-mare-feminina/>. Acesso em: 07 fev. 2025.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA *et. al.* *Violência, corpo e território: sobre a vida de mulheres da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

2

MOVIMENTAÇÕES DE MULHERES DA MARÉ POR VIDAS NEGRAS

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano

*Apesar das acontecências do banzo
há de nos restar a crença
na precisão de viver
e a sapiente leitura
das entre-falhas da linha-vida.*

*Apesar de...
uma fé há de nos afiançar
de que, mesmo estando nós
entre rochas, não haverá pedra
a nos entupir o caminho.
Das acontecências do banzo
a pesar sobre nós,
há de nos aprumar a coragem.
Murros em ponta de faca (valem)
afiam os nossos desejos
neutralizando o corte da lâmina.*

*Das acontecências do banzo
brotará em nós o abraço a vida
e seguiremos nossas rotas
de sal e mel
por entre salmos, Axés e aleluias.*

[CONCEIÇÃO EVARISTO,
BECOS DA MEMÓRIA, 2018]

Na epígrafe deste texto, transcrevemos uma narrativa poética e política de Conceição Evaristo (2018), uma narrativa que reafirma vidas, lutas e resistências negras.

É importante sinalizar, desde já, que ao abordar a questão racial e o racismo que afeta a população negra brasileira, inevitavelmente, nos deparamos com a realidade do extermínio da juventude negra, e consequentemente com as dores, traumas e diversas sequelas de mulheres mães advindas do processo de vitimação da violência letal racial direcionada a seus filhos. Contudo, nas linhas a seguir, optamos por visibilizar as resistências e organizações de mulheres, sobretudo das mulheres negras, refletindo e valorizando o sentido da identidade coletiva e política, que se relaciona diretamente com as mulheres da Maré. O luto, assim como a luta da população negra, é vivência coletiva.

Temos a inclinação de conferir a esta produção as características da escrevivência¹, e conforme suas diretrizes, estabelecer conceituações e paralelos contra coloniais, como postula o pensador quilombola Nego Bispo (2015). Assim, desenvolvemos reflexões que confrontam as relações de poder social, racial, política, ética, cível e estética violentamente instituídas na colonialidade, que refletem na vida da população negra, nas mulheres mães da maré e de todos os espaços populares e periféricos deste país com dimensões continentais.

1 Ferramenta epistemológica e metodológica cunhada por Conceição Evaristo em 2007.

No primeiro momento, refletimos a partir de pontos estruturantes para apreensão e leitura do racismo na formação social, cultural e econômica do Brasil. E, em seguida, estabelecemos paralelos com as existências e resistências negras, destacando o protagonismo de mulheres negras enquanto corpo coletivo e político, referenciando experiência localizada em um dos territórios situado no conjunto de favelas da Maré.

Da colonização ao racismo cotidiano no Brasil

Ainda sobre a epígrafe e o conteúdo trazido a partir da escrivência de Conceição Evaristo (2018), somos apresentados ao termo *Banzo*. Desde a escravização, esse tipo de saudade ancestral toma a população negra. *Banzo*: Estado psicopatológico, espécie de nostalgia com depressão profunda, quase sempre fatal, em que caíam alguns africanos escravizados nas Américas. O termo tem origem ou no quicongo *mbanzu* ‘pensamento’, ‘lembrança’, ou no quimbundo *mbonzo* ‘saudade’, ‘paixão’, ‘mágoa’ (Lopes, 2004, p. 99).

No sequestro do atlântico foram enviados para as Américas não apenas corpos negros para a atroz escravidão, além do corpo físico, há o traslado forçado de toda estrutura mental, emocional e espiritual. Esse conjunto de práticas filosófico-culturais identitárias da humanidade negra são garantidoras da sobrevivência dos africanos diaspóricos na *maafa*². Da *maafa* brasileira, nasce o banzo transatlântico³, e uma “dívida impagável”, parafraseando Denise Ferreira da Silva (2019).

Destacamos a mulher negra como agente político nas estratégias antirracistas, anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais, demarcando que os processos destinados ao genocídio do povo negro são

2 Marimba Aní (2015), chama de *Maafa* o grande desastre/holocausto negro que se moderniza a cada século.

3 Referenciado na dissertação de Mestrado em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ, 2021, intitulada: “Insurgências de mulheres negras frente à negação da vida: do luto à luta!”.

pertinentes à sociabilidade imposta pelas manifestações da necropolítica, ou seja, das formas contemporâneas de detrimento da vida, favorecendo o poder da morte via Estado (Mbembe, 2018).

O genocídio sistemático do povo negro tem início no século XVI com o sequestro dos povos africanos, saque e partilha forçada aos recursos naturais e riquezas dos territórios africanos iniciando o curso de um processo violento: a colonização. A escravidão negra nas Américas está intimamente ligada a esse processo e representa o maior crime contra a humanidade que, de forma ímpar e específica, estabelece o processo de formação histórico, cultural, social e econômico dos países então colonizados, assim como o Brasil.

Parece adequado advertir que não partimos da escravidão como o início da história negra, tampouco do continente africano e seus povos, mas de como essa faz uma cisão que muda o curso da população negra no mundo — Diáspora negra. Esse processo que conhecemos hoje como colonização, inaugura no curso da história a Modernidade⁴, no qual o sistema de escravidão racial é tomado como a mola para o desenvolvimento das populações europeias, que forneceram bases para tais atrocidades coloniais.

Em consonância à imposição da exploração do trabalho forçado, elaborou-se como seu fundamento a noção de raça atrelada à inferioridade, instituindo uma cisão entre humanos e não-humanos, que no primeiro momento se firma sobre argumentos religiosos, e posteriormente utiliza-se da ciência para reafirmar a suposta superioridade racial branca.

A escravidão negra nas Américas não deve ser lida à luz de uma categoria desracializada, ela instaura a expropriação, dominação, exploração e opressão racial através da prática escravista, do regime escravagista.

4 Aníbal Quijano (2007) descreve a modernidade como o somatório das experiências concretas e subjetivas que expressão o mundo contemporâneo, tendo as concepções e protoformas eurocentradas, com bases enraizadas na formação e manutenção do chamado novo poder mundial em larga escala na experiência global, raça é elemento social central e fundamental para esse mundo colonial/moderno do capitalismo.

Para Aníbal Quijano “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. 118).

Eric Willians (1975), em *Capitalismo e Escravidão*, dedica-se a desnudar a origem/motivo da escravidão negra, afirmando que a motivação não foi exclusivamente racial, e sim política e econômica, e que posteriormente o racismo científico faria uso das diferenças fenotípicas para justificar ou encobrir o objetivo econômico da exploração da mão de obra, corpo, vida e destino de pessoas negras de origem africana

Quando em 1492, Colombo, representando a monarquia Espanhola, descobriu o Novo Mundo, ele colocou em andamento a longa e amarga rivalidade internacional sobre possessões coloniais, para a qual, depois de quatro séculos e meio, ainda não foi encontrada qualquer solução (Willians, 1975, p. 7).

Descrevendo sobre racismo, Zélia Amador de Deus (2020) apregoa sobre as personas e máscaras do racismo e entre as mais diversas acepções possíveis para desvelá-lo, opta por retomar ao chamado racismo científico, apontando suas consequências atuais:

O racismo, hoje, pode ser definido como um fenômeno que traz consigo uma história de negação dos direitos políticos, cívicos e sociais. O racismo contemporâneo emergiu como uma doutrina de exclusão, para legitimar a dominação de grupos fenotipicamente diferentes, e tem se mostrado decisivo na criação e na reprodução de estruturas de classe fundadas na subordinação daqueles definidos como inferiores por natureza... a ideia da pureza da raça, com tudo o que comporta, a um só tempo, de monístico, de estatal e de biológico, será aquela que vai substituir a ideia da luta de raças. Quando o tema da pureza das raças toma o lugar da luta das raças, nasce o racismo. É nesse momento que se opera a conversão da contra história em um racismo biológico (Deus, 2020, p. 78-79).

O racismo é um pilar estrutural na formação do país, e para a apreensão do mesmo não é possível realizá-la mantendo a atenção voltada especificamente para as comparações raciais, dadas entre grupos e segmentos populacionais distintos racialmente, ou das situações de preconceito racial em relações interpessoais, é necessário observar todas as formas de poder e organização da sociedade — econômica, política, cultural e Estado. Enfim, racismo é um problema basilar da sociedade brasileira. A descrição de Amaro (2019) nos fornece essa reflexão:

O problema racial há muito deixou de ser um problema individual ou do negro ou da comunidade negra. Trata-se sim, de uma questão societal, de uma sociedade inteira... Estamos diante de uma verdade indubitável: um processo de estigmatização e biopoder que denomina — se racismo... Nesses tempos de competição acirrada, de neonazismos, de neoconservadorismos e de rudes tensões de raiz genocida, observa-se que a persistente exclusão social do negro se rege não apenas pelo preconceito. Há quem considere, que na contemporaneidade, o racismo trata-se de algo mais racionalmente elaborado: acimentado em uma atroz e vulgar competitividade, em que o grupo hegemônico busca manter privilégios (Amaro, 2019, p. 69).

Grada Kilomba em “Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano” (2019), ‘dizendo o indizível’ nos oferece elementos substantiais nesse sentido:

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de / da diferença... A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos... Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. Outros grupos não podem ser racistas

nem performar o racismo, pois não possuem esse poder... O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. (Kilomba, 2019, p. 75-76).

A violência é um elemento presente em todas as sociedades, é importante situá-la como um produto histórico de cunho social e cultural, que atravessa estruturalmente as relações sociais, econômicas e políticas em distintos matizes. A violência racial pode ser percebida, de maneira evidente e inequívoca, no modelo como o Estado brasileiro atua em relação aos corpos negros, os dados e indicadores sociais apontam que os jovens negros são as ‘vítimas preferenciais’ dos homicídios, o contínuo e pragmático extermínio da juventude negra no Brasil.

Especificamente no campo da Saúde, Batista, Escuder e Pereira (2004) ao realizarem estudo para averiguar as vulnerabilidades de raça/cor em condicionamentos de óbitos no Estado de São Paulo, repercutem sobre a violência racial, considerando que a morte é demarcada pelo racismo, descrevendo sobre a *‘morte branca’* e a *‘morte negra’*:

(...) a morte tem cor. Há uma morte branca que tem como causa as doenças, as quais, embora de diferentes tipos, não são mais que doenças, essas coisas que se opõem à saúde até um dia sobrepujá-la num fim inexorável: a morte que encerra a vida. A morte branca é uma *‘morte morrida’*... Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita... A morte negra é uma morte desgraçada (Batista; Escuder; Pereira, 2004, p. 635).

O mito da democracia racial brasileira é forte e nos dias atuais continua a ser fortalecido, esse mito baseia-se na afirmação de que a mistura das raças teria sido um processo que tornou o Brasil livre do racismo, escamoteando as desigualdades sociais e raciais exacerbadas a partir dele. Consta em Lopes (2004) que Democracia racial, trata-se da:

Expressão sob a qual se aninha a falsa ideia da inexistência de racismo na sociedade brasileira. Construída a partir da ideologia do luso — tropicalismo, procura fazer crer que, graças a um escravismo brando que teria sido praticado pelos portugueses, as relações entre brancos e negros, no Brasil, seriam, em regra, cordiais (Lopes, 2004, p. 214).

É importante destacar que os povos africanos e afrodescendentes imprimiram de forma peculiar características, símbolos e movimentos de resistência, esses investimentos se deram, antes de tudo, em prol da existência e sobrevivência negra diante das determinações racistas, apontando possibilidades de organização social através das atividades da coletividade negra.

Nos interessa as formas de existências, resistências e insurgências negras!

O sistema racial e racista teme a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor. Para que isso não ocorra, explora de todas as formas a vida da população negra, utilizando-se de mecanismos repressivos diretos como a força bruta, repressiva e letal, bem como mecanismos indiretos e simbólicos, fruto do imaginário coletivo e social, como a lógica neoliberal da meritocracia e o próprio mito da democracia racial.

Os antirracismos aqui são entendidos como a persistência constante por vidas negras. A luta negra deve ser prioritária naquelas lutas sociais que almejam e se movimentam para a construção de uma outra sociedade. Remontando à época da escravidão negra, temos que, a

partir da noção de grupo e coletividade, o associativismo negro construiu e reconstruiu os laços de solidariedade e apoio mútuo a partir da pertença racial, reivindicando humanidade e dignidade. As mulheres negras sempre tiveram papel ativo e determinante no associativismo negro. O papel das mulheres negras em lutas organizadas contra a escravidão — as fugas, os motins, as rebeliões e a formação dos quilombos — demonstravam uma reação à dita docilidade, cordialidade ou submissão dos negros e negras contra a família patriarcal branca escravista.

No Brasil ocorre um processo de invisibilidade das contribuições e formas de resistência e estratégias adotadas pelas mulheres negras quando a pauta é a luta negra/antirracismo ou luta feminista. Essa dupla anulação é perceptível, já que quando observamos os referenciais das lutas negras nos períodos pré e pós-abolição a visibilidade está voltada aos homens negros, e quando falamos de movimento social e conquista de mulheres somos levados a considerar que essas frentes são encampadas apenas por mulheres brancas. Constatção que motiva o esforço político e metodológico permanente para visibilizar e ressaltar as mais variadas ações e contribuições das mulheres negras nas lutas e movimentos sociais contra as opressões.

O Mulheres em Movimento da Maré é uma iniciativa destinada às Mulheres moradoras da Maré que tiveram suas vidas afetadas pelas violências institucionais do Estado e múltiplas violações de direito, em especial trata-se de mulheres mães de vítimas da violência letal do Estado. O trabalho social que serviu de base para tais reflexões, foi desenvolvido pelo período de 1 ano e 6 meses, de acordo com o compromisso e dimensões do Serviço Social⁵.

O protagonismo dessas mulheres, bem como a ampliação do repertório social, político e cultural são prioridades nas ações, nos espaços de convivência, nas trocas, formações e informações destinadas ao

5 Estamos nos referindo as dimensões ético política; teórico metodológicas e técnico operativas da profissão.

coletivo, visando o acesso a direitos, à cidade aos cuidados e ao bem viver⁶. Contrariando os condicionamentos sociais, essas mulheres se organizam, se fortalecem e redirecionando o luto em luta, demonstram que dores, traumas e sofrimentos não são as únicas forças presentes em suas histórias.

Utilizando uma métrica cuidadosa, desmistificando a naturalização do lugar de força em relação às mulheres negras, dos acordos e leituras das relações sociais que as cristalizam como “guerreiras”, ou que se incumbem do cuidado por um certo instinto feminino, temos em Carneiro mais uma contribuição:

(...) o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é, por força das contradições que o ser mulher encerra, recai sobre elas a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro, do movimento de mulheres e somar-se aos movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseadas nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social (Carneiro, 2019, p. 169).

Do luto à luta para/com essas mulheres mães da Maré, é a busca pela ressignificação da vida diante de um quadro de violência racista letal que impactou suas vidas pelo assassinato de seus filhos. O luto e

6 O conceito de ‘bem viver’ tem sido reivindicado em discursos de lideranças e movimentos como forma de construir uma alternativa à ideia de desenvolvimento capitalista antropocêntrico constituído a partir da arbitrária divisão entre humanidade e natureza. ‘Bem viver’ é um termo advindo da expressão quéchua *Suma Kawsay*... Em outras palavras, o que se propõe ao fazer uso desse conceito é o abandono da lógica do ‘viver melhor’ pregado pelo capitalismo — entendido como a liberdade que um setor da sociedade tem de consumir cada vez mais, em detrimento da maioria — e assumir a lógica do ‘viver bem’ como direito de todos à dignidade, à subsistência e a um meio ambiente saudável” (Costa, 2020, p. 290).

a luta nesse coletivo são partilhas de dor, mas sobretudo, de busca por fortalecimento mútuo e justiça. Nesse sentido, o luto compartilhado em coletividade se ressignifica em fortalecimento e vetor de luta que rompe com a ordem social hierarquizada por raça, gênero e classe.

Com especial destreza, ao escrever “Racismo e sexismo na cultura brasileira” na década de 1980, Lélia Gonzalez sinaliza que as movimentações negras se dão a partir de vivências/experiências nessa sociabilidade, proponentes de traumas coloniais, racistas e sexistas. E aponta noções importantes nesse processo histórico de reação e subversão, também de consciência e memória de mulheres negras enquanto sujeito político, social e coletivo.

(...) é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente que vai apontar os caminhos para a virada do jogo, como no famoso ‘caso Marli’, ela bota a boca no trombone, denunciando o que estão fazendo com os homens de sua raça (...) (Gonzalez, 2018, p. 199).

Nesse relato sobre ‘o caso Marli’, Lélia Gonzalez se refere ao fato ocorrido em 1979, na cidade de Belford Roxo –Município da Baixada fluminense / Estado do Rio de Janeiro — em que uma mulher negra de 27 anos (Marli Pereira da Silva), em plena ditadura empresarial militar, resolvera enfrentar os grupos de extermínio para afirmar que seu irmão Paulo Pereira da Silva, de 19 anos, fora assassinado por policiais militares infiltrados nesses grupos. Marli esteve em delegacias e batalhões tentando reconhecer os assassinos de seu irmão. Uma fotografia nos jornais da época, destacam Marli olhando firme para a multidão de policiais perfilados, na tentativa de reconhecer os assassinos. Reportagens sobre o caso afirmam que Marli sofreu várias ameaças e chegou a ter sua casa incendiada, sentindo prejuízos também na sua subsistência, pois devida a repercussão do caso na mídia e as inúmeras vezes que precisou se dirigir a órgãos policiais para realizar os reconhecimentos,

acabou por não conseguir empregos, devido a sua determinação na busca incessante por justiça, a destemida Marli ganhou também a alcunha de “Marli Coragem”.

O racismo, as desigualdades e as violências raciais são indelévels e perniciosas presenças na realidade social brasileira, resultam de uma exploração histórica e sistemática onde o Estado é partícipe na violação da vida. As assimetrias sociorraciais desde a colonização mantém e reinventam a violência colonial nas mais variadas formas de articulação da trama que denota a realidade brasileira.

Assim, enfatizamos o papel do Serviço Social na atuação profissional com o grupo Mulheres em Movimento da Maré. Há uma urgência no comprometimento da categoria com a luta antirracista em diversas possibilidades de atuação, para tal feito é mister que Assistentes Sociais reconheçam e fortaleçam às lutas das mulheres negras brasileiras.

A ativista e pensadora negra americana Audre Lorde, em “Irmã outsider” (2019) nos acolhe com suas palavras:

Podemos aprender a agir e falar quando temos medo, da mesma maneira como aprendemos a agir e falar quando estamos cansadas. Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso do silêncio nos sufocará. O fato de estarmos aqui e de eu falar essas palavras é uma tentativa de quebrar o silêncio e atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio. E há muitos silêncios a serem quebrados (Lorde, 2019, p. 55).

As mulheres existem, resistem e enfrentam as diversas formas de violência do Estado, seja pela ação letal ou do deixar morrer advinda da necropolítica. Esse processo envolve posicionamentos, avanços, embates, sofrimentos, questionamentos, silêncios, ousadia, fúria, preces e atos. O Protagonismo político, comunitário e social de mulheres afetadas por múltiplas violências é a exponencial habilidade de fundir a

ação individual em ações coletivas. A busca pela ressignificação da vida diante de um quadro de violência racial é crucial. A desigualdade racial e de gênero impactam mais severamente a vida das mulheres negras.

Assim como se faz no seio dos movimentos de mulheres negras afirmamos: “Nossos passos vêm de longe!”, pois entendemos que as práticas e saberes das nossas ancestrais foram e são fundamentais para que pudéssemos conseguir chegar até aqui e avançar rumo à sociedade livre de exploração e discriminação e desigualdade racial, um lugar onde a violência do racismo não ceife vidas negras, onde não seja mais necessário que as Mulheres em Movimento da Maré cerrem os punhos e se manifestem aos gritos clamando por “Justiça, Memória e Reparação” por seus filhos.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Sarita. (org.). *O Serviço social e o combate ao racismo: diálogos*. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2019.
- ANI, Marimba. *Yurugu: uma crítica africano-centrada do pensamento e comportamento cultural europeu*. 2015. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-critica-africano-centrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>.
- BATISTA, Luís Eduardo; ESCUDER, Mercedes L.; PEREIRA, Julio C. R. *A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no estado de São Paulo, 1999 a 2001*. In: Revista Saúde Pública, nº 38, São Paulo, 2004.
- BISPO, Antônio Nego. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Belo horizonte: UFMG, 2015.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2019.
- COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e ‘bem viver’: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- CRESS 7ª Região — RJ. *Assistente Social: ética e direitos*. Rio de Janeiro, 2003.
- DEUS, Zélia Amador de. *Caminhos trilhados na luta antirracista*. Belo horizonte: Autêntica, 2020.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos A. (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, Ed Vozes, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea UCPA- União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. In: *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea UCPA — União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora, 2018.
- HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.
- JULIANO, Dayana Christina R. de S. *Insurgências de mulheres negras frente à negação da vida: do luto à luta!*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, 2021.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo horizonte: Autêntica editora, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, Anibal. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, Renato Emerson dos. (org.). *Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil*. Belo horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Denise Ferreira da. *Dívida impagável*. Oficina de Imagem Política. Casa do Povo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-im-pagavel.pdf>.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

3

ORGANIZAÇÃO POPULAR E INCIDÊNCIA POLÍTICA NO SISTEMA JUDICIÁRIO

A LUTA PELO DIREITO À VIDA NA MARÉ

Camila Barros Moraes

Este texto tem como objetivo tratar da luta pelo direito à vida na Maré, analisando as estratégias de resistência popular e as disputas no campo jurídico frente à violência estatal. Baseia-se em duas principais fontes de informação: a pesquisa realizada para minha tese de doutorado e minha experiência como pesquisadora no Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, onde, ao longo de cinco anos, acompanhei diretamente a dinâmica da violência no território. A partir desse trabalho de campo, foi possível observar de perto os impactos das operações policiais na vida dos moradores, incluindo invasões domiciliares, danos ao patrimônio, interrupção de serviços essenciais e os efeitos desproporcionais sobre crianças, mulheres e

jovens negros. Além disso, o artigo dialoga com os dados sistematizados pelo projeto “De Olho na Maré!”, desenvolvido pela Redes da Maré, que monitora e documenta as consequências da violência armada na região. Os relatos e levantamentos evidenciam que as ações estatais não apenas falham em garantir a segurança pública como um direito, mas também aprofundam desigualdades estruturais, reforçando a necessidade de mobilização popular e incidência política para a defesa do direito à vida na favela.

A luta pelo direito à vida na Maré é um reflexo da resistência histórica das favelas frente à violência do Estado e à negligência estrutural que marca a trajetória das políticas públicas nesses territórios. A Maré, composta por 16 favelas e habitada por cerca de 140 mil pessoas, se consolidou como um espaço de mobilização coletiva desde sua formação, na segunda metade do século XX. Seja na resistência às remoções forçadas durante a ditadura militar, na luta pela urbanização e acesso a serviços básicos ou na reivindicação por segurança pública, os moradores da Maré têm enfrentado de forma contínua a criminalização da pobreza e a precarização das condições de vida impostas pela atual presença militarizada do Estado.

A violência armada, operada tanto por grupos criminosos quanto pelo próprio Estado, configura-se como um dos principais desafios enfrentados pela população da Maré. O território é constantemente afetado por operações policiais que, sob a justificativa do combate ao tráfico de drogas, resultam em execuções, ferimentos, restrição de circulação e interrupção de serviços essenciais, como saúde e educação. A atuação do Estado nesses territórios reflete uma política de segurança pública que não se orienta pela proteção da vida, mas sim pelo controle social da população favelada, ancorada em uma lógica que legitima a violência como ferramenta de gestão urbana.

Diante desse cenário, a população da Maré tem construído formas de resistência que vão além da mobilização comunitária direta e adentram o campo jurídico, buscando tensionar as estruturas do sistema de justiça para contestar as violações de direitos humanos cometidas pelo

Estado. Iniciativas como a Ação Civil Pública da Maré (ACP-Maré) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 (ADPF das Favelas) se tornaram marcos importantes na luta por uma segurança pública que respeite os direitos da população favelada, desafiando a seletividade do sistema de justiça e denunciando o padrão de violência institucionalizado contra esses territórios.

Ao longo dos últimos anos, a incidência política e jurídica dos moradores e organizações comunitárias têm demonstrado que a disputa pelo direito à vida não se restringe à resistência cotidiana diante das operações policiais, mas se estende para o campo institucional. No entanto, essa luta ocorre dentro de um sistema de justiça historicamente estruturado para legitimar a desigualdade racial e social, como apontam estudiosos da criminologia crítica. Assim, a judicialização da violência policial, embora necessária e estratégica, está permeada por contradições que evidenciam os limites das instituições estatais na proteção dos direitos da população negra e periférica.

Dessa forma, analisa-se a luta pelo direito à vida na Maré, considerando tanto as estratégias de resistência popular quanto as disputas no campo jurídico, que se relacionam diretamente com a organização do grupo Mulheres em Movimento da Maré e com as demais mulheres vítimas da violência do Estado no território. A partir da experiência empírica e do acompanhamento direto das dinâmicas locais, busca-se compreender como essas mobilizações impactam a política de segurança pública e em que medida são capazes de tensionar as estruturas do Estado. Mais do que uma denúncia das violações em curso, este estudo pretende destacar a potência da organização comunitária na construção de alternativas que visam a garantia de direitos e a superação da violência institucionalizada nas favelas.

A luta da Maré pelo direito à vida

A história da construção da Maré está intimamente ligada às transformações urbanas do Rio de Janeiro, particularmente na segunda metade do século XX. O desenvolvimento industrial e a construção de grandes obras, como a Avenida Brasil, desempenharam papéis fundamentais no surgimento da Maré, que atraiu trabalhadores para a região. A mobilização comunitária na Maré sempre foi uma característica marcante, desde a resistência às remoções planejadas durante a ditadura empresarial militar (1964-1985), até a luta pela urbanização e por serviços básicos. Essa trajetória de resistência e organização revela a capacidade dos moradores de se articular em torno de demandas concretas, como a melhoria das condições de vida, apesar da negligência histórica do Estado.

Os movimentos comunitários no Brasil, e particularmente na Maré, sempre se basearam em demandas imediatas que refletem as necessidades reais da classe trabalhadora. Essas demandas, como melhores condições de trabalho, moradia e acesso a serviços públicos, são fundamentais para a mobilização e fortalecimento dos movimentos. Ao focar em necessidades concretas, esses movimentos conseguem se conectar profundamente com as realidades cotidianas das comunidades, tornando suas lutas mais eficazes e garantindo que as ações tenham um impacto real na vida das pessoas. A manutenção desse foco é essencial para a sustentabilidade e sucesso das mobilizações ao longo do tempo, o que evidencia a centralidade do envolvimento e protagonismo dos familiares de vítimas da violência armada na luta por justiça.

Apesar de todo o histórico de mobilização e organização comunitária, que trouxeram importantes avanços no acesso à direitos, a Maré ainda é fortemente impactada pela violência armada, que se expressa no cotidiano dos moradores. A configuração da violência armada na Maré é marcada pela disputa territorial entre três grupos distintos: o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP), e a milícia. Esses grupos controlam diferentes áreas das 16 comunidades que compõem o conjunto de favelas, criando um ambiente de constante

tensão e insegurança para os moradores, trabalhadores do território, instituições e equipamentos públicos. A presença desses grupos, que além da venda do varejo de drogas controlam diversos aspectos da vida cotidiana, perpetua um ciclo de violência que o Estado tem sido incapaz de romper. As intervenções estatais são realizadas por meio de operações policiais violentas e indiscriminadas, não apenas falham em desarticular esses grupos, mas agravam a situação ao aumentar a letalidade e as violações de direitos humanos em suas ações.

O direito à vida é o mais essencial de todos, pois serve como base para a garantia e o exercício de quaisquer outras liberdades. Nesse sentido, a mobilização em torno das questões de violência, especialmente nas favelas e comunidades periféricas, torna-se imediata e urgente. Dessa forma, a organização comunitária em torno da segurança pública é, portanto, crucial, pois busca não apenas proteger o direito à vida, mas também criar as condições necessárias para que outros direitos, como saúde, educação e moradia, possam ser plenamente exercidos. O principal desafio, nesse sentido, é que os moradores compreendam a política de segurança pública como um direito de fato, já que a forma como ela se apresenta em espaços favelados materializa-se em violações de direitos fundamentais de forma cotidiana.

Para compreender como os moradores de favela se organizam em torno da questão da violência estatal, é fundamental visibilizar como a atuação das forças policiais impacta diretamente a vida desses territórios. A forma como o Estado implementa sua política de segurança reflete uma lógica de controle e repressão que, longe de garantir proteção, expõe a população a constantes violações de direitos. O uso da violência como estratégia de gestão dessas áreas reforça um cenário de medo e insegurança, evidenciando a necessidade de resistência e organização popular para denunciar abusos e reivindicar um modelo de segurança que respeite a dignidade e os direitos fundamentais dos moradores.

Ao longo do trabalho como pesquisadora da Redes da Maré foi possível identificar *in loco* um *modus operandi* das polícias, que seguiam padrões de atuação similares em diversas operações policiais: agentes

cercavam ruas e becos, utilizando carros blindados (caveirão), isolavam ruas e encurralavam jovens, em sua maioria negros, sob a suspeita de envolvimento com grupos armados. Nesse padrão de atuação da polícia, esses jovens eram levados para casas vazias, sem qualquer possibilidade de contato externo, enquanto a área do entorno era isolada. O desfecho era quase sempre previsível: execuções.

Diante desse padrão de atuação policial, foi possível identificar também um padrão de organização dos moradores da Maré que surge como um movimento essencial na defesa da vida. A maioria mulheres, mães, irmãs, companheiras e avós dos jovens em risco, mobilizam-se rapidamente em grandes grupos para pressionar os agentes de segurança. A estratégia da resistência se desenrola em diferentes frentes: algumas mulheres gritam, denunciam os abusos, exigem o acesso aos jovens detidos; outras se organizam para chamar imprensa e entidades de direitos humanos; enquanto isso, moradores filmam tudo, criando um registro visual que dificulta o desaparecimento de provas.

Um exemplo emblemático dessa dinâmica ocorreu na operação policial de 25 de novembro de 2022, na Baixa do Sapateiro, uma das favelas da Maré. Policiais cercaram uma casa onde 19 jovens tentavam se render. A atmosfera era de desespero e tensão: os policiais deixavam explícito que a execução era iminente. Mulheres se aproximavam, choravam, gritavam os nomes dos filhos e dos jovens ali dentro, exigindo que fossem levados vivos. O envolvimento de organizações comunitárias, como a Redes da Maré e a associação de moradores, trouxe um peso crucial para a mobilização. Essa pressão evitou uma chacina, mas, mesmo assim, dois jovens foram “escolhidos para morrer”. Um deles foi executado com um tiro na cabeça dentro do banheiro, enquanto outro, ao tentar fugir, foi alvejado no ar.

A resistência das mulheres não era apenas emocional, mas estratégica. Elas sabiam que, quanto maior a presença e maior a visibilidade da abordagem policial, mais chances havia de evitar um desfecho letal. Eu presenciei a esperança e a tensão nos rostos de muitas delas ao verem os jovens sendo finalmente encaminhados para a delegacia, vivos. Essa

batalha não é apenas uma disputa momentânea, mas um enfrentamento contínuo contra um Estado que insiste em tratar a favela como um espaço sem direitos.

As experiências vivenciadas na Maré evidenciam um padrão de violência policial que se perpetua por meio da criminalização da juventude negra e favelada. No entanto, também revelam a força da organização popular, especialmente das mulheres, na reivindicação e defesa do direito à vida. Essas mulheres, ao enfrentarem o aparato repressivo do Estado, reafirmam a favela como espaço de luta, dignidade e resistência. Seu protagonismo deve ser reconhecido não apenas como um ato de coragem individual, mas como um movimento coletivo que desafia a lógica da violência institucional e afirma o direito à existência digna.

Em um contexto de violações sistemáticas, a mobilização popular na Maré reafirma que a segurança pública deve ser compreendida como um direito e não como um privilégio restrito a determinados espaços da cidade. A resistência das mulheres da Maré é um testemunho poderoso da capacidade de organização popular em prol da defesa da vida e da garantia de direitos fundamentais, exigindo do Estado uma atuação que priorize a proteção e a garantia de direitos e à legalidade.

Paralelamente à luta direta nas ruas, outra frente fundamental da mobilização pelo direito à vida na Maré ocorre no âmbito jurídico. As ações movidas pela sociedade civil, como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 (ADPF das Favelas) e a Ação Civil Pública (ACP) Maré, representam um esforço institucional e popular para contestar a política de segurança baseada na violência letal e garantir que o Estado seja responsabilizado por suas ações. Essas iniciativas jurídicas, impulsionadas por organizações comunitárias e defensorias públicas, buscam impor limites às operações policiais, estabelecer protocolos de segurança que minimizem o risco para a população e criar mecanismos de controle e transparência sobre a atuação das forças de segurança.

Quando se destaca o papel do judiciário na redução da letalidade policial em favelas, é importante pontuar que as bases históricas e

ontológicas do sistema de justiça brasileiro estão profundamente enraizadas em uma lógica desigual que se desenvolveu ao longo dos séculos, com forte influência das teorias criminológicas positivistas do século XIX. Como argumenta Thula Pires (2013), a transição do Brasil do sistema escravista para uma sociedade industrializada não alterou substancialmente as estruturas de poder e controle que perpetuavam a subjugação das populações negras. Pelo contrário, o sistema de justiça emergiu como um mecanismo de continuidade dessas hierarquias raciais, onde a criminalização dos corpos negros se tornou uma extensão natural das práticas escravocratas. A criminologia, sob a influência de pessoas como Cesare Lombroso¹, construiu uma narrativa que associava características físicas e raciais ao comportamento criminoso, solidificando a ideia do “criminoso nato” que permanece, até hoje, subjacente nas práticas judiciais e policiais brasileiras.

Malaguti (2011) complementa essa análise ao destacar que o sistema de justiça brasileiro opera sob uma racionalidade que serve aos interesses do poder econômico e social dominante, sendo intrinsecamente ligado à ordem capitalista. Para a autora, a criminologia e a política criminal, incluindo o poder judiciário, são expressões de um “saber/poder” que

1 Cesare Lombroso (1835-1909) foi um médico e criminologista italiano considerado um dos fundadores da criminologia positivista. Sua teoria da “atavismo criminal” sustentava que criminosos eram biologicamente predispostos ao crime devido a características físicas herdadas, como formato do crânio, maxilar proeminente e outras supostas “anomalias”. Essas ideias influenciaram a construção do racismo científico, justificando práticas discriminatórias contra grupos racializados, sobretudo negros e indígenas, ao associá-los a uma “tendência inata ao crime”. No Brasil, suas teorias foram amplamente difundidas no final do século XIX e início do XX, influenciando políticas de repressão e exclusão, além de fortalecer discursos eugenistas e racistas no campo jurídico e policial. Sua influência na criminologia moderna foi amplamente criticada e refutada, mas seu legado ainda ressoa em práticas racistas do sistema penal contemporâneo. Ver mais em: MORAES, Camila Barros. Paradigmas da criminologia e controle sócio-racial no conjunto de favelas da Maré. In: KREZNINGER, Miriam. (org.). *Questão criminal no Brasil contemporâneo: diálogos sobre criminologia crítica, racismo estrutural e violências de gênero*. São Paulo: Editora Dialética, 2022, p. 93-120.

legítima a repressão estatal sobre os grupos marginalizados, especialmente os moradores de favelas e as populações negras. Esse sistema, portanto, não é neutro; ele é ontologicamente desigual, construído para perpetuar as hierarquias sociais e raciais existentes. A seletividade penal e a violência policial que caracterizam o tratamento dado às favelas são reflexos diretos dessa lógica histórica, em que a justiça é administrada de forma a proteger os interesses de uma minoria privilegiada, enquanto criminaliza os pobres.

Mesmo que o sistema de justiça brasileiro seja historicamente e ontologicamente programado para produzir e reproduzir desigualdades, as pessoas mais afetadas pela violência, especialmente nas favelas e comunidades populares, estão se articulando para enfrentar essa realidade. Essas comunidades estão desenvolvendo iniciativas concretas que demonstram não apenas sua capacidade de autogestão, mas também servem como modelos para o poder público. Organizações locais estão implementando ações comunitárias que têm demonstrado eficácia na redução de danos e na melhoria da qualidade de vida dos moradores. Essas iniciativas se baseiam na mobilização comunitária, na incidência política e na criação de programas e projetos desenvolvidos na própria favela e para a favela. Através dessas ações, as comunidades têm conseguido enfrentar desafios como a violência, a falta de acesso a serviços básicos e a estigmatização, promovendo a garantia de direitos e evidenciando que, mesmo em contextos adversos, a organização popular pode ser uma força transformadora.

Essa articulação entre a mobilização popular e a luta no campo jurídico evidencia a complexidade da disputa pelo direito à vida nas favelas. Se, por um lado, a violência policial se manifesta de forma brutal no cotidiano dos moradores, por outro, há uma batalha constante para que o sistema de justiça reconheça e atue na contenção dessas violações. A ACP-Maré e a ADPF das Favelas emergem como instrumentos fundamentais nessa arena, demonstrando que a incidência política das comunidades pode gerar respostas institucionais concretas, ainda que permeadas por contradições e resistências do próprio aparato estatal. A

experiência da ACP-Maré, por exemplo, ilustra como a pressão popular pode conquistar avanços na regulamentação das operações policiais, reduzindo, mesmo que temporariamente, a letalidade e os impactos da violência armada na vida dos moradores. No entanto, a fragilidade dessas conquistas — como evidenciado pela suspensão da ACP em 2019 — reforça a necessidade de uma mobilização constante, que combine ações diretas nas ruas, engajamento comunitário e estratégias jurídicas para garantir que as favelas não sejam tratadas como espaços de exceção, em que direitos fundamentais são sistematicamente violados.

A ACP-Maré representou um marco na luta por direitos nas favelas, sendo a primeira ação judicial coletiva voltada à segurança pública em um território periférico no Brasil. Essa conquista foi resultado da mobilização da comunidade, liderada pela Redes da Maré, em parceria com a Defensoria Pública, o Ministério Público, associações de moradores e outras organizações locais. O objetivo era garantir que as operações policiais fossem realizadas com respeito à vida e à dignidade dos moradores, estabelecendo diretrizes para minimizar os riscos e danos durante confrontos armados.

Em 2016 teve início no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro uma Ação Civil Pública focada na Maré, a ACP-Maré, com o objetivo de garantir os direitos dos moradores durante as operações policiais. Um ano depois, em junho de 2017, o judiciário concedeu uma decisão liminar impondo uma série de medidas para regulamentar as operações, incluindo: 1) proibição de ações policiais para cumprimento de mandados judiciais durante a noite; 2) instalação de câmeras de vídeo e GPS nas viaturas; 3) instalação de aparelhos de áudio nos veículos policiais; 4) disponibilização de ambulâncias durante as operações; 5) elaboração de um Plano de Redução de Violência.

Embora as medidas tenham sido sancionadas, sua implementação nunca foi integralmente cumprida pelo Estado. No entanto, a ACP tornou-se um instrumento essencial para o controle social das políticas de segurança pública, evidenciando a importância da organização comunitária na defesa dos direitos fundamentais. Apesar dos desafios

e da resistência institucional, a ação judicial proporcionou avanços concretos na redução da violência.

A ACP-Maré permaneceu em vigor por dois anos, período em que os dados demonstraram uma redução gradual dos impactos da violência. No entanto, em 2019, o aumento das operações policiais reverteu parte desses avanços, resultando em mais violações de direitos e um crescimento da letalidade policial. Em 19 de julho de 2019, a ACP foi suspensa por uma decisão judicial, intensificando o cenário de insegurança para os moradores. Diante dessa revogação, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro recorreu, enquanto a Redes da Maré e parceiros locais mobilizaram uma campanha para pressionar o sistema de justiça a restabelecer a ação.

Uma das principais estratégias desse movimento foi a iniciativa “Cartas da Maré”, na qual moradores, especialmente crianças e jovens, relataram suas vivências e angústias diante da violência policial. Em apenas um mês, foram reunidas 1.509 cartas com desenhos, bilhetes e testemunhos sobre o impacto das operações em suas vidas, denunciando como o medo restringia atividades cotidianas, como frequentar a escola ou brincar na rua.

Enquanto a Defensoria Pública solicitava formalmente a reativação da ACP-Maré, um grupo de moradores dirigiu-se ao Tribunal de Justiça do Estado para entregar as cartas ao presidente da instituição. No entanto, não foram recebidos. Além disso, o movimento foi publicamente criminalizado pelo então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (2019-2021), e pelo presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio de Mello Tavares, que questionaram a autenticidade das cartas e insinuaram que a mobilização teria sido manipulada por grupos criminosos. As cartas foram protocoladas e, no dia seguinte, arquivadas.

Apesar desse ataque institucional, a repercussão nacional e internacional da campanha aumentou a pressão sobre o sistema de justiça. Como resultado, o desembargador Jessé Torres decidiu pelo restabelecimento da ACP, garantindo sua vigência novamente. A mobilização popular demonstrou, mais uma vez, que a luta pelo direito à vida nas

favelas se dá em múltiplas frentes: nas ruas, no sistema de justiça e na opinião pública, exigindo do Estado uma segurança pública que respeite os direitos fundamentais dos moradores da Maré.

Em 2019, o Brasil assistiu à ascensão de um governo ultraconservador com a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022) à presidência e Wilson Witzel ao governo do Rio de Janeiro. Esse cenário político teve impacto direto na segurança pública, resultando no aumento da violência policial na Maré e no aprofundamento das violações de direitos fundamentais. Diante desse cenário de intensificação da repressão estatal e da ampliação das violações de direitos, a sociedade civil e os movimentos de favela reagiram. Inspirada pela ACP-Maré, em 2019 foi protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, conhecida como ADPF das Favelas. A ação foi proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e construída em articulação com organizações comunitárias, defensorias públicas e entidades de direitos humanos. Seu objetivo era contestar a política de segurança pública adotada no Rio de Janeiro, sobretudo em relação à garantia do direito à vida.

A ADPF das Favelas denunciou o uso desproporcional da força em comunidades periféricas e questionou a ausência de mecanismos de controle e responsabilização das forças de segurança. A ação se fundamenta na violação de preceitos fundamentais da Constituição Federal, como o direito à vida, à segurança e à dignidade da pessoa humana. Sua proposição reforçou a luta por um modelo de segurança pública que não tratasse as favelas como territórios de exceção, mas como qualquer outro espaço da cidade.

Em meio à pandemia de Covid-19, o ministro do STF, Edson Fachin, concedeu uma liminar determinando a suspensão das operações policiais em favelas do Rio de Janeiro, salvo em casos excepcionais. Fachin também determinou que, em situações extraordinárias, as forças de segurança deveriam adotar protocolos para reduzir os riscos à população e garantir a continuidade dos serviços essenciais. A decisão representou um avanço na luta contra a letalidade policial, evidenciando o

papel do sistema de justiça na regulamentação da política de segurança pública, apesar de suas contradições estruturais.

Ainda que a ADPF das Favelas tenha sido um marco na judicialização da violência policial, sua implementação enfrentou desafios e resistências institucionais. Nos anos seguintes, a eficácia da decisão variou, e a intensificação das operações policiais voltou a ser utilizada como instrumento político, especialmente em períodos eleitorais. O ano de 2022, por exemplo, foi marcado pelo aumento expressivo do número de operações e de mortes em ações da polícia, consolidando um padrão de repressão estatal que historicamente atinge as populações negras e periféricas.

Ao longo dos últimos anos, a trajetória da ADPF das Favelas reafirmou a importância da mobilização popular no campo jurídico. Embora a repressão e a violência sigam presentes nas favelas, a judicialização da política de segurança mostrou-se uma ferramenta relevante para a redução da letalidade policial e para o fortalecimento da luta por direitos. A disputa pela segurança pública continua em aberto, e a resistência das favelas segue sendo um elemento central na construção de um modelo que priorize a vida e a dignidade da população.

O enfrentamento das violências vivenciadas pelos moradores de favelas não possui respostas simples ou prontas, mas parte da compreensão de que as soluções serão concebidas e implementadas pelos próprios moradores desses territórios. Essa perspectiva reconhece a importância da agência e da autonomia das pessoas que vivem nas favelas, valorizando suas experiências e conhecimentos locais. Dessa forma, a construção de estratégias eficazes de enfrentamento às violências passa pela escuta atenta e pela valorização das iniciativas e demandas das comunidades faveladas, promovendo a participação ativa e a liderança dos moradores na elaboração e execução de políticas e ações que visem a segurança e o bem-estar dessas populações.

Para onde vamos?

Apesar dos esforços de organizações sociais e movimentos locais ao longo dos últimos 40 anos, que resultaram em conquistas de políticas públicas nas áreas de educação, habitação e saúde na Maré, a violência armada persiste, principalmente em operações policiais. Mesmo com esses avanços, a realidade cotidiana dos moradores continua marcada por intervenções estatais que, em vez de trazerem segurança, frequentemente resultam em violações de direitos humanos. Esse cenário reforça a necessidade de se questionar e reformular o modelo de segurança pública vigente, que historicamente tem sido utilizado para reprimir e controlar as populações marginalizadas, em vez de proteger seus direitos.

Durante o período analisado na pesquisa doutoral (2017-2023), foi observado um padrão de oscilação no número de operações policiais, com aumentos seguidos por anos de declínio, sugerindo uma relação com formas de resistência e pressão da sociedade civil sobre o poder judiciário e no próprio território. Destaca-se o papel fundamental de instrumentos jurídicos como a Ação Civil Pública da Maré e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 na contenção dos impactos negativos da política de segurança pública.

Em contrapartida, a pesquisa também evidencia a falta de efetividade dessas medidas, uma vez que muitas delas não foram completamente cumpridas pelo Estado. Além disso, o contexto político influenciou diretamente na atuação policial na Maré, especialmente durante os governos ultraconservadores, que priorizaram uma abordagem militarizada e violenta da segurança pública.

O texto nos leva a uma questão central: seria viável conceber um novo modelo de segurança pública nas favelas dentro do sistema capitalista? Como seria esse modelo se essa segurança foi ontologicamente projetada para conter, controlar e até mesmo exterminar a população pobre? É possível imaginar uma força policial que não viole os direitos humanos? Essa mesma polícia, que é o braço armado do Estado, que não é ineficaz em suas ações, mas sim altamente eficaz em reprimir e

exterminar o chamado “inimigo interno”, o suspeito em potencial, o jovem negro e favelado?

A polícia não é neutra, assim como o sistema judiciário também não, são entidades que atuam em prol da manutenção da ordem social estabelecida pelo sistema capitalista. O papel dessas instituições é ser parte do aparato estatal que protege os interesses da classe dominante, dessa forma, a polícia não está presente para garantir a segurança e o bem-estar de toda a sociedade, mas sim para proteger os interesses da classe dominante branca. Ou seja, a polícia e o sistema judiciário são ferramentas de repressão usadas para manter a população pobre e negra subjugada e para evitar qualquer ameaça ao sistema capitalista.

No entanto, não é possível limitar as nossas análises dessa forma. A vida está acontecendo hoje e a morte também. Por isso, é necessário assumir algumas contradições para reduzir danos em meio a violência. Assim como todas as outras políticas sociais, a política de segurança pública também deve estar em disputa, mesmo considerando os limites dessa disputa na sociabilidade de um Estado gerido pelos interesses do capital.

Existe uma necessidade de conceber a segurança pública em uma perspectiva que vá além da atuação da polícia e do presídio, reconhecendo a violência e a criminalidade como expressões da desigualdade sociorracial. Deve haver uma abordagem mais ampla, que inclua a participação da sociedade civil. Essa necessidade se estende a uma mudança no paradigma punitivo da segurança pública, propondo uma abordagem mais democrática e participativa.

O processo de mudança de paradigma deve ser sustentado por princípios e diretrizes que promovam uma abordagem que esteja minimamente em consonância com o Estado Democrático de Direito. O princípio central deve ser a proteção integral dos direitos humanos, em que o direito à segurança seja entendido como parte desse conjunto de direitos. Isso implica em abandonar o paradigma da segurança “contra” a criminalidade e adotar uma abordagem de segurança cidadã, focada no sujeito e não apenas na ordem pública.

REFERÊNCIAS

- ESPERANÇA, Vinicius. *Maré e suas representações*: das primeiras ocupações até as mais recentes intervenções urbanísticas. Acervo, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, maio/ago. 2021, p. 1-23.
- MALAGUTI, Vera Batista. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- MALAGUTI, Vera Batista. *Memória e Medo na Cidade do Rio de Janeiro*. Texto publicado no “O Olho da História”, nº14 — Salvador/BA, 2010. Disponível em: <http://oolahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/vera.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2016.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2017.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2018.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2019.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2020.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2021.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2022.
- MARÉ, Redes da. *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, 2023.
- MARÉ, Redes da. *Censo Populacional da Maré*, 2018. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MORAES, Camila Barros. Paradigmas da criminologia e controle sócio-racial no conjunto de favelas da Maré. In: KRENZINGER, Miriam. (org.). *Questão criminal no Brasil contemporâneo: diálogos sobre criminologia crítica, racismo estrutural e violências de gênero*. São Paulo: Editora Dialética, 2022, p. 93-120.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Criminalização do Racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos*. 2013. 2v. 323 f.; 30 cm. Tese (doutorado) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2012.

4

HISTÓRIAS EM MOVIMENTO

A TRAJETÓRIA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ARMADA

POR Thais Gomes

A escolha de remontar a vida cotidiana das mulheres que entrevistamos tem o objetivo de ilustrar os desafios enfrentados por elas, desde que ainda eram meninas, até o desfecho das violências que acometeram seus filhos. Isso porque, essas mulheres, são em primeira linha, sempre identificadas como “as mães de alguém que sofreu violência”, e elas são. No entanto, antes dessa violência brutal, elas enfrentaram outros contextos, ora de violações, ora de resiliência, sobretudo para possibilitar que seus filhos vivessem numa Maré, melhor do que a Maré em que elas viveram. São mulheres marcadas pela violência de classe, de gênero e de raça, que desde a gestação marca as mulheres desse Brasil tão desigual.

As mulheres que escutamos, são filhas de um contexto histórico, e de um Brasil, onde a violência doméstica, tanto contra mulheres quanto contra crianças, era tolerada. Quase todas pretas e pardas cresceram num tempo no qual o ofício como empregada doméstica, posto de trabalho ocupado pela maioria, a informalidade, a exploração e as condições análogas à escravidão eram a regra.

Além disso, cresceram também numa Maré muito diferente da de hoje. Uma Maré ainda erguida sob as águas da Baía de Guanabara. Sem saneamento, sem pavimentação, com dificuldades no acesso à água. Num território que hoje, embora conhecidamente ocupado por 16 favelas, fosse apresentado décadas atrás, e pelas falas delas mesmas, basicamente por apenas duas: a Nova Holanda e o Morro do Timbau.

Hoje a grande Maré, que corta vias importantes da cidade, que é maior que 96% dos municípios brasileiros, que tem mais de 140 mil habitantes, se parece pouco com a Maré que elas descrevem na infância: tem posto de saúde, creche, escola, tem rua calçada, “tem a Redes da Maré”, direitos básicos que algumas delas contribuíram para conquistar. No entanto, esses direitos são atravessados pela experiência cotidiana da violência armada, herdada da Maré do passado, mas agravada pelas mazelas sociais produzidas pelo presente.

Herdada da Maré do passado, pois o surgimento dos grupos armados no Rio de Janeiro, e a atuação destes grupos no que hoje chamamos de Conjunto de Favelas da Maré, é objeto de mais de décadas. Além disso, porque a atuação policial contra os moradores de favelas e periferias é desde o seu surgimento, de extrema violência. Se vimos ao passar dos anos uma Maré que ascendeu na conquista de políticas públicas de modo geral, mesmo marcadamente ainda com precariedades, também assistimos uma regressão no que se refere ao direito à segurança pública neste território. E não somente, vimos como o não acesso à segurança pública, interfere no gozo dos direitos conquistados.

Antes de narrarem suas histórias e contarem dos desafios que tiveram com os filhos, sobretudo no que se refere à violência no território, as estratégias que enfrentaram, ou as experiências que as atingiram

diretamente numa janela mais recente do tempo, escutamos a narração das dores do passado, ao perderem outros familiares — sempre homens jovens e negros —, vítimas da mesma violência que décadas mais tarde vitimizaria também os seus filhos, filhos homens, jovens e negros.

Nas linhas que seguem, abordaremos também outros elementos que conectam essas mulheres, antes, durante ou após a vitimização de seus filhos, mas que guardam relação, exclusivamente com a violência de Estado, e às resistências mobilizadas por elas a partir disso.

MARGARETH PRATTI VIEIRA

Uma mulher em movimento na Maré

Eu tive uma vida bem ativa. Eu sempre fui ativista, fui envolvida com política, com trabalho (sic).

Margareth é uma mulher de 61 anos, evangélica e moradora da Favela da Nova Holanda. Nascida no Espírito Santo, ela chega no Conjunto de Favelas da Maré no final dos anos 80, junto com seu companheiro e os dois filhos mais velhos: Carlos e Marina. Anos depois tem seu terceiro filho nascido aqui, Arthur. Os motivos que levaram Margareth vir para a cidade do Rio de Janeiro com sua família, são os mesmos que trazem milhares de pessoas durante anos: as dificuldades financeiras, e o sonho de uma vida melhor para sua família.

Na Maré construiu um lar para sua família, mas não só, construiu também uma rede de relações. Relações afetivas, comunitárias, políticas. Militante política desde a sua cidade de origem — uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores no ES-, ao chegar no Rio de Janeiro, não construiu sua trajetória de outro modo, logo se envolveu em mobilizações territoriais por melhores condições de vida no território. Na Maré, Margareth contribuiu com a construção da “Chapa Rosa”: um amplo movimento de base comunitária e protagonismo feminino, que

conquistou, pela primeira vez na história do território, a eleição de uma mulher para presidência da Associação de Moradores da Favela da Nova Holanda: Eliana Souza.

Esse movimento traz uma marca fundamental e que se confunde com toda a trajetória de vida de Margareth: a aliança com outras mulheres na luta por melhores condições de vida, não só para elas e seus familiares, mas para todo o território: a mobilização em torno da construção de creches, escolas, esgotamento e calçamento das ruas, dentre outros direitos básicos.

A chapa rosa foi um grupo de mulheres, um movimento de associação de moradores. E conseguimos colocar a Eliana como presidente, primeira mulher presidente da associação de moradores. E aí nesse ínterim também eu tinha um grupo de mulheres também que eu formava na minha casa. Assim na minha laje. Fazendo reuniões só com mulheres. E elas traziam sempre as demandas sobre o lugar da comunidade, pensando na creche. Que elas têm ainda, né? E a gente ali fortalecia num encontro semanal. E era um movimento só de mulheres mesmo (sic).

Em 1996, Margareth foi vítima de um Acidente Vascular Cerebral, em decorrência de um aneurisma. Fato que a obrigou a pausar suas atividades políticas, mas não só, colocou desafios também na sua vida cotidiana. Com os filhos ainda pequenos, Margareth passou três anos sem andar, utilizando o apoio de uma cadeira de rodas. À época, seu filho mais novo, Arthur, tinha apenas dois anos. Nesse período, alguns planos e sonhos precisaram pausar, para que ela pudesse cuidar de si e de sua saúde.

Anos depois do afastamento da vida política para o cuidado com a saúde, Margareth retoma aos poucos a mobilização que marcou sua trajetória: a organização política das mulheres com as quais se relaciona no território. Dessa vez o espaço que chamou sua atenção, foram as mulheres com quem partilhava sua comunidade de fé. Ela nos conta,

que após vir morar na Maré, passou a ser evangélica e fazem parte de uma denominação religiosa. No espaço da Igreja, algo começou a incomodar e chamar sua atenção: a dor latente das mães que tinham filhos encarcerados ou mortos pela violência armada, mas não tinham apoio, e nem caminhos para lidar com este sofrimento.

Eu tive algumas irmãs da igreja que tinham filhos “cancelados”. Filhos que elas tinham perdido. E senti que elas necessitavam de apoio psicológico[...]eu pensei: de repente vamos criando um movimento de mulheres, de mães, mães que sofrem, mães que tiveram perdas irreparáveis. Porque na realidade, a quem buscar? A quem recorrer? O que fazer, né? E através, às vezes, dos movimentos, a gente faz com que as pessoas atentem para tentar buscar, recorrer, e entender os seus direitos. É fundamental conhecer o nosso direito. Muitas vezes elas têm essa dificuldade porque não conhecem tudo (sic).

As pautas pelas quais Margareth se implica em diferentes momentos de sua vida, expressam as metamorfoses pelas quais a Maré também vai passando, sobretudo nas demandas que afetam a vida das mulheres. Ao olharmos para a história da constituição do Conjunto de Favelas da Maré, e para as variadas expressões da violência de Estado que a perpassam, não é difícil perceber que tanto o encarceramento quanto às mortes violentas, estão longe de ser fenômenos do presente, no entanto, é inegável o quanto se acirram nos últimos anos. Se no trânsito dos anos 80 para os anos 90, as mulheres tinham como urgência o acesso à direitos básicos como à escola, à creche, o saneamento; décadas depois, o direito à vida, e à liberdade, de seus familiares — em parte significativa, de seus filhos — passa a ser a maior urgência das mulheres nas favelas.

A própria vida pessoal de Margareth, expressa essas mudanças. No ano de 2014, seu filho Arthur, fora apreendido no território, e passou 21 dias no Complexo Penitenciário do Gericinó, no Rio de Janeiro. Embora fale do constrangimento, e do desejo de “esquecer o dia que

isso aconteceu”, a lembrança da prisão do filho, também foi a lembrança do que a sensibilizou a voltar a reunir-se com as mulheres.

Começamos a tentar formar reuniões. E não dava jeito. Chamava as pessoas e elas não compareciam. E no período que a gente conseguiu formar um grupo, eu tive dengue. Depois veio a pandemia. Foi um bolo de doenças que surgiram, e dificultou muito (sic).

Com o retorno das atividades após a pandemia de Covid-19, Margareth retoma seu envolvimento com as ações que se desdobram no território e se aproxima do grupo de mães da Maré, o Mulheres em Movimento da Maré. Ela passa a ocupar esse espaço pelo mesmo motivo que tentou mobilizar um grupo com mães de vítimas da violência de Estado que conheceu na igreja: empatia, solidariedade e o desejo de poder contribuir para melhorar de alguma forma as condições de vida dessas mulheres.

No entanto, no ano de 2024, quando já participava do grupo, Margareth se deparou com o falecimento de sua filha mais velha, Marina, de apenas 40 anos. Ela conta que sua filha tinha uma saúde frágil, e não resistiu a um quadro de insuficiência intestinal durante uma internação. Margareth disse que após o falecimento de sua filha, passou a compreender o tamanho da dor que essas mães sentem, mesmo que por motivos diferentes, já que para ela, em qualquer circunstância a perda de um filho é um sentimento irreparável. Marina deixou dois filhos adolescentes, Gustavo e Mariana, que hoje vivem também com Margareth, e de onde ela renova energias para continuar perseguindo uma vida melhor para si e para os outros.

Mesmo diante de tantos desafios, Margareth é o retrato de uma sujeita que é dona de “uma estranha mania de ter fé na vida”. Apesar das adversidades colocadas, o seu plano é sempre continuar: seja no vestibular que precisou pausar no último ano, no grupo Mulheres em Movimento na Maré, e tantas outras coletividades mareenses.

Nas páginas a seguir, conheceremos outras personagens reais, que assim como Margareth, transformaram a experiência da dor, do trauma, e do luto provocados pelas variadas formas de violência do Estado, em vínculo de solidariedade e estratégias de resistência coletiva entre mulheres, as Mulheres em Movimento na Maré.

JAQUELINE SANTOS

Uma mulher boa de ‘briga’

Jaqueline nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, e foi morar na Maré com poucos meses de vida. A mãe de Jacqueline e seu irmão gêmeo morreram durante o parto, e por esse motivo o pai dela resolveu vir para o Rio de Janeiro, onde morava sua avó paterna, para que ela pudesse ajudar na sua criação.

Aos 13 anos, Jacqueline perde sua avó, e decide naquele momento que queria começar a trabalhar, pois “já sabia fazer de tudo (sic)”, porque sua avó a ensinou tudo. Então, ainda uma menina de 13 anos, ela vai trabalhar como empregada doméstica numa “casa de família” no bairro da Tijuca. Casa em que ela permanece até os 19 anos numa rotina de trabalho semanal, e de retorno para casa apenas aos fins de semana. Jacqueline conta que era feliz nesse trabalho e tinha orgulho dele, e uma boa relação com sua patroa, mas ao passar dos anos, passou a ser assediada pelo seu patrão, e esse motivo a fez decidir ir embora. Daí por diante, ela fez um pouco de tudo: trabalhou como cozinheira numa outra casa na Zona Sul do Rio, foi auxiliar de serviços gerais no Aeroporto do Galeão, e também trabalhou grande parte da sua vida no Hemorio, onde permaneceu 19 anos e se aposentou. Jacqueline fala com muito orgulho de sua trajetória enquanto uma mulher trabalhadora, e que foi o trabalho árduo que possibilitou que ela saísse do barraco de tábuas em que viveu grande parte de sua vida nas palafitas da antiga Maré, para a casa de alvenaria onde ela vive hoje.

Também foi no trabalho no Hemorio, que Jaqueline conheceu o único companheiro que teve na vida, e com quem teve dois filhos, Bruno de 24 anos e Felipe, que faleceu aos 17. Os filhos de Jaqueline nasceram e foram criados na Favela Nova Holanda na Maré. Lá estudaram, participaram de grupos e projetos sociais, os dois sempre juntos. O mais velho, Felipe, nasceu com uma má formação no cérebro que acarretou uma surdez identificada nos primeiros anos de vida. Na infância precisou de cadeira de rodas, pois também não andava. Jaqueline relata que a infância do seu filho foi perpassada por muitos desafios relacionados à saúde, e por uma rotina frequente em hospitais que ela lista nome por nome. O que por um lado decorre num momento difícil, mas por outro expressa também o esforço que ela fazia a cada informação que acessava na esperança de poder contribuir para uma vida mais saudável para o seu filho.

No território não foi diferente. Felipe frequentou a escola e fez diversos cursos, dentre todos, alguns na ONG Redes da Maré. Jaqueline conta orgulhosa de como o filho aprendeu a tocar violão, e a se comunicar por linguagem de sinais, e de que ele foi aluno do curso de artes da Redes. Por um acaso, na ocasião, Jaqueline foi entrevistada na sala de artes do prédio central da Redes, onde ela disse que “vê o menino em cada detalhe”. Estimulada por uma professora, ela fez de tudo para que as deficiências com as quais o filho convivía, não o impedissem de desenvolver sua autonomia.

Aos 16 anos Felipe manifestou o desejo de trabalhar, e propôs a mãe de que ele vendesse bala na Avenida Brasil, trabalho realizado por muitos moradores que vivem nas proximidades, principalmente em horários de intenso engarrafamento. Mesmo contrariada pela preocupação, Jaqueline concordou com a decisão do filho e assim então, ele começou a trabalhar: “ele vendia água, refrigerante, eu fazia empadinhas para ele levar, até hoje tenho as embalagens da empadinha guardadas (sic)”, conta. Como era tempo de obras na Avenida Brasil, Felipe ficou conhecido pelos trabalhadores, que sempre elogiavam as comidas feitas pela mãe e vendidas por ele, o que Jaqueline conta com orgulho.

Jaqueline, reinventa a vida, ao longo de sua trajetória teve no trabalho o centro de todas as suas conquistas, em especial de auxílio quando do assassinado do filho. Foi no trabalho que conheceu pessoas do sistema de justiça do Rio de Janeiro, que possibilitaram encaminhamentos no que se refere a tratamentos de saúde pós trauma. Hoje, não mais em trabalho laboral remunerado, Jaqueline ‘briga’ nos treinos de *muay thai*, fazendo do esporte uma forma de extravasar a dor.

AGOSTO DE 2017

No dia 23 de agosto de 2017, aconteceu na Maré uma operação policial e, por esse motivo, Felipe e seus amigos não foram trabalhar pela manhã. Ao cair do dia, com o fim aparente da operação policial, ele e mais três outros meninos, se encaminharam para a Avenida Brasil, para o local onde faziam as vendas diariamente, entre as passarelas 8 e 9. De acordo com ela, por volta das 17h um grupo de policiais se aproximou do trecho em que os meninos trabalhavam, e atirou contra eles. Felipe foi ferido por 8 tiros.

De acordo com o relato dos policiais, Felipe “respondeu mal” ao comando deles, para que os meninos deixassem a via pública, e por isso eles reagiram atirando. No entanto, Felipe tinha deficiência auditiva, e não poderia tê-los ouvido.

Jaqueline conta que nesse dia estava voltando do trabalho, e percebeu uma movimentação diferente na Avenida Brasil, no entanto, jamais pensou que pudesse se tratar do assassinato de seu filho. Logo após chegar em casa, recebeu a visita dos vizinhos e mototaxistas que eram fregueses do filho, e que lhe deram a notícia.

Eu fiquei sem chão, mataram o Felipe, mataram o Felipe,
mataram o Felipe, eu fiquei sem nada, eu me sentei e fiquei
parada (sic)

Um processo criminal foi aberto, no entanto, Jaqueline não tem informações muito precisas sobre o destino dos policiais que mataram seu filho. O que se sabe é que no período da pandemia, houve o arquivamento do processo. Quando perguntada se ela tem alguma crença no Sistema de Justiça, ela nos diz o seguinte:

Olha, não, eu digo que não pra você. Porque ninguém no mundo vai trazer meu filho de volta. A única coisa que eu queria era ele de volta. Porque o resto pra mim não serve de nada. Os ossos dele estão guardados, eu já guardei. Lutei pra fazer isso e guardei. Entendeu? O que eu queria hoje em dia era ele comigo, do jeito que ele estava, surdo e mudo, pra eu abraçar e ele me abraçar do jeito que ele me abraçava. Todo dia que ele chegava, ele chegava e me agarrava assim por trás [abraça a entrevistadora como seu filho a abraçava]. E pegava na minha barriga, e eu sabia que ele estava perguntando se eu tinha comido. E eu entendia que ele estava perguntando se eu tinha comido (sic).

Jaqueline é uma das inúmeras mães, vítimas da violência armada do Estado, que ainda têm acesso a política de apoio público em decorrência dos traumas que a situação gerou, com atendimento psicológico. A maior parte das mães não acessam nenhuma política pública de atendimento e para acompanhamento dos efeitos do trauma vivido. E ainda assim, como é o caso de Jaqueline, quando o acesso é garantido, o é longe de casa, sem recurso para idas e vindas ao local de atendimento. São acessos parciais, que não chegam a garantir acompanhamento ao conjunto de adoecimentos psíquico e social que desenvolveu. Assim, o trabalho da organização não governamental, mais uma vez, acaba por ser a única alternativa de acesso.

BRUNA DA SILVA

A mulher que transformou luto em luta

Foi aqui na Maré que eu fiz a minha vida, sabendo que aqui era o meu território. Então era aqui que estava o meu chamado (sic).

Bruna da Silva, 42 anos, nascida em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, onde segundo ela, “só foi pra nascer”, viveu toda a sua vida na favela da Vila do Pinheiro, na Maré. Bruna conta que, desde a infância, ela e sua irmã foram cuidadas pela avó, já que sua mãe trabalhava numa casa de família, e só retornava para a casa quinzenalmente. Conta também que tem um irmão, mas que esse fora criado por uma tia, em outra favela da Maré, o Morro do Timbau.

Bruna lembra saudosa da infância e da adolescência que passou brincando nas ruas da favela, e no CIEP Gustavo Capanema, onde segundo ela “aprontou muito”. Vivia na rua, e na prainha do Fundão. Disse ela: “era minha Zona Sul gente”.

Eu era muito moleca, gente. Eu era o dia todo na rua. A gente podia brincar sem ter medo. Eu costumo dizer que a infância que eu tive meus filhos não tiveram [...] naquele tempo a gente não tinha problemas de facções. A gente atravessava para tudo quanto era lado. Então a gente vinha muito para o baile do Chaparral ou pro baile da Nova Holanda, que era na ciclovía na época, ali na Vila Olímpica. Então era muito bacana. Então eu cresci livre na Maré (sic).

Foi na Maré também que ela conheceu Gerson, seu companheiro, aos 12 anos de idade, pois eram vizinhos. Mas apesar de se conhecerem desde cedo, eles não eram amigos. Bruna conta que quando jovem o marido passou um período preso, e no dia de sua soltura, a mãe dele, que era vizinha e amiga, pediu que ela fizesse companhia, e ela foi. No retorno para a casa, de táxi, eles começaram uma conversa, e nunca mais se distanciaram.

Aí começamos a namorar. Aí eu me lembro que a gente foi tomar uma cerveja lá no Teatro da Mata, no Parque Ecológico do Pinheiro, sentado. Porque lá é um lugar muito bom para a gente ficar. A gente costuma dizer que ali é a nossa única área de lazer. Quando falta uma luz, uma água, tá muito calor na favela, a gente vai lá pro Parque Ecológico e fica lá. Aí ali a gente tomou um porre, cara. Aí eu olhei pra cara dele e falei, cara, eu quero te dar um beijo. Aí ele, tu tá maluca? Eu falei, não é a cerveja, eu quero te dar um beijo. Aí rolou o primeiro beijo da gente e a gente tá junto até hoje. Graças a Deus. Mas é muito engraçado como a gente já se conhecia e eu não fazia a mínima ideia de que ele seria o pai dos meus filhos, e que eu seria a mãe dos filhos dele (sic).

Com o passar do tempo e do namoro, e se dividindo entre a casa da mãe e da sogra, Bruna engravidou do seu primeiro filho: Marcos Vinicius. Durante a gravidez, começou a despertar nela um desejo muito grande de viver com a família que estava construindo na sua própria casa.

Eu ficava com a mãe dele, eu ficava com a minha mãe e ele com a mãe dele. Só que aí às vezes eu dormia na mãe dele. Aí às vezes eu dormia na minha mãe. Só que teve um tempo que eu queria casa. Eu queria ter minha casa, eu já estava grávida do meu filho. Aí eu falei, poxa gente, eu já contribuí tanto com esse território, por que eu vou pagar aluguel? Eu falei, eu não me vejo pagando aluguel aqui. Aí foi aonde que eu saí atrás da “minha casa e minha vida” e encontrei. Foi em Deus ali, foram os ancestrais. Eu fui andando pro *final do mundo*, que é onde eu moro até hoje. Foi ali que foi minha história. Aí eu parei para sentar numa pedra, pra fumar um cigarro. Aí eu saí, aí foi quando eu olhei para o lado. Aí eu acho que eu tive uma visão ali, foi uma visão, gente. Eu já enxerguei uma casa pronta com uma parede verde e clara. Aí eu olhei assim, eu falei, eu tô vendo coisa. Aí eu falei, não, eu não tô vendo coisa não. Deus tá me mostrando que minha casa é aqui. Eu sei que foi ali. Peguei, chamei o Gerson, falei: meu amor, eu

encontrei bem um cantinho. Ele, cara, tu tá maluca? Eu falei, não, eu já ajudei muito esse território aqui. Já fiz muita coisa, então agora tá na hora de eu somar alguma coisa. Falei, eu não me vejo pagando aluguel nem nossos filhos pagam aluguel. Ele disse: tá aí, qual é a sua ideia? Eu falei, vamos botar um barraquinho aqui. Ele, como é que é a sua ideia de barraco? Eu falei, primeiro a gente bota quatro pernas de três aí. Faz um cercado. Não entra e deixa aí para ver se alguém vai derrubar. Aí ali a gente ficamos acompanhando o processo. Passou três dias, ninguém derrubou. [...] Deu certo. Eu achei um lugar que, tipo, pra mim chegar ali, eu tive que chegar com muita humildade. Porque eu não sabia qual o terreno que eu estava chegando. Eu não sabia se tinha proprietário ou dono. Eu sei que pra mim, construir “a minha casa e a minha vida”, eu fiz um barraco. Meu esposo me ajudou muito a fazer o barraco. Vinícius e Vitória pequenos de colo ali (sic).

No barraco construído na região conhecida como “Fim do Mundo”, na Vila do Pinheiro, Bruna então construiu um lar e criou seus dois filhos: Marcos Vinicius, que faleceu aos 14 anos, e Vitória, de 18 anos. Foi a primeira moradora de uma rua que hoje tem dezenas de casas. E por ter iniciado um processo de ocupação neste território, hoje a rua onde Bruna mora, se chama ‘Travessa Silva’, em homenagem a ela e em referência ao seu sobrenome, “Silva”.

“Eu tentei criar os meus filhos que nem minha mãe me criou. Solta, porém com tarefas” (sic). Bruna diz que as crianças tinham o horário da escola, o tempo das obrigações domésticas, e depois podiam brincar na rua à vontade.

Então o Vinícius fazia o dever de casa, e os afazeres dele. E falava: mãe, posso brincar? Pode. Se você sair de tal lugar. Você vem me avisar. Eu me lembro que de dez em dez minutos. Aquele menino vinha de bicicleta: “Mãe, estou indo ali. Mãe, estou sentado lá na esquina do mercado da carne. Mãe, estou aqui no mercadinho do Paulinho, que ele tem wi-fi”. Eu me

lembro que após a morte dele, onde eu passava com o telefone, apitava. Aí eu sabia os pontos onde o Marcos parava. Por causa do wi-fi ativo. E era justamente o ponto que ele falava para mim” (sic).

Tanto Marcus, quanto Vitória, estudaram sempre na Maré, a mãe lembra com orgulho, que a primeira escola em que eles estudaram quando crianças, o Ciep Gustavo Capanema, foi também a mesma escola em que ela estudou. Bruna conta que a última escola em que Marcus Vinícius estudou foi o CIEP Vicente Mariano. Segundo ela, o filho estava insatisfeito com a escola anterior e pediu que a mãe o transferisse.

Quando eu encontrei o Vicente Mariano, eu me lembro que ele chegou todo alegre. Um dia, aí ele chegou me beijando, me abraçando. Falou, poxa mãe, aí a senhora sarneou. Eu falei, como assim eu sarneei, meu filho? Ele, a senhora achou uma escola no qual eu gosto. Ali eu me identifico, ali tá a minha galera toda. E ali, o mais importante é o quê? Ali não passa dever que eu já sei. Tem coisas que eu não sei e tô aprendendo lá (sic).

JUNHO DE 2018

Foi numa quarta-feira, dia 20 de junho de 2018. Era uma quarta-feira bonita, calma, um sol para cada um. Aquele dia típico da Maré, bonito. Sendo que o telefone sempre despertava às sete da manhã. Nesse dia eu esqueci de botar o telefone pra despertar às sete da manhã. Aí alarmou às sete e meia. Aí ali o Vinícius já acordou atrasado e brigando comigo (sic).

Era uma quarta-feira comum e Marcus Vinícius, o filho mais velho de Bruna, havia perdido o horário para escola. Vitória, por ser mais nova que o irmão, ainda não ia para a escola sozinha, e já havia sido levada pelo pai um tempo antes. Mesmo atrasado, Marcus insistiu em ir, pois não costumava faltar aula. Como era de costume, ele foi ao encontro de

um amigo, com quem fazia o trajeto escolar todos os dias. Ao chegar na Travessa em que morava o amigo, Marcus foi surpreendido por um helicóptero que passou atirando. Ele e o amigo resolveram então aguardar. Após um tempo sem barulhos de tiro, o menino resolve ir embora, e o amigo pergunta se há alguém na casa dele. Marcus diz que a mãe estaria em casa, mas de saída para trabalhar. Então o amigo combina que eles vão juntos avisar a mãe, e que Marcus ficaria na casa do amigo, para ele não ficar sozinho em casa num dia de operação. No trajeto para a casa, os tiros retornam e Marcus Vinícius é alvo de um dos disparos. Com a ajuda do amigo e de outros vizinhos que testemunharam o que havia acontecido, Marcus é levado até a Unidade de Pronto Atendimento — UPA. Mais uma vez uma ‘bala’ perdida encontra um corpo jovem e negro de periferia. O que seria inimaginável acontecer em bairros nobres da cidade, onde a ação da polícia respeita quem transita pelo bairro.

Bruna diz que ao ouvir os disparos, a primeira reação que teve foi entrar em contato com a escola para saber se o filho havia chegado lá. O diretor então a informou que não. Ela resolve então sair de casa à procura do filho, mesmo durante a operação policial. Embora não soubesse até aquele momento, na escola já corria a notícia que um estudante havia sido baleado. Ao tomar conhecimento, Bruna pede ajuda a um mototáxi para chegar até a UPA, que em solidariedade a ela, mesmo em meio aos tiros, se arriscou para levá-la. Ao chegar à UPA, Bruna encontra Marcus ainda com vida, e o filho conta que foi atingido pelo blindado. “O Vinicius falou para mim: ‘mãe, pelo amor de Deus, não vai trabalhar, fica comigo’”(sic).

Bruna conta que as horas seguintes foram de completa aflição: a demora da ambulância em transferir o filho para um hospital que pudesse socorrer a complexidade do seu ferimento, a angústia em noticiar para o seu companheiro que o filho fora ferido, a solidão num contexto em que toda a favela estava sitiada pela polícia e em intenso confronto. “A polícia civil fez a ambulância voltar, e demoraram muito pra transferir o Marcus” (sic), lembra ela. Marcus Vinícius faleceu, no mesmo dia, no hospital público para o qual foi transferido.

NEILDE BARCELOS

Uma mulher elegante da favela

Neilde Barcelos é uma mulher negra de 64 anos, e nasceu em Brás de Pina, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Neilde relata que é a sexta filha de um total de nove irmãos. Começa nos contando, que antes de seu nascimento, sua mãe sofreu um acidente grave entre o trem e a plataforma de uma linha férrea, resultando em ferimentos graves para ela e na morte de um dos irmãos, ainda bebê. Ele conta: “Minha mãe ficou por muito tempo internada, se recuperou e quando ela se recuperou engravidou de mim. Todos achavam que minha mãe não ia engravidar mais, e até que ela não sobreviveria a esse acidente. E a minha mãe engravidou de mim, e depois de mais três outras mulheres”.

Nos primeiros meses de vida, ela veio morar na Nova Holanda, no Conjunto de Favelas da Maré, devido às remoções ocorridas no final da década de 1960, durante o governo Carlos Lacerda. Quando o pai de Neilde, Seu Nezinho, chegou na Maré, a moradia indicada pelo governo na remoção ainda nem estava pronta: “meus pais e meus irmãos ficaram do lado de fora esperando terminar, e como meu pai era operário, ele ainda trabalhou terminando as outras casas que não estavam prontas” (sic). Seu Nelson Barcelos foi o primeiro padeiro da Nova Holanda.

Neilde conta que sua mãe sempre se queixou muito de criar os filhos na favela, pois achava a vida aqui muito difícil, mas vivia um tempo em que “a mulher tinha que acompanhar a vontade do marido” (sic), e era na Nova Holanda que seu pai tinha condições de criar os filhos. Ela conta que o sentimento de sua mãe ficou ainda mais forte, após o falecimento de seu pai, vítima de um câncer, e de ter dois irmãos assassinados na Nova Holanda, em diferentes contextos. “A gente foi sendo criado assim com a minha mãe muito deprimida, uma pessoa muito calada, muito sofrida” (sic). Essa imagem da mãe deprimida marcou Neilde, o que a impulsionou, após o assassinato de seu filho Carlos Eduardo (Cadu), a uma busca por não viver só o luto. Neilde relata que quer que o neto tenha uma imagem de alegria dela, e sabe que Cadu não gostaria de vê-la triste.

No período em que perde seu pai, e também seus irmãos, Neilde já era uma mulher adulta, trabalhava, e conheceu o seu primeiro companheiro, de quem ficou noiva por cinco anos. “Trabalhei em fábrica de roupas, consultório dentário, com pronta entrega de roupas em Copacabana, e chegou até a desfilar para grifes e feiras de moda” (sic). Aos 25 anos, casou-se e se mudou para a Vila do Pinheiro, também na Maré, onde teve seu primeiro filho, Carlos Eduardo, e dez anos depois, com seu segundo e atual companheiro, Willian, teve sua segunda filha, Maria Letícia.

Neilde e Willian criaram os filhos juntos no Pinheiro, mas ela conta que as crianças sempre estudaram fora da Maré.

Eu nunca quis colocar eles para estudar aqui porque eu trabalhava em Copacabana. E aqui sempre teve blitz, sempre teve violências. E aí como eu ia sair de Copacabana, em uma correria para poder vir aqui buscar meus filhos, tirar meus filhos dessa confusão? E aí era difícil, né? Mas eu consegui fazer com que eles não estudassem. Eu pagava pessoas pra ficar com eles, para levar pra escola, depois por último paguei carro pra levar eles para a escola até uma certa idade, aí quando eles foram para o ensino médio, começaram a ir pegando um ônibus, porque pra mim, sempre foi muito complicado ter que estudar aqui dentro da Maré (sic).

Cadu era adolescente quando soube que poderia fazer um curso preparatório para o nono ano no Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM) —, e pediu que a mãe o acompanhasse até lá, para realizar o seu cadastro, já que ele ainda era menor de idade. Chegando lá, Neilde encontra Eliana Souza que na época coordenava o projeto, e que era uma velha conhecida sua na Nova Holanda. Eliana então pergunta a Neilde se ela tinha interesse em trabalhar na cantina do preparatório do CEASM naquele período. Cadu ingressa no preparatório e Neilde dá início à sua trajetória no que viria a tornar-se a Redes de Desenvolvimento da Maré.

Maria Letícia, a filha mais nova de Neilde, que à época tinha apenas 4 anos, também foi aluna dos cursos Preparatório para o 6º ano, Ensino Médio e CPV organizados pela Redes da Maré, onde também atuou como secretária e, depois, produtora de eventos do Centro de Artes da Maré.

Seu filho, Cadu, foi aluno da Cia Teatro Dança Ivaldo Bertazzo, se tornou bailarino e teve oportunidades de viajar para diversos lugares, dentro e fora do estado. Na Maré ainda participou da Escola Popular de Comunicação Crítica, no Observatório de Favelas. Depois se formou em Cinema e foi diretor e roteirista do filme “5 x Favela: agora por Nós mesmos”, lançado em 2010, sobre a direção de Cacá Diegues. “Eu acho que a partir daí ele começou a fazer o movimento dele como uma pessoa militante dentro da Maré. Porque ele foi conhecendo a arte. Descobrindo que ele poderia oferecer algo para dentro da Maré” (sic).

Apesar de muito orgulhosa da conquista do filho e de tudo que ele já havia realizado na vida, Neilde conta que viver da arte nem sempre foi fácil pra Cadu, e que eles juntos seguraram muitas barras até o filho conseguir se consolidar profissionalmente. Em 2018, ele começou a atuar como assistente de direção no Canal Porta dos Fundos. No mesmo período sua namorada Gabriela engravidou, e eles foram morar num apartamento em Jacarepaguá, onde criavam juntos o filho Bernardo.

Ele tava muito feliz, trabalhando no Porta dos Fundos, muito feliz mesmo [...] cheguei na porta e a Frida latindo, correndo, aí eu lembro dele falar assim: “Fala, família!” Todas as vezes que ele chegava pra fazer uma reunião com eles [do Porta dos Fundos] ele falava isso. E aí eu lembro que eu cheguei na porta assim e escutei na hora que ele falou: “Fala, família! Hoje a reunião vai ser no quintal da mamãe, com cachorro latindo, e criança gritando”. E aí eu olhei e falei: Meu Deus do céu, preciso de mais nada na minha vida. Eu estou tão feliz de ver meu filho feliz, bem financeiramente (sic).

Neilde é uma mulher marcada pela realidade da favela, mas que ao longo de sua trajetória sempre fez questão de demonstrar que gostava de

coisas boas. Vaidosa e sempre elogiada por sua forma de se vestir, traduz a dor e alegria de viver na favela. A saída da Maré, para morar “do outro lado da Brasil”, estava ligada a possibilidade de construir uma casa que fosse agradável para o neto, e que se torna-se um espaço de acolhida.

NOVEMBRO DE 2020

Cadu e o filho Bernardo passavam uns dias na casa da mãe, para que ela pudesse o ajudar com o cuidado do filho enquanto sua companheira estava fora do Rio de Janeiro numa viagem à trabalho. Era uma segunda-feira, e após o final do expediente, ao chegar em casa, Neilde se deu conta de que o filho não estava. Após o trabalho, Cadu foi à confraternização de aniversário de uma amiga que havia trabalhado com ele, na Pedra do Sal, na região central da cidade.

A noite chegou e o filho não apareceu. A mãe e a irmã de Cadu o telefonaram insistentemente, pois ele tinha a responsabilidade de cuidar do filho pequeno, e também de trabalhar cedo no dia seguinte, mas não obtiveram resposta. O dia seguinte avançou, e além dos familiares, os colegas de trabalho começaram a procurar por Cadu. Nenhum deles foi respondido. Após quase 24 horas sem notícias, e tomados por muita aflição. O padrasto de Cadu e um amigo da família saem em sua busca e o encontram no IML no Centro do Rio de Janeiro.

Imagens de uma câmera de segurança mostram que Cadu foi esfaqueado na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguiana, no Centro do Rio de Janeiro, onde tinha saltado de um carro de aplicativo, e onde provavelmente pegaria o transporte de volta para casa. O motivo para tamanha brutalidade teria sido o celular, com um cartão de passagens e uns poucos reais que ele carregava na bolsa. Assim, como diz Neilde: “o que aconteceu ali vai acontecer sempre” (sic), pois todo mundo sabe que existem meninos, pobres, que estão nas ruas, e nenhuma providência é tomada. “No mesmo lugar do Cadu outras pessoas já foram assaltadas”. Até quando?

IRONE SANTIAGO

A mulher que se transforma diariamente e hoje sonha com o ensino superior

Irone tem 60 anos e é moradora da Vila do Pinheiro. Chegou da Maré com a mãe e duas irmãs, vinda de Governador Valadares, em Minas Gerais, ainda criança, e enfrenta as memórias de uma infância muito dura e pobre assim que chega no Rio de Janeiro. Uma, entre oito irmãos, enfrentou, nos anos iniciais de vida, os desafios de uma família chefiada por uma mãe solo, em uma cidade sem redes de apoio.

Assim que chegou no Rio junto com suas irmãs, a solução encontrada pela mãe de Irone, para conseguir criar os filhos, foi pô-los em um colégio interno do Bairro da Tijuca. Emocionada, ela lembra o quanto foi duro viver nesse lugar, “as freiras batiam nas crianças, lembro que a primeira coisa que fizeram comigo e minha irmã quando chegamos, foi raspar nossos cabelos” (sic).

Eu lembro que lá tinha um balanço, tinha um brinquedo, né? Que era assim redondo e a gente ficava girando e ali tinha um altar de Nossa Senhora de Lourdes e eu chorava muito, eu olhava para aquela santa e eu pedia a ela que fizesse com que minha mãe viesse para me tirar dali, sabe? E eu até cantava uma música na época e eu falava assim: “Nossa Senhora de Lourdes, faz a minha mãe vir para me levar para casa e não voltar mais”, eu cantava isso (sic).

Nesse período, a mãe de Irone foi viver com um rapaz que conheceu ao chegar na Nova Holanda. A mãe desse rapaz — avó adotiva de Irone, foi visitá-la no colégio interno. Ao chegar lá, viu que as meninas estavam maltratadas, e pediu que a mãe de Irone as retirasse de lá, e assim a mãe fez. Embora uma memória muito dolorosa, esse período abre pra Irone também, o relato de uma das relações de afeto e solidariedade mais importantes que ela teve na vida: sua avó Maria Palmeira.

Foi a avó que a presenteou com seu primeiro bolo de aniversário aos 8 anos de idade. Como costurava, sempre que sobrava um corte de tecido, fazia uma roupinha para neta. Irone conta como era bom sentar ao lado da avó para comer “capitão”, um bolinho de feijão e farinha, amassado com a mão, muito comum nas casas das famílias nordestinas. Após sair do colégio interno, ela viveu com a avó até sua mãe comprar seu próprio barraco, ainda na Nova Holanda.

Irone conta que desde os 8 anos de idade trabalhava. Fazia serviços domésticos e favores pela favela, em troca de uns trocados. Limpava uma casa aqui, cuidada dos filhos bebês de alguma vizinha que precisasse, e aos 13, foi trabalhar numa fábrica de costura, onde fazia arre-mates, mas acabou aprendendo o ofício da costura, como a sua avó Maria, e lá passou anos trabalhando como costureira.

Tempos depois, em razão de uma remoção promovida pelo poder público na região onde ficavam as palafitas na Nova Holanda, a mãe de Irone foi viver na Favela da Vila do Pinheiro. Nesse período, Irone já tinha 18 anos.

Aos 20, quando já morava na Vila do João, teve um namorado e engravidou, pela primeira vez, dos gêmeos Vitor e Vinicius, que hoje têm 39 anos. O pai dos meninos, quando soube da gestação a abandonou, e ela precisou assumir a responsabilidade sozinha. Trabalhando com costura, e ainda morando com a mãe, com o avançar da gravidez, ela faz um acordo com seu patrão na época, e leva uma máquina de costura para trabalhar em casa. Ela conta que costurou até os dias próximos do nascimento das crianças, e depois que eles nasceram seguiu trabalhando.

Aos 21, Irone vai morar com Luciano, com quem tem seu terceiro filho, o Luciano Junior, e com quem permanece casada ao longo de 36 anos. Com o marido e os filhos, ela passou muito tempo vivendo num quartinho na casa da sogra, seguiu costurando numa fábrica, e assim foi criando os filhos.

Conforme os meninos foram crescendo, as preocupações foram surgindo. Irone se descreveu como uma mãe muito “linha dura”, queria controlar os filhos o quanto pudesse, porque tinha medo da violência no território. Nesse período, ela conseguiu uma máquina de costura

para trabalhar em casa, e com uma ajudante passavam o dia costurando, e muitas vezes até a madrugada, mas com mais tranquilidade, pois em casa poderiam tomar conta dos filhos com mais atenção. Os três sempre estudaram na Maré em uma escola próxima a casa deles, o CIEP Gustavo Capanema, a mesma que algumas décadas depois, Irone já aos 50 anos, retorna para concluir o ensino fundamental e médio. No ensino médio, Vinicius seguiu numa escola no território, e Vitor foi para fora da Maré, numa escola estadual na cidade universitária.

Segundo a mãe, Vitor sempre se interessou por música, desde pequeno. Na adolescência aprendeu a tocar cavaquinho. Se interessou em se inserir num curso Pré vestibular no CEASM e lá teve a oportunidade de participar de outros projetos, como a Cia Teatro Dança Ivaldo Bertazzo, viajar para diversos lugares, e compor o elenco de diferentes espetáculos, dentre eles o “Mãe Gentil”, do próprio Bertazzo, em 2000, e chegou a participar de uma campanha publicitária.

FEVEREIRO DE 2015

Vitor Santiago retornava para casa no Conjunto de Favelas da Maré, numa quinta-feira, véspera de carnaval, após assistir ao jogo do Flamengo, que havia ganhado de 5 × 1 do Cabofriense, quando militares do Exército fuzilaram o carro em que ele estava. Junto dele, estavam mais quatro amigos, um deles militar, que fez o tiroteio parar, ao atirar seu documento de identificação. Vitor foi obrigado a sair se arrastando do carro, sob os gritos dos policiais. Era tarde, foi atingido no tórax e nas pernas.

Os agentes do exército inicialmente afirmaram que os rapazes atiraram primeiro, mas mudaram sua versão ao constatar que um deles era sargento da Aeronáutica e passava férias no Rio. Afirmaram que os jovens passaram em alta velocidade e desobedeceram à ordem de parar. A investigação, porém, mostrou que o alegado pelos agentes não era verdade. Vitor Santiago ficou paraplégico e teve uma de suas pernas amputada, necessitando de cadeira de rodas até hoje. Residindo em uma favela, os efeitos da tragédia se fazem ainda mais fortes, uma vez

que a mobilidade já é limitada nas comunidades por conta das condições das ruas, pela falta de calçadas ou sua ocupação indevida, pela falta de transporte público, entre outros.

O caso de Vitor foi julgado no Tribunal Militar, em razão dos responsáveis serem militares do exército. O cabo que efetuou os disparos foi absolvido em 2020, cinco anos após o episódio. O Tribunal Militar acatou a tese do promotor, de legítima defesa imaginária, onde alegava que o cabo “supunha” estar atirando em um carro de criminosos.

O caso de Vitor, assim como de dezenas de outros assassinatos, justificados pela tese da ‘legítima defesa imaginária’ e dos ‘autos de resistência’, são a expressão de um sistema de justiça absolutamente desigual e injusto, que legitima o extermínio de jovens pobres e negros nas periferias.

VÂNIA SILVA

A mulher de sorriso largo

Vânia, 50 anos, é moradora da Nova Holanda. Nascida e criada na Maré, na região que hoje corresponde ao Parque Rubens Vaz. Seu pai veio de Minas Gerais e sua mãe de Vigário Geral, zona norte do Rio Janeiro, para viver numa Maré ainda erguida sob as palafitas.

Ela lembra a infância difícil que teve com a mãe e os irmãos, um ambiente de muita violência doméstica. Violência que, segundo ela, foi o motivo que fez sua mãe se separar do marido muito cedo. Estando sua mãe sozinha diante da responsabilidade do sustento dos cinco filhos, o trabalho passou a ser uma realidade para eles desde a adolescência. Sua avó cuidava dos netos menores, e os maiores saíam para trabalhar. Sendo assim, aos 14 anos, ela foi trabalhar no serviço doméstico, para contribuir com a casa, assim como também fizeram suas outras irmãs. Na parte da noite, Vânia estudava.

Aos 15 casou-se com o pai de seus filhos, e deixou o trabalho e a escola, pois seu companheiro não gostava que ela estudasse e nem trabalhasse fora de casa. Aos 17 foi mãe de Marvin, e aos 19 de Mayara. O

nascimento dos filhos, fez com que Vânia quisesse retornar ao trabalho e aos estudos, pois queria possibilitar uma vida com mais conforto para as crianças. Assim, mesmo contra a vontade do marido, ela foi trabalhar numa padaria ainda próxima de sua casa.

Vânia conta com muito orgulho que foi graças a esse trabalho, que ela pôde construir sua casa com conforto, dar um quarto para os filhos, decorar o seu lar do jeito que queria. Vânia também voltou a estudar, fez cursos técnicos, e chegou a participar do cursinho Pré-vestibular da Redes. Mas sempre convivendo com as queixas do marido, que, segundo ela, a adoeceu muito. Num determinado momento e diante do risco de as violências se agravarem ela opta por se separar e deixar a casa, levando junto os filhos. Nesse momento, ela contou com a generosidade de sua patroa, que lhe propôs um acordo trabalhista, e foi esse acordo que a possibilitou comprar uma nova casa, onde ela vive até os dias atuais.

Os filhos cresceram com uma vida ativa no território. A mãe conta com orgulho que o filho na adolescência falava francês fluentemente pois estudou o idioma, num curso ofertado pela Redes da Maré. A filha, aluna do cursinho preparatório, aos 11 anos, pleiteou uma vaga numa boa escola da Ilha do Governador.

Sempre ativa no território lembra do papel que teve na Igreja Católica, como catequista, ministra do acolhimento e corista, e que dividia a fé e as tarefas como uma valorosa e conhecida militante da Maré, Gilmara Cunha. Deu aulas de dança de salão com um amigo, e foi vice-presidente do “Gato de Bonsucesso”, a escola de samba da Maré. Hoje, Vania é uma tecedora, trabalha na Redes da Maré e, junto com Irone, foi uma das fundadoras do grupo Mulheres em Movimento da Maré. Continua atuando com cultura, samba e mobilização comunitária, e alimenta o sonho de se formar em Serviço Social.

Ela lembra do desafio que foi criar uma menina adolescente em casa, enquanto precisava ir trabalhar. Do temor da violência comunitária de gênero. Por esse motivo, a mãe de seu ex-marido, que vivia em Olaria, se ofereceu para cuidar dos netos por um tempo. Desse modo, até completarem 18 anos, os adolescentes viveram com a avó. De acordo

com Vânia, antes mesmo da mudança, as crianças nunca estudaram na Maré, pois em razão da rotina de operações policiais e os impactos no cancelamento de aulas, ela sempre optou por escolas de fora, para que os filhos pudessem ter mais qualidade nos estudos.

Aos 19 a filha Mayara foi viver em um bairro fora da Maré, mas sempre visitou a mãe com frequência. Conhecida como Mayana publicamente, a filha de Vânia é atualmente uma prestigiada cantora das rodas de samba carioca. Vânia conta com orgulho do canal que a filha tem, com músicas gravadas no *Spotify* e videoclipe no *Youtube*.

O Filho Marvin passou um tempo vivendo com o pai, mas depois também foi viver sua vida independente. Marvin criou, junto com seus amigos, um projeto chamado Maré *longboard*, o objetivo inicial era ensinar crianças do Conjunto de Favelas da Maré a andar de *skate*, mas que se consolidou como um coletivo de mobilizações com o objetivo de ampliar o poder de atuação da juventude através da formação pela arte e esporte no território. Ela conta que o projeto aglutinava muitos alunos e, por isso, Marvin e os amigos começaram a realizar ações de venda de camisetas, realizar eventos para conseguir recursos, e chegaram a encaminhar burocracias para sua formalização, mas infelizmente, teve seu sonho interrompido.

DEZEMBRO DE 2019

Vânia recebeu uma mensagem de amigos de seu filho, dizendo que alguns homens estranhos foram até a casa dele procurá-lo, e de que o levaram junto com eles. Vânia que estava passando pelas sequelas de uma Chikungunya, pediu ajuda de familiares para entender o que poderia ter acontecido com o filho, e assim o fizeram.

Com o avançar do dia, e a mobilização de buscas por parte dos familiares, veio a notícia que o filho de Vânia havia sido assassinado. Marvin faleceu aos 26 anos. Ainda com menos chances de ter seu caso apurado, o que restou para essa mulher de fibra foi transformar o luto em luta, reinventando a vida.

DJANICY RIBEIRO (DEJA)

Nascida e criada na primeira favela da Maré

Djanicy Ribeiro, 60 anos, é literalmente cria da Maré. Nascida e criada no Morro do Timbau, a favela mais antiga da Maré, ela vive ainda hoje na mesma casa em que fora criada por seus pais, hoje já falecidos. A mais velha de quatro irmãos, Deja, como é conhecida, relata as memórias de uma infância muito feliz na Maré: “Estudei sempre na Escola Bahia, e a minha vida foi, na medida do possível, maravilhosa, ‘como é que fala? Meu tempo de criança, né?’” (sic), lembra ela. Deja viveu a infância e juventude com a família no Morro de Timbau, até os 17 anos.

Aos 17, ela conta que conheceu seu primeiro namorado, de quem ficou grávida e por isso “teve que se casar”. Em razão do casamento, se mudou com o marido para Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Deja lembra que não fora feliz no casamento, pois era ainda muito jovem e queria continuar estudando, conseguir um emprego, ter uma vida autônoma, mas que seu marido não aceitava. Esperava que ela fosse apenas “dona de casa”, então, ela resolve se separar e retorna com seu filho, Marcos Paulo, para a casa de sua mãe.

Com o apoio da mãe e de uma das irmãs, que a ajudaram a cuidar desde a infância de Marcos Paulo, Deja criou seu filho na Maré. Trabalhou de auxiliar de serviços gerais, em empresas que fabricavam produtos eletrônicos e, durante a maior parte da sua vida, foi secretária no escritório de um conhecido locutor e apresentador de TV, “fez de tudo um pouco”, como ela mesma disse.

O filho Marcos Paulo cresceu na Maré, onde também estudou, e segundo ela, viveu cercado de amigos. Deja conta, que por conta da violência no território ela sempre o vigiou muito, mas com a adolescência o controle foi ficando mais difícil. “Quando fez 16 anos, ele começou a me dar problema, né? Quando fez 17, parou de estudar. Ele parou na sétima série e só me enrolando, dizendo que ia voltar, que ia voltar e nada de que ele ia voltar. Aí se envolveu, e com 17 anos, ele se envolveu”.

Deja conta como foi duro lidar com o suposto envolvimento de seu filho com um grupo armado do território, que lutou muito para que ele buscasse outro horizonte de vida, então ela se mobilizou para que ele fosse trabalhar num transporte alternativo próximo de casa, e por esse motivo, aos 19 anos, ele se desligou do grupo armado, e passou a trabalhar como cobrador, numa van que fazia transporte na Maré. Pouco tempo depois ele retornou ao grupo armado.

Marcos Paulo saiu da casa da mãe e foi viver em outra favela na Maré, a Baixa do Sapateiro. Deja conta que, mesmo não aceitando as escolhas do filho, eles sempre foram muito unidos: “Nós saíamos juntos, íamos ao pagode de mãos dadas, bebíamos nossa cerveja, ele me contava tudo, nós éramos muito amigos” (sic).

No último ano de sua vida, Marcos Paulo residia na Favela do Caju, situada na Zona Norte do Rio de Janeiro e próxima ao Conjunto de Favelas da Maré. Diariamente, ele mantinha o hábito de telefonar para sua mãe, pontualmente às 8h da manhã. No entanto, em um dia específico, ele ligou enquanto sua mãe não estava em casa, pois ela auxiliava uma prima que havia recentemente dado à luz. Após dois dias, ela recebe um telefonema informando acerca do desaparecimento de seu filho.

OUTUBRO DE 2010

Alguém ligou para o meu sobrinho dizendo que tinham matado ele. E eu fui lá para saber, ninguém falou nada (sic).

Marcos Paulo desapareceu em 2010 na Favela do Caju, Rio de Janeiro. Sua mãe, Deja, procurou autonomamente pelo corpo do filho, mesmo sem conhecer a favela, mas não encontrou pistas. Registrou um boletim de ocorrência de desaparecimento, no entanto, na delegacia, ainda experienciou outra forma de violência: ao invés de recolherem informações que pudessem contribuir para a descoberta do paradeiro do filho, foi constrangida pelos policiais que supunham que ela teria informações

sobre o grupo criminoso local. Passaram-se 15 anos, e Deja nunca obteve respostas sobre o paradeiro de seu filho.

Marcos Paulo deixou 7 netos para Dona Djanicy, um deles, João Marcos, hoje com 17 anos, ela criou com a ajuda de sua mãe, também no morro do Timbau, assim como criou o filho.

HORTENCIA ALVES DOS SANTOS (LILI)

Guerreira como Oyá

Hortencia, conhecida pelos amigos como Lili, é uma mulher negra de 60 anos, nascida na Favela da Nova Holanda, na Maré. Uma mulher muito séria, de um olhar profundo, que esconde as marcas de uma vida dura. Olhar profundo que carrega a tristeza de quem tão cedo, aos 10 anos de idade, viu seu pai ser morto dentro de sua própria casa. Com esse difícil relato, Lili, abre o percurso para contar os caminhos que precisou percorrer até aqui.

A mais velha de três irmãos, e órfã de pai aos 10 anos de idade, foi criada pela mãe, que logo após enviuvar, casou-se de novo. Ela nos conta que a vida com a mãe e o padrasto foi muito difícil, sem bons afetos, e com muita violência. Assim que seu pai faleceu, sua mãe a retirou da escola, e disse que ela precisaria começar a trabalhar, pois seu padrasto se recusava a sustentar os filhos de outro homem.

Fui batendo, de porta em porta, pedindo emprego. Lá pro lado de Ramos, sozinho. “Precisa de empregado? Não! Precisa de alguém pra trabalhar. Não!”. Só que abriram uma porta pra mim, que era um delegado, Doutor Roque. E eu disse: “tá precisando de gente pra trabalhar? E ele disse: estou sim”. E lá eu trabalhei por anos. Criei os filhos da Dona Rosa, filha dele. Fui nessa casa trabalhando e todo mês ela [a mãe de Hortencia] ia pegar meu dinheiro na cooperativa responsável pelo

pagamento. Trabalhei durante anos nessa casa, sem nunca ter visto meu pagamento, porque minha mãe todo mês o pegava inteiro. Eu tomava café, almoçava e jantava no trabalho, porque quando eu voltava para casa, não tinha comida (sic).

Hortencia viveu a maior parte da sua adolescência trabalhando nesta casa, tendo passado um intervalo em outra casa de família, onde fora injustamente acusada de furto. Na ocasião, seu antigo patrão, intercedeu pela sua inocência, pois ela havia trabalhado anos com sua família e sempre foi muito honesta. Esse fato fez com que Lili resolvesse trabalhar novamente com eles. Nessa época, em razão das muitas brigas que enfrentava na casa de sua mãe, Hortencia foi morar num quarto nos fundos da casa em que trabalhava, e sua patroa pediu que a cooperativa não mais pagasse a sua mãe o dinheiro de seu trabalho.

Aos 18 anos conheceu Giovanni, seu primeiro companheiro, com quem se casou, foi morar na Vila do João e teve sua primeira filha, Nathalia. No entanto, um fato muito duro atravessou o casamento de Hortencia, o pai de sua filha foi morto num assalto à ônibus quando retornava de um jogo de futebol no Maracanã. Como não conhecia ninguém na Vila do João, tinha medo de viver sozinha com a filha, e por isso precisou retornar para casa da mãe.

Mesmo adulta, e já tendo sua filha, as violências contra ela continuaram frequentes na casa de sua mãe. Então, a sogra de Hortência a ajudou a negociar a casa em que ela vivia na Vila do João, por uma casa na Nova Holanda, onde se sentia mais segura. Nesse período, um ex-namorado de Hortencia, a procura e vê que ela está em uma situação econômica muito difícil, começa a ajudá-la e depois de um tempo, eles resolvem viver juntos.

Quando a filha, estava já com 7 anos, Lili engravida de seu segundo filho, a quem batiza com o mesmo nome do pai, Gelson. No entanto, o marido a abandonou ainda na gestação.

Foi um inferno na minha vida. Tinha vez que ele me dava as coisas pro meu filho, tinha vez que ele não dava, e fui levando minha barriga. Trabalhei de barriga [...] só que ele também foi morto. Morreu cedo, meu filho era nascido, mas era pequeno ainda (sic).

Mãe solo, ela enfrentou todo tipo de trabalho para criação dos filhos, e também dos sobrinhos Isabela e Leonel, respectivamente com 10 e 6 anos, pois, em sequência do falecimento do ex companheiro, Hortencia perdeu também a irmã caçula, aos 27 anos, por complicações de saúde em decorrência do vírus HIV.

Hortencia criou os filhos e sobrinhos na Nova Holanda, ora estudando nas escolas da Maré, ora nos bairros do entorno, com horário para chegar em casa, com obrigações domésticas, tanto dos meninos quanto das meninas. Mas diz que não tinha como dar conta da rotina deles na rua integralmente, pois trabalhava muito.

Quando fala da vida deles, tem orgulho em dizer que os sobrinhos saíram de sua casa formados, e que a filha se tornou “uma mulher muito trabalhadeira” (sic). Se emociona ao lembrar das lutas travadas para dar conta sozinha de manter a casa. E como é comum a uma mulher, se culpa emocionada também pelos momentos que não pode estar atenta a tudo que acontecia na vida dos filhos.

Trabalhei entregando papelzinho na rua, gerei escritório, faxinei casa de massagem” [...] eu trabalhava muito, uma mulher sozinha, sem marido, não tinha apoio de mãe, então minha vida era rua, trabalhando claro (sic).

Por ficar muito tempo fora de casa, Lili conta, que por mais de uma vez um vizinho a chamou e contou que seu filho estava envolvido com um grupo armado do território. E a partir desse dia, ela começou a vigiá-lo. Gelson sempre negou o envolvimento para a mãe, chegou a morar um tempo na casa da irmã, teve trabalho. No período do alistamento

militar, serviu ao exército. Mas, apesar das negativas, ela descobriu que o filho realmente estava “envolvido”. O que a fez adoecer severamente.

Caí dura no chão. Fiquei dias internada. Aí aquilo para mim foi a derrota. Eu já não dormia, eu trabalhava de qualquer jeito. Meu telefone tocava e eu já estava preocupada (sic).

Hortencia, conta que nos momentos mais turbulentos que passou com o filho, foi a sua fé que a manteve de pé. Nos momentos de doença, foi a fé que ergueu sua saúde. Se orgulha em dizer é que é “Filha” de Oyá, ‘uma Orixá Guerreira, rainha dos raios e da tempestade, e quem a ajuda na vida com os dias de céu cinzento.

JANEIRO DE 2021

O filho de Lili morava com uma namorada na favela do Parque União. Ele convidou a mãe para passar as festas de fim de ano na casa dele, e ela assim o fez, tanto no Natal, quanto no Ano Novo. “Ele me abraçou muito, me beijou muito, parecia que ele estava se despedindo” (sic).

No dia 4 de janeiro, Gelson passou na casa de Lili, com uma mochila nas costas e disse que estava saindo. Alguns dias passaram e Lili não tinha contato com o filho. Ligou a TV, e no noticiário passava uma matéria sobre uma Chacina que ocorrera no Morro da Caixa d’Água em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Nesse mesmo instante, ela começou a receber ligações perguntando se estava tudo bem, o que gerou nela um pressentimento estranho. Até que chegou a notícia; seu filho era uma das vítimas da Chacina que ela havia assistido no telejornal. Ele e outras pessoas participavam de uma festa neste local.

1 Oyá/Iansã, é Orixá (deusa) feminina da religião afro-brasileira, associada aos ventos, tempestades e rituais funerários, e à força feminina.

Violência de Estado: da violência armada ao não acesso à justiça

Quando ouvimos falar em violência de Estado, pensamos prontamente em experiências de regimes empresarial militar vivenciados no Brasil e em parte da América Latina. O autoritarismo, no entanto, também se expressa nas democracias, quando a forma de atuação do Estado, e seus mecanismos de controle, ao invés de garantirem direitos e proteção à população, produzem violações. Tal violência se materializa quando agentes do Estado são responsáveis por práticas de assassinato, tortura e desaparecimento, por meio do uso excessivo da força policial, pela repressão sistemática à grupos sociais determinados ou na atuação das forças militares em diferentes contextos. De acordo com as entrevistas que realizamos, a Maré experienciou, e/ou experiência cotidianamente, todas essas situações.

Ao longo de nossas entrevistas, as mulheres com quem conversamos foram provocadas sobre as percepções que tinham quanto a violência de Estado, e se percebiam-se vítimas dessa violência ao longo de suas vidas. De maneira geral, a resposta era sim, seguidas de muitas exemplificações.

Em primeiro lugar, a polícia aparece como a principal representação da violência de Estado, não só porque ela é a responsável por parte das mortes aqui relatadas, mas também porque ela é responsável por uma série de práticas de violências no território. Em episódios de tiroteios, invasão dos domicílios, e episódios que podem ser interpretados como práticas de tortura, como os relatos abaixo dão conta de exemplificar.

Eu estava voltando do Hospital Geral de Bonsucesso, de uma consulta no ortopedista. Vi umas pessoas correndo, mas não viu o Caveirão. Eu dobrei a esquina, aqui da minha casa, que é perto do batalhão, e tinha um monte de crianças correndo e gritaram: “tia, me socorre”, e uma delas foi atingida por um estilhaço de bala, e também pegou em mim. Felizmente não foi grave. (JAQUELINE)

Minha casa já foi invadida. Tive que fazer uma obra e fechar minha área de serviço todinha, porque eles entravam. Eu saí para trabalhar, minha filha estava se arrumando pra ir pra faculdade, e eles estavam na minha escada. Perguntei se eles subiriam, e eles disseram que não. Saí para trabalhar, minha filha começou a escutar um barulho, e eles deram um jeito de entrar pela laje. Voltei, e perguntei por que eles estavam fazendo aquilo, se disseram que não entrariam, e eles disseram que precisavam olhar tudo. Coloquei minha casa a venda porque não quero morar mais aqui. Minha filha foi morar em outro lugar justamente por conta desta facilidade que a polícia tem de entrar na nossa casa. (VÂNIA)

Na minha casa tinha um videogame, e as crianças ficavam brincando, e um dia eles esqueceram do lado de fora da varanda. Num dia de operação, eles (a polícia) jogaram uma bomba de gás em cima dessa máquina de videogame, e o gás escapou, por uma porta de vidro que tinha na minha casa, e começou a me sufocar, no meu quarto. Meu filho quem me socorreu. (MARGARETH)

Porque essa operação que, que tava quebrando as casas aí, eles foram dentro da minha casa com o cachorro. Eu, uma mulher sozinha e Deus. Uma escuridão. Os homens mascarados. Naquele dia eu chamei tanto santo, tanto deus. Eu tive que me levantar da minha cama. Levantei e abri a janela. Falei, boa noite. Boa noite. Pode abrir aí para mim e subir? Falei, por favor, eu tenho um problema de hérnia de disco. A senhora joga a chave, pra gente abrir e entrar. Falei, não, a casa é minha quem tem que abrir para você, sou eu, se quiser. E o policial respondeu: eu espero. (HORTENCIA)

Outra forma de violência de Estado presente dentre as histórias que ouvimos, é a provocada pela militarização dos territórios de favela. Dentre os anos de 2014 e 2015, a Maré foi cenário de uma ocupação militar do exército, como parte de uma suposta estratégia de pacificação.

Foi nesse período que o jovem Vitor Santiago foi alvejado por militares do exército, fato que o deixou paraplégico, e que o filho de Margareth foi apreendido, mas não só eles foram vítimas dos abusos cometidos pelo exército nessa época. Durante a ocupação do exército na Maré, outras violências ocorreram, incluindo casos de violência letal². O que se anunciava como uma estratégia de abertura de pacificação, se converteu em uma série de violências. Uma pesquisa coordenada pela Redes da Maré em 2015, em parceria com a *Queen Mary University of London* e a *Newton Foundation*, a fim de documentar a opinião dos moradores a respeito dessa ocupação, quantificou também a recorrência dos abusos cometidos pelos militares nesse período.

De acordo com a pesquisa, nove de cada 100 moradores tiveram problemas com os militares, sendo os principais; a forma de abordagem (70%), agressões verbais (46%) e físicas (31%), danos aos bens materiais (15%) e invasões domiciliares, prática presente nas operações policiais na Maré e que continuou acontecendo durante a ocupação do Exército. Para se ter uma ideia, a pesquisa estima que cerca de quatro mil domicílios podem ter sido revistados pelos militares e, provavelmente, sem o consentimento do morador (Silva, 2017).

Uma outra forma de violência mencionada nos relatos das mulheres é a violência institucional após a vitimização dos filhos, quando a busca por um direito é desaguada por uma nova experiência de violação. Ao buscar o paradeiro de um filho desaparecido, registrar um boletim de ocorrência ou participar de uma audiência judicial, essas mulheres enfrentam situações em que os agentes públicos: 1) reforçam narrativas de criminalização dos jovens; 2) negam a possibilidade de um atendimento adequado, como perícia e investigação; 3) tomam decisões judiciais que isentam os agentes da responsabilidade que tiveram

2 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/20/ocupacao-do-exercito-na-mare-teve-cabo-morto-e-tiroteios-relembre.htm>. Acesso em: 08 mar. 2025.

nos crimes, como a justificativa da “legítima defesa putativa”, a decisão recorrente pelo homicídio culposo, o arquivamento de casos não solucionados pelo Ministério Público etc.

No caso do assassinato de Cadu Barcellos, sua mãe ouviu na delegacia, que “não havia o que fazer”, pois o que aconteceu com o filho dela, acontece todos os dias pelas ruas da cidade. Além da violência institucional que sofrera no pós morte, a partir da descrença numa resolução para o caso de seu filho, Neilde também considera a morte de Cadu como uma violência de Estado.

Eu perdi meu filho lá no centro da cidade, e foi também culpa do Estado, porque o Estado não garantiu o direito do meu filho de ir e vir né. (NEILDE)

Djanicy, ao procurar a Delegacia de Descoberta de Paradeiros para registrar uma ocorrência, também foi alvo da violência institucional semelhante. Além de ter sido constrangida pelos policiais que a atenderam, nunca foi procurada ou recebeu sequer o telefone de um investigador. Nunca obteve respostas sobre o paradeiro de seu filho.

Eu só me senti violentada pela polícia, nessa época que meu filho morreu. Pois ao invés de me deram apoio, eles me coagiram, queriam que eu desse informações sobre o “Chefe” do lugar onde meu filho morreu. E eu não sabia de nada, eu tava lá procurando meu filho que desapareceu. (DJANICY)

Outras mães, embora saibam da existência de um processo investigativo, como é o caso de Jaqueline e Hortencia, têm pouca ou quase nenhuma informação sobre o andamento do caso. Quando tomam conhecimento sobre alguma informação mais robusta, a acessam por meio de organizações da sociedade civil que atuam diretamente no campo do acesso à justiça, ou que são capazes de mobilizar articulações com núcleos estratégicos da defensoria pública, por exemplo.

No que se refere à atuação do sistema de justiça, é importantíssimo destacar que um dos fatores que contribui para os altos índices de homicídios no Rio de Janeiro está relacionado à falta de responsabilização dos autores desses crimes, especialmente nos casos que envolvem agentes do Estado. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz, intitulada “Onde mora a impunidade? Por que o Brasil precisa de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios”, apesar de o país ter uma população prisional de quase 650 mil pessoas, apenas 1/3 delas foram presas pelo crime de homicídio. Isso indica que o Brasil prende excessivamente por lei de drogas e crimes contra o patrimônio, mas não se importa em responsabilizar crimes contra a vida. Nesse contexto, dentre os 18 Estados que forneceram dados para a análise desenvolvida pelo Instituto Sou da Paz, o Rio de Janeiro registra a 3º pior taxa, apenas 23% dos crimes contra vida são elucidados, ficando atrás apenas de Bahia e Rio Grande do Norte (Instituto sou da paz, 2023).

REFERÊNCIAS

- INSTITUTO SOU DA PAZ. *Onde mora a impunidade? Porque o Brasil precisa de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios*. São Paulo, 2023.
- SILVA, Eliana Sousa. *A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.
- SILVA, Thais Gomes da. *Combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer: a memória como ferramenta de manutenção da vida*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2021.

5

PANORAMA SOBRE AS VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS E OS DESAFIOS NO ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL JURÍDICO NO PROJETO MARÉ DE DIREITOS DO EIXO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

Handy Silva Rosa Barbosa

Luca Renan Ferreira Lima

Marcela Teles Andrade Cardoso

O Rio de Janeiro, durante anos, tem sido palco de inúmeros confrontos armados entre grupos de traficantes e policiais durante operações em áreas ocupadas por grupos armados que atuam no varejo de drogas

(Misse, 2013). Isso se deve, primordialmente, ao modelo de repressão pelo confronto adotado no combate às redes desse mercado e na escolha política da criminalização das drogas sob a narrativa de “guerra”.

A representação do conflito social nas grandes cidades com a terminologia de guerra implica em acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confronto são inimigos e o extermínio uma estratégia aceitável, haja vista que situações excepcionais de guerra exigem medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática. A categoria guerra norteadora das políticas públicas de Segurança no Rio de Janeiro nas últimas décadas, denota que certos territórios na cidade são “espaços de exceção” devido a presença do tráfico de drogas, um território de não-cidadania (Leite, 2013).

Nessa eleição discursiva e política, territórios de favela são comumente associados a uma espécie de incubadora de crimes e criminosos, o que gera efeitos devastadores aos moradores e moradoras de favelas e periferias, qual seja, a desumanização e instauração de um verdadeiro estado de exceção, onde direitos e garantias fundamentais são suspensos em nome da lei e da ordem.

As consequências desse discurso, impactam na forma como o Estado se faz presente no território de favela por meio de uma política de segurança pública, estruturada na violência armada, na violação de direitos e na oferta de políticas públicas de baixa qualidade, ignorando os direitos e garantias fundamentais dessa população, como o acesso à saúde, educação, ao lazer, à integridade física, vida, sob manto da guerra. Ou seja, em razão da atuação de grupos armados que atuam no varejo de drogas em territórios de favelas, o Estado justifica a sua escolha na oferta precária e de baixa qualidade dos serviços públicos.

Diante desse cenário, a Redes da Maré é criada em 2007, uma instituição da sociedade civil que produz conhecimento, projetos e ações em busca de qualidade de vida e garantia de direitos para os mais de 140 mil moradores das 15 favelas da Maré. A Redes da Maré organiza sua atuação a partir de cinco eixos, considerados estruturantes para os direitos da população da região: Arte, Cultura, Memórias e Identidades;

Direito à Saúde; Direitos Urbanos e Socioambientais; Educação; e, por fim, o Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, a partir do qual o trabalho apresentado neste artigo é construído.

O Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça foi criado com o objetivo de estimular que todas as pessoas moradoras das 15 favelas da Maré se sintam provocados a pensar e reivindicar a segurança pública e o acesso à justiça enquanto direitos a serem defendidos e, dessa forma, garantidos e acessados. Nessa direção, e a partir de uma metodologia balizada na produção do conhecimento, na incidência política, na mobilização comunitária e em experiências e ações concretas, os projetos desenvolvidos pelo eixo, visam promover a ampliação dos direitos sociais dos moradores da Maré, mediante um contexto de graves violações.

No ano de 2016, o Maré de Direitos, um dos projetos que integra o Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, foi criado com objetivo de ampliar as possibilidades de acesso à direitos e à justiça para pessoas moradoras da Maré.

A partir de uma metodologia de trabalho que compreende o acolhimento e atendimento à porta aberta e agendado, com equipe multidisciplinar com profissionais do campo do serviço social, psicologia e direito, este projeto oferece ações que visam fortalecer os direitos da população atendida, com três frentes de trabalho que se vêm sendo estruturados ao longo do tempo: 1) atendimento sociojurídico; 2) atendimento das múltiplas violências; 3) atendimento da violência armada.

O acompanhamento e metodologia de trabalho da equipe da violência armada¹, vem sendo estruturado ao longo dos anos e muito a partir da

1 Equipe Multidisciplinar que integra o Projeto Maré de Direitos e é responsável pelo acolhimento, atendimento e acompanhamento de famílias e vítimas da Violência Armada no território da Maré.

expertise e do fazer profissional nos Plantões de Operações Policiais². A partir dos acolhimentos realizados durante os plantões de operação, surge a necessidade de criar uma metodologia de atendimento e acompanhamento às vítimas e familiares. Na sua maioria mães que tiveram seus filhos vitimados pela violência armada na Maré, praticada por agentes do Estado ou pelos grupos armados locais.

O acolhimento compreende a troca, a escuta atenta e o conhecimento da situação em que se encontra o usuário, muitas vezes é feito no primeiro local onde se encontra o morador (casa, hospital, IML, delegacia, abordagem de rua etc.). Na perspectiva deste trabalho, o acolhimento também tem a capacidade de identificar, já nos primeiros momentos de contato, alguns pontos da dinâmica da violação que poderá ser colhida com mais profundidade nos atendimentos e na coleta de evidências que ocorrem posteriormente.

Por se tratar de um momento com múltiplas sensibilidades, a equipe precisa estar atenta a todos os detalhes e também disponíveis para as situações diversas que se apresentam. Situações de cunho emocional e físico, como choro, desmaios, rompantes de raiva, possíveis ferimentos, reações que se relacionam com os processos de dor e trauma que são experienciados. Cabe mencionar que estar em parceria com dois ou três profissionais é o ideal em momentos como esses, onde o saber poderá ser compartilhado, bem como as ações que muitas vezes terão que ser realizadas no decorrer do processo, entendendo as especificidades que cada momento como esse gera aos moradores.

O trabalho realizado no âmbito do projeto “Maré de Direitos”, tem como referência a atuação do Serviço Social, que historicamente tem como objeto a questão social e suas múltiplas expressões, e sobre o qual incide o trabalho profissional, como dito por Iamamoto (2011),

2 O plantão de operação policial é uma tecnologia comunitária, estruturada pela ONG Redes da Maré, com a finalidade de acolher e atender os moradores e mediar situações de conflitos e práticas abusivas dos agentes do Estado no território da Maré, durante as operações policiais.

no entanto, ele é executado por uma equipe multidisciplinar. No atendimento, que em algumas vezes acontece no espaço institucional ou em realização de visita domiciliar, a equipe realiza todas as orientações, e informa os possíveis caminhos caso a pessoa atendida queira iniciar um processo de denúncia aos órgãos de justiça. Partindo sempre do pressuposto de que a decisão é do morador, mas o informando a importância da comunicação da denúncia não só para fins individuais, mas também em uma perspectiva coletiva de incidência que ultrapassa os casos individuais. Esse trabalho vem sendo realizado desde 2016, e vem criando formas de mobilizar os moradores sobre os seus direitos, a partir da Campanha Somos da Maré e Temos Direitos³.

Após o atendimento, a equipe realiza as decisões direcionadoras para cada caso, com discussões entre os profissionais envolvidos, a partir do detalhamento com o morador sobre os encaminhamentos possíveis. Muitas vezes sua decisão para encaminhar na esfera de justiça não será de imediato, mas a partir de uma criação de vínculo que é estruturada ao longo do tempo, e a partir do acompanhamento para o alcance dos fins e objetivos das intervenções.

O acompanhamento, de caráter longitudinal, é o atendimento integral do usuário às suas demandas, de acordo com as questões trazidas pelo morador. “Existe a necessidade de estratégias porque existem confrontos e existem maneiras diferentes de enfrentá-los” (Uribe Rivera *apud* Baptista, 2015, p. 17). Esse acompanhamento, composto por diligências em órgãos de saúde, idas ao Ministério Público e Defensoria Pública, delegacias e equipamentos da assistência, se configura em uma

3 É uma campanha de mobilização que busca fortalecer o protagonismo da população da Maré na luta por seus direitos básicos, como segurança pública e o direito à vida. A campanha envolve diversas ações permanentes no território da Maré e é utilizada como ferramenta de diálogo com o morador no pós operação policial, onde os profissionais do Eixo utilizam dos materiais produzidos para dialogar com as pessoas do território. Para mais informações sobre a campanha acessar a página da Redes da Maré, disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/20/somos-da-mare-temos-direitos>.

ação necessária para pensar no acesso à justiça, mas com grandes consequências para o estado de saúde física e mental das famílias atendidas.

Em 2022, pensando em formas de cuidar e lidar com esses impactos na vida dos moradores, a equipe se aproxima da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE), um núcleo que nasce da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro para pensar no cuidado em saúde mental de famílias vitimadas do território da Maré, participando da coordenação técnica e construção dos fluxos de encaminhamentos para atendimentos psicológicos. Em 2024, consolidou-se uma parceria entre as Redes da Maré e a RAAVE, sendo iniciada a vinda semanal de uma equipe composta por pessoas psicólogas e psicanalistas para atender as famílias vitimadas pela violência de Estado na Maré, criando assim um fluxo de encaminhamento e acompanhamento fundamental para a execução do trabalho.

A articulação com o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado também tem sido primordial para o acompanhamento dos casos, bem como a aproximação e organização de fluxo junto ao Núcleo de Atendimento às Vítimas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Tais articulações tem como objetivo ultrapassar o caráter territorial, entendendo que apenas com o acesso a outras estruturas institucionais será possível pensar a perspectiva de acesso das famílias vítimas acompanhadas, como veremos a seguir.

A partir da mobilização social que também perpassa o atendimento, é possível conjecturar o que se vislumbra à longo prazo como uma política de Segurança Pública que respeite e resguarde os direitos dos moradores de favelas e periferias.

Acesso à Justiça: uma demanda por reconhecimento das vítimas e familiares da violência armada na Maré

O debate acerca do acesso à justiça é vasto e compreende tanto o direito à ação consagrado na Constituição Federal em seu artigo 5º, XXXV, que trata da inafastabilidade da jurisdição, ao dispor que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, quanto a justiça em sentido mais estrito, de se ver os conflitos resolvidos pelo Judiciário, com o consequente direito assegurado.

Com a Constituição Federal promulgada como fruto do período de redemocratização diversos direitos e garantias fundamentais foram ampliados e criados, como os direitos sociais, civis, políticos, econômicos, o direito à segurança pública, dentre outros. Diante do aumento dessas garantias, se gerou expectativa dos cidadãos de verem cumpridos seus direitos, até então inexistentes- pois anteriormente vivíamos uma ditadura militar de forma que a deficiência na execução das políticas públicas e o desrespeito aos direitos e garantias previstos na Constituição Federal, acabou por se transformar no grande propulsor das demandas judiciais e na exigência da atuação do Judiciário no sentido de se assegurar tais direitos (Sadek, 2014).

No acompanhamento das mães, familiares e vítimas da violência armada, percebemos que quando os moradores se referem à justiça, eles estão dizendo bem mais do que o mero acesso formal ao judiciário, o mero direito de ação. A demanda que se apresenta a partir dessas moradoras é de reconhecimento de cidadania, reconhecimento de que seus lutos, a violência da perda de seus entes queridos pela violência armada, são inaceitáveis, inadmissíveis e que seus filhos são cidadãos com direitos que foram brutalmente violados.

Cardoso (2008) trabalha a noção de insulto moral compreendendo o fenômeno como atos ou eventos de desrespeito à cidadania não contemplados pela linguagem jurídica, analisando o conceito a partir de duas chaves de análises: a) agressão objetiva a direitos que não necessariamente são traduzidos em evidências materiais, e b) que implicam a desvalorização ou negação da identidade do outro.

Entende o autor que a violência física, quando não observada pela chave de uma dimensão simbólico-moral, seria uma mera abstração, compreendendo, assim, que a violência, engloba um componente moral que atinge a dignidade e a identidade da vítima (Cardoso, 2008).

A evocação dos sentimentos e a mobilização das emoções das mães empreendem significado social diferenciado dos direitos positivados, demandando uma articulação entre as identidades dessas, suas vivências de negação, violências e sua comunidade. A partir dessa articulação, esses direitos são acionados em interações, não podendo ser lidos de maneira meramente jurídica-formal, sem um esforço simbólico da complexidade desse luto.

Portanto, a dificuldade de se traduzir as experiências de injustiça em linguagem jurídica demonstra uma importante diferença entre a dimensão moral e legal da cidadania (ou direito), a primeira compreendida em noções de expectativas de consideração à pessoa e a última mais diretamente ligada ao desrespeito a direitos positivados.

Nesse sentido, é necessário ter especial atenção às percepções dessas mães, em contextos de vulnerabilidade social, infringidas muitas vezes pela pobreza, a dificuldade de acesso a direitos, mormente tendo seus filhos estigmatizados e criminalizados, levando em consideração que as demandas sociais dessas mães não são positivadas em linguagem jurídica formal, mas manifestadas por relatos de experiência em que suas “noções intuitivas” de justiça são violadas e não compreendidas.

Essa injustiça moral está associada à noção de que a identidade é construída por meio do reconhecimento social, reconhecimento recíproco das pessoas como entes morais, pessoas dignas que merecem ser respeitadas e a experiência de desconsideração e desrespeito, é percebida pela falta de reconhecimento social, podendo afetar uma ou mais dimensões da identidade da pessoa, caracterizando assim, uma forma de negação da dignidade no plano da cidadania (Lemos, 2019).

Dessa forma, o acolhimento, atendimento e acompanhamento das mães da Maré, de forma multidisciplinar, tem o propósito e o desafio de buscar as minúcias dos sentidos que essas mães compreendem sobre justiça, trazendo a dimensão moral ao conhecimento dos operadores do

direito, Defensoria Pública, Ministério Público, para que sejam incorporadas ao judiciário em uma leitura mais global e profunda da violência sofrida e dos contextos sociais que a envolvem. Não basta só uma ação penal ou civil para a responsabilização dos agentes do Estado ou dos grupos armados que tenham executado seus filhos, o que elas buscam é ver reconhecido pelo Judiciário e pela sociedade, que seus parentes eram cidadãos plenos, com direitos e garantias fundamentais que foram suspensos, sendo o processo, um instrumento para a justiça social. Uma dimensão moral que o direito com seu mero enquadramento jurídico entre fato e norma, precisa ser constantemente provocado e estrangido a alcançar.

Os casos a seguir evidenciam dinâmicas diversas de violações de direitos e formas de enfrentamento diversas que as mães vêm criando estratégias ao longo do tempo, ultrapassando a dor e o luto para ampliar seu campo de possibilidades, acessando espaços para a busca por justiça, estabelecendo contatos e articulações diversas.

Casos acompanhados

BRUNA DA SILVA

NOME DA VÍTIMA: MARCUS VINÍCIUS DA SILVA

DATA DA VIOLÊNCIA: 20/06/2018

RELATO:

Bruna começa a ser acompanhada pelo “Maré de Direitos” logo após a morte de seu filho, Marcus Vinícius, em 20 de junho de 2018. O adolescente foi alvejado durante o curso de uma operação, em que a polícia utilizava helicópteros como plataforma de tiro, enquanto caminhava junto de um amigo para a escola. A equipe da Redes auxiliou Bruna no pedido de atendimento médico de Marcus Vinícius e na articulação com a polícia civil a fim de garantir a realização da perícia no local. Marcus Vinícius foi a óbito no mesmo dia.

A morte de Marcos refletiu de diversas maneiras na vida de Bruna, dando a ela outros significados e contornos não só pela busca por justiça, mas como ressignificação da sua jornada. Desde então Bruna se inseriu na luta das mães que tiveram seus filhos vitimados pelo Estado, se articulando e inserindo em diversos espaços de formação e mobilização na luta por justiça e por uma política de segurança pública que respeite a vida, sobretudo de corpos negros e favelados.

Marcus Vinícius, morreu em decorrência de uma operação policial realizada pela Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE) sendo a perícia e a investigação realizada pela própria Polícia Civil, em verdadeiro desrespeito a manifestação da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH⁴). Atualmente, o inquérito se encontra na Secretaria do Núcleo de Investigação das Promotorias de Justiça de Investigação Penal do Rio de Janeiro.

O caso também é acompanhado por outras instituições, como Justiça Global e Anistia Internacional que pautam os casos pensando

4 Em 16 de Fevereiro de 2017, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília, proferiu sentença declarando a responsabilidade internacional do Estado Brasileiro, pela violação de garantias judiciais de independência e imparcialidade da investigação, devida diligência e prazo razoável do inquérito, desrespeito ao direito à integridade pessoal e ao direito à proteção judicial referente as duas operações policiais ocorridas em 1994 e 1995 na Favela Nova Brasília no Rio de Janeiro, onde 26 pessoas foram mortas. A Corte ordenou que o Estado Brasileiro adotasse diversas medidas editadas em pontos resolutivos.

Acrescentou que diante das execuções extrajudiciais praticadas por agentes do Estado, as investigações foram tendenciosas em razão da concepção prévia de que as vítimas haviam morrido em decorrência de suas próprias ações em enfrentamento com a polícia, por essa razão determinou que diante de supostas mortes, torturas ou violência sexual decorrente de intervenção policial, em que em um primeiro momento policiais apareçam como supostos autores, se delegue desde a *noticia criminis* a investigação a um órgão independente, diferente da força pública envolvida no ato, como a autoridade judicial ou o Ministério Público. Disponível em: Sumário Executivo Caso Favela Nova Brasília (Cosme Genova e outros VS. Brasil). Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/sumario-executivo-favela-nova-brasil-v8-2022-02-21.pdf>.

na incidência política nacional e internacional, uma vez que o estado brasileiro não cumpriu as manifestações da CIDH.

Recentemente, através de uma articulação do Eixo DSPAJ com o Núcleo de Apoio às Vítimas do Ministério Público, Bruna esteve no órgão acompanhada pela equipe da violência armada e foi atendida por um procurador, que tomou conhecimento de seu caso e da morosidade em uma resposta judicial.

HORTENCIA ALVES DOS SANTOS

NOME DA VÍTIMA: GELSON MARTINS FILHO

DATA DA VIOLÊNCIA: 11/01/2021

RELATO:

Hortencia se aproxima da equipe de acompanhamento do Maré de Direitos através do Coletivo de Mães da Maré, sendo apresentada ao grupo poucos meses após a morte de seu filho. Gelson Martins Filho, filho mais velho de Hortência, foi morto no dia 11 de janeiro de 2021 durante uma operação policial no morro da Caixa D'água, em Belford Roxo. Porém, não há registro de incursão policial na região nos arquivos da polícia, somente uma matéria de jornal falando sobre a chacina feita no local nessa data, localizada pela equipe após extensa pesquisa *on-line*.

A morte de Gelson gerou grandes impactos na vida da família, sendo Hortencia gravemente afetada pelo ocorrido. Por ter uma relação muito próxima com o filho, a moradora sempre traz em seus relatos a fala “Quando a polícia matou meu filho, me levaram junto dele. Me sinto uma mulher morta”, mostrando as severas consequências psíquicas, físicas e emocionais de uma morte em decorrência da violência de Estado.

A partir da participação nos atendimentos da equipe e fortalecimento psicossocial advindo do acompanhamento de caráter longitudinal, Hortencia decidiu dar entrada em uma ação de responsabilidade civil contra o Estado, em busca de justiça pela morte de seu filho. Entretanto,

mesmo após ser encaminhada para o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Hortência não teve respostas sobre a investigação criminal do caso de seu filho durante o atendimento e a todo momento os defensores não perguntavam sobre o fato que ensejou a morte, mas questionaram Hortência sobre a existência ou não de envolvimento criminal de Gelson, tendo a equipe se manifestado sobre a irrelevância dessa informação na apuração das ações em ilegalidade dos agentes do Estado no caso.

Atualmente, o caso encontra-se com a Defensoria Pública com pendência de documentos.

JACQUELINE TOMAZ DOS SANTOS

NOME DA VÍTIMA: FELIPE FRANCISCO TOMAZ DE ANDRADE

DATA DA VIOLÊNCIA: 23/08/2017

RELATO:

Jacqueline começou a ser acompanhada pela equipe em 2022, após conversar com uma mobilizadora territorial da Redes, também mãe de vítima, e se aproximar do Coletivo Mães da Maré.

A moradora inicia os atendimentos com a equipe e começa a participar de todas as atividades propostas, trazendo a devolutiva de que os espaços promovidos pela instituição a ajudam muito a lidar com a perda do filho. O filho de Jacqueline, Felipe Francisco, foi morto pela polícia durante uma ação no território em 2017.

Jacqueline trouxe algumas demandas durante os atendimentos com a equipe, como insegurança alimentar, desejo de inserção escolar para alfabetização, necessidade de acompanhamento psicológico e auxílio no acompanhamento jurídico no caso de seu filho e em um processo trabalhista seu.

Segundo a moradora, ela tentou diversas marcações de atendimento e nunca conseguiu ser atendida pelos defensores públicos, somente por estagiários que traziam informações que ela não conseguia entender.

No atendimento com a equipe, foi constatado que o processo já havia sido arquivado, tendo sido julgado como improcedente em 2020, sob o fundamento de que não se comprovou que os policiais haviam matado Felipe, mas sim realizado o registro de ocorrência de que encontraram um corpo na Avenida Brasil no dia 28/03/2017.

Esse caso chama a atenção também pela falta de informação prestada pelos órgãos de justiça a assistida, que somente após dois anos do arquivamento, veio a receber essa triste notícia. Infelizmente, a equipe percebe ser uma prática recorrente do sistema de justiça não informar às pessoas assistidas sobre os andamentos processuais, de forma que os mesmos possam ativamente participar.

Compreendemos que o acesso à justiça, nesses casos, se mantém mitigado, somente se tratando do direito de ação, pois os assistidos continuam afastados da possibilidade de serem ouvidos em integralidade, de se insurgir e de entenderem o processo.

Outro ponto importante a ser tratado diz respeito à forma como são passadas as informações relativas ao processo. A linguagem jurídica não é acessível, pouco ou nada informando a quem não tenha domínio sobre ela. A moradora é uma pessoa com baixa escolaridade, sendo necessário se fazer uso de uma linguagem mais objetiva e menos formal, o que nos leva a crer não ter sido feito nos atendimentos na Defensoria Pública, haja vista o relato de Jacqueline.

IRONE SANTIAGO

NOME DA VÍTIMA: VITOR SANTIAGO BORGES

DATA DA VIOLÊNCIA: 13/12/2012

RELATO:

O filho de Irone Santiago, Vitor Borges, foi baleado em 13 de dezembro de 2012 durante uma blitz realizada pela polícia do Exército, enquanto voltava para casa de carro com alguns amigos, após um jogo de futebol

no Maracanã. O grupo de rapazes, tendo um deles patente de militar, foi parado em uma primeira blitz, revistados e liberados. Na segunda, próximo à entrada da favela Salsa & Merengue, não houve pedido de identificação, tendo os policiais atirado de forma abusiva contra o veículo, atingindo Vitor. O morador ficou hospitalizado durante 4 meses, tendo Irone permanecido no hospital durante todo o processo de internação após constantes represálias e ameaças de policiais à vida de seu filho. Por consequência do ocorrido, Vitor ficou paraplégico.

Foi ajuizada uma ação de responsabilidade civil da União, tendo o processo sido deferido nos termos inicialmente propostos pelo escritório de advocacia que moveu a ação, após recurso de apelação. Atualmente, o caso está em cumprimento de sentença, sendo acordado entre as partes as indenizações que terão direito os familiares e Vitor.

Assim como o caso de Bruna da Silva, o caso da grave lesão física e psicológica de Vitor e por consequência, seus familiares, desperta bastante atenção, principalmente quanto a escolha pelo patrocínio de advogados particulares, ao invés do órgão de justiça responsável pela assessoria jurídica gratuita à população, a Defensoria Pública do Estado. Em ambos os casos, a escolha dos familiares por seguirem as ações civil e penal sendo assessorados por escritórios de advocacia, se deu em razão da demora de atendimento, de retorno do caso aos familiares e pelo excesso de burocracia.

O excesso de burocracias para o ajuizamento das ações, impelindo uma vasta gama de documentação por parte dos familiares nos órgãos de justiça, é algo que facilmente é superado por advogados particulares, que ajuízam ações, ainda que pendente de documentos, vindo a juntar posteriormente. A juntada de todos os documentos por parte dos familiares, que ainda se encontram muito abalados e desorganizados emocionalmente é muito difícil, e quanto mais se espera mais se agrava o quadro emocional e por vezes os familiares até desistem de seguir com ações de responsabilidade civil.

O engessamento burocrático das instituições precisa ser revisto, pois senão a cifra oculta, referente às pessoas que têm direitos, porém

se desgastam emocionalmente antes mesmo do ajuizamento da ação e por consequência passam a desacreditar nas próprias instituições só tende a aumentar e enfraquecer socialmente o sistema de justiça.

VÂNIA SILVA

NOME DA VÍTIMA: MARVIN NATAN VIANA PEREIRA DA SILVA

DATA DA VIOLÊNCIA: 17/12/2019

RELATO:

Vânia iniciou o seu atendimento na Casa das Mulheres da Maré e foi acompanhada desde 2020 pela equipe Multidisciplinar do Maré de Direitos. O caso do seu filho, Marvin Natan, não teve encaminhamentos jurídicos, mas o mesmo é vítima da violência armada no território da Maré, tendo o seu núcleo familiar criado formas e estratégias para cuidar do luto e se inserir na luta por uma política de Segurança Pública que não seja pautada em uma narrativa de necropolítica.

Desde o início dos seus atendimentos, Vânia quis ter acesso a cursos, oficinas e formações, vindo a passar no vestibular para cursar Serviço Social na UFRJ, no ano de 2023. Vânia, sempre muito mobilizada, fez de seu luto e da perda violenta de seu filho, uma ferramenta para criar espaços para as vozes de outras mulheres que também passam por esse sofrimento.

A ampliação do seu campo de possibilidades, com investimento no cuidado em saúde mental, educação, trabalho e renda, tem sido uma forma de entendermos as definições de justiça de forma ampliada e como modo de intervenção que se torna efetivo em casos como esse.

DJANICY RIBEIRO (DEJA)

NOME DA VÍTIMA: MARCOS PAULO CONCEIÇÃO RIBEIRO OLIVEIRA

DATA DA VIOLÊNCIA: 01/10/2010

RELATO:

A usuária chegou ao atendimento através de uma amiga, que também é uma mãe vítima da violência. A equipe acolheu Djanicy que é responsável pelos cuidados de seus dois netos, trazendo assim para além de sua dor o dever de prover e cuidar dos netos adolescentes.

O filho de Djanicy foi assassinado em outro território, morto por grupos armados locais. Ela não teve o direito de enterrar seu filho, reconheceu o corpo, mas não deixaram levá-lo para que ela pudesse lhe dar um enterro com dignidade.

A equipe acompanha Djanicy, que encontra-se desempregada e seu único provento é o benefício social, está em vulnerabilidade social e econômica. A equipe, com apoio do Eixo de Saúde, fornece doações de cestas básicas para sua segurança alimentar. Também acompanhamos a usuária e seus netos nos processos de inserção a cursos para sua profissionalização, jovem aprendiz e qualificação profissional.

Após o fortalecimento no acompanhamento, Djanicy voltou a estudar, nas oportunidades de cursos oferecidos pela Casa das Mulheres, a usuária se coloca para realizá-los na perspectiva do retorno ao mercado de trabalho.

Djanicy desde que começou seu acompanhamento e inserção no Coletivo Mulheres em Movimento vem apresentando outras perspectivas e projetos de vida.

NEILDE BARCELLOS

NOME DA VÍTIMA: CARLOS EDUARDO BARCELLOS (CADU)

DATA DA VIOLÊNCIA: 10/11/2020

RELATO:

Carlos Eduardo Barcellos, o “Cadu”, filho de Neilde Barcellos, foi assassinado durante uma tentativa de assalto no centro do Rio de Janeiro em 2021. Após a morte de Cadu, Neilde acompanhou ativamente, dentro dos seus limites emocionais, o desenvolvimento do inquérito policial que estava sob investigação na Delegacia de Homicídios (DH) da Capital. Porém, no transcorrer dos anos e em razão do agravamento de sua dor, toda vez que precisava falar ou ver o caso e a ineficácia das investigações, Neilde foi desacreditando que seria possível ter uma resposta e justiça pela morte de seu filho.

Cerca de 2 anos depois, acompanhada pela equipe, Neilde foi a DH e para sua infeliz surpresa as investigações estavam no mesmo estágio inicial. Sem provas efetivas e com meras suspeitas de que um jovem dos morros próximos onde Cadu havia sido morto, teria sido o responsável pelo homicídio.

No atendimento de Neilde em delegacia, a equipe percebeu que as investigações da morte de Cadu haviam sido realizadas de forma incipiente. Neilde não foi informada sobre a existência de laudo de perícia de local, tampouco sobre o pedido das imagens das câmeras dos arredores do local em que o jovem veio a óbito.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz, no sétimo relatório da pesquisa “Onde Mora a Impunidade?”⁵, indicador nacional de esclarecimento de homicídios registrou 39% de esclarecimento para os homicídios dolosos ocorridos no ano de 2022, em todo território nacional.

5 Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/indicador-nacional-de-esclarecimento-de-homicidios-tem-leve-crescimento-e-registra-39-para-esse-tipo-de-crime-ocorrido-em-2022/>.

A desídia nas investigações realizadas pela Polícia Civil e o controle deficitário do Ministério Público na investigação, não demandando as devidas diligências para a resolução do inquérito, impedem que Neilde possa ter seu direito à investigação e consequentemente o direito de acesso à justiça efetivado.

Conclusão

Pensar o acesso ao direito à segurança pública e à justiça a partir da perspectiva de um trabalho de base comunitária, pensado há décadas por moradores e moradoras torna-se fundamental para se construir caminhos possíveis de longo a médio prazo. Bruna, Vânia, Irone, Djanicy, Jaqueline e Neilde demonstram força, mas também materializam a forma diversa que o estado tem de violar vidas, a partir da sua negligência.

Os casos tratados aqui evidenciam dinâmicas de violações diversas que quando articuladas demonstram como o Estado do Rio de Janeiro e sua política de segurança vive um estado de coisas inconstitucionais, de graves e reiteradas violações aos direitos humanos⁶.

O fenômeno chamado Estado de Coisas Inconstitucional surgiu no constitucionalismo colombiano e se refere à violação generalizada de direitos fundamentais que afeta um número muito grande de pessoas. Para o reconhecimento desse instituto, é preciso que exista uma omissão reiterada das autoridades públicas na promoção dos direitos fundamentais, assim abrindo ao Judiciário após reconhecida a situação de ECI, a possibilidade de instaurar medidas para a superação do quadro de inconstitucionalidade.

No curso da ADPF nº 635 (ADPF das Favelas) o ministro Edson Fachin, ao tratar sobre a segurança pública do Rio de Janeiro, entende que a situação do Estado fluminense, ainda após a ação, permanece

6 Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/1132>.

inconstitucional. Trazendo proposta no sentido de se mitigar tais ilegalidades, o ministro reforça a necessidade de fortalecimento do sistema de justiça, do Ministério Público, no exercício de sua função constitucional de controle externo a atividade policial e como fiscal da lei no Estado Democrático de Direito, e o Judiciário em seu controle jurisdicional no cumprimento efetivo do ordenamento jurídico.

O acesso à justiça não depende somente da existência de um direito, juridicamente possível, mas também do conhecimento de como se entrar com uma ação, a quem se deve procurar, qual discurso manejar no judiciário, da disposição psicológica para ingressar na justiça, pois não basta saber que há o direito é preciso que se tenha acesso físico ao Judiciário, emocional para se lidar com aquele espaço inóspito e ritualístico a pessoas pobres, negras e faveladas e aparato social, pois outras demandas de vulnerabilidade afetam essas pessoas, como por exemplo, a insegurança alimentar, financeira, demandas de saúde, emprego e renda e etc.

Nesse sentido, o desafio que se impõe é analisar a complexidade no acompanhamento de familiares e vítimas da violência armada e articular junto aos órgãos de justiça, Defensoria Pública, Ministério Público o atendimento qualificado dessas famílias, levando a compreensão dos operadores do direito as dimensões sociais, jurídicas e psicológicas, a fim de se individualizar cada caso, trazendo para uma perspectiva mais humanitária e democrática a construção do processo formal, para consequentemente auxiliar na transformação social e na construção de boas práticas jurídicas a análise de casos de letalidade contra pessoas negras, faveladas e periféricas.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras Editora, 2015. (Série Livro- texto;1).
- LEITE, Márcia Pereira. *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”*: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v.6, n.2, ago./set. 2013, p. 374-389.
- LEMONS, Carolina Barreto. *Quem são os direitos humanos?* Desconsideração e personificação em cadeias do Distrito Federal. *Antropolítica — Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 47, 23, 2020
- MEDEIROS, Flavia. *A necropolítica da “guerra”*: tecnologias de governo, “homicídios” e “tráfico de drogas” na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas*, v. 1, n. 3, 2017, p. 91-114.
- MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; NERI, Natasha Elbas. *Quando a polícia mata: Homicídios por auto de resistência no Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.
- OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso. Existe violência sem agressão moral? In: *Revista brasileira de Ciências Sociais* — vol. 23, nº 136. 67, 2008.
- SADEK, Maria Tereza Aina. *Acesso à Justiça: um direito e seus obstáculos*. São Paulo: Revista USP nº 101, março/ abril/maio de 2014, p. 55-66.

6

SAÚDE MENTAL E RESISTÊNCIA

A VOZ DE MULHERES NEGRAS COMO FERRAMENTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA E REINVENÇÃO DA VIDA

Anna Karollina Silva Alencar

*Em cada canto uma esperança
Cada tristeza, um desejo
De ser feliz e ter na vida
Um carinho, um momento
Sem pensar em sofrimento
Vai, vai meu samba triste
Vai mostrar que ainda existe
O poder do amor...*

Em cada canto uma esperança, Ivone Lara.

A ideia de cuidado em saúde mental comumente está ligada à figura de psicólogos em seus consultórios particulares. Contudo, começamos este texto com um trecho da canção de Dona Ivone Lara — mulher negra, cantora, compositora, sambista, enfermeira e assistente social — justamente para desconstruir a narrativa de saúde mental como uma “questão de especialistas”, desconectada de suas raízes nas contradições da sociedade. Como no samba, acreditamos que saúde mental se compõe de esperança, afetos, experiências e, principalmente, a partir das relações que nos formam enquanto sujeitos partícipes de uma sociedade concreta.

Por vezes, a nossa sociedade, em uma espécie de hierarquia dos sofrimentos, elege e classifica sujeitos e afetos como legítimos em detrimientos de outros. A partir disso, nos questionamos: seria a atenção em saúde mental uma preocupação universal quando analisamos os diferentes grupos sociais? Como considerar o psicólogo um agente de cuidado e transformação social? Como podemos assumir a saúde mental como uma necessidade legítima, tanto individual quanto coletiva, para a construção de políticas públicas? É a partir desses questionamentos que tecemos algumas considerações a respeito do cuidado em saúde mental para mulheres negras, buscando refletir sobre especificidades para moradoras de territórios estruturados no contexto de múltiplas violências perpetradas pelo Estado, pela polícia, por grupos armados e por questões de gênero.

É importante dizer que esse capítulo se insere no contexto de construção da tese de doutoramento¹ da autora e de sua atuação como psicóloga voluntária em um projeto de extensão de uma Universidade Pública do Estado de Goiás (GO). O projeto realiza ações voltadas para sujeitos — em sua maioria, mulheres — que perderam familiares em

1 O presente texto é parte das reflexões elaboradas no âmbito da tese de doutorado que a autora está construindo como discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. O conteúdo completo de tais reflexões poderá ser encontrado posteriormente no texto da tese.

situação de violência policial no Estado de Goiás (GO). Se estruturando em três frentes principais: o cuidado em saúde mental, o resgate da memória histórica de vítimas e familiares e o fortalecimento do grupo de mães enquanto movimento social organizado. Buscamos desenvolver o cuidado em saúde mental por meio de atividades em grupo, como rodas de conversa, grupos terapêuticos e oficinas temáticas. Isso porque estamos tratando de questões que atravessam a vida de todas as mulheres, em alguma medida, e, por isso, faz sentido mobilizar intervenções que conectem suas histórias de vida e incentivem o intercâmbio de possíveis estratégias coletivas de saúde mental.

A intervenção, desta maneira, se justifica tendo em vista que não há como pensar que a violência de Estado, policial ou armada ocorre sem nefastos efeitos subjetivos e objetivos para os grupos diretamente afetados por ela. Por isso, ao falarmos de saúde mental, estamos olhando para as relações sociais: “O problema da saúde mental deve ser situado no contexto histórico em que cada indivíduo elabora e efetiva sua existência na rede de relações sociais” (Martín-Baró, 2017, p. 251). Nesse sentido, os processos de saúde mental possuem muitos atravessamentos, não só de ordem subjetiva, mas também do que é sociocultural, de como as relações se estabelecem, de quais fenômenos sociais a nível de permanência ou de ruptura (como no caso da Pandemia de Covid-19) nos afetam, dos símbolos e simbologias que são estabelecidos socialmente. A saúde mental responde às condições de vida atuais e históricas nas quais os sujeitos estão inseridos, assim como esses sujeitos são atores de transformação da realidade, em um caminho que não é estanque, mas está em constante transformação e retroalimentação (Rocha et al., 2021).

Assim, desconectamos nossa análise dos consultórios de psicologia e a centramos na sociedade, em seus acontecimentos e contradições. Entendemos que o funcionamento subjetivo de mulheres em territórios com forte atuação de grupos armados e violência de Estado e policial, pode evidenciar o caráter desumanizador e a qualidade das relações nesse contexto. Por isso, ao falarmos em saúde mental, não pretendemos

focar no adoecimento em termos de psicopatologização das mulheres, mas sim em como: “[...] Uma situação desumanizadora de violência deteriora diretamente a saúde mental, deixando marcas negativas na saúde psíquica dos indivíduos e nas relações sociais destes” (Martins; Lacerda Júnior, 2014, p. 582). Como efeito, torna-se fundamental a preocupação com a produção de subjetividades e de sofrimento que emergem da vivência cotidiana de operações policiais, conflitos entre grupos armados, perda de familiares e todo o contexto que envolve a necropolítica² enquanto *modus* de operação do Estado em determinados territórios.

Saúde mental: Estado, violência e trauma psicossocial

Partindo da concepção de saúde mental enquanto fenômeno complexo — que expressa o caráter histórico e concreto de histórias de vida em um contexto de relações sociais — buscamos apontar algumas especificidades da saúde mental para mulheres negras em contextos de violência, o que requer considerarmos como o Estado, que se estrutura através de processos de violência que são históricos e constantes, forma e atualiza cotidianamente condições de trauma psicossocial, que por sua vez, caracterizam a vivência de saúde mental para o público aqui considerado.

A violência, enquanto fenômeno social, acompanha a história de constituição da sociedade brasileira. A partir do diálogo com Frantz Fanon (2022) e Achille Mbembe (2023), compreendemos que, na construção da nossa sociedade, há uma violência direcionada pela imposição

2 O importante intelectual camaronês Achille Mbembe utiliza o conceito de necropolítica como analisador da lógica dos Estados que se afirmam a partir da ideia de democracia, mas que tem como gênese e modo de operação, o projeto de violência colonial. Assim compreendemos por necropolítica as diversas formas contemporâneas que caracterizam a gestão da vida pela produção sistemática da morte (Mbembe, 2023).

de valores éticos, morais, pensamentos, religiosidade e modos de vida, em uma lógica de destruição direcionada para determinados territórios e corpos. Trata-se de uma violência que reflete a herança colonial e escravocrata atualizada no Estado e suas instituições. É a violência de ordem colonial, direcionada a corpos negros, povos originários e seus territórios.

Nesse contexto, consideramos que o Estado brasileiro opera por meio de uma necropolítica, ou seja, não promove políticas de vida, mas subjuga a vida ao poder da morte. Esse Estado se coloca fora da lei, visando aniquilar a figura de um inimigo ficcional criado a partir do racismo: “No caso brasileiro, o terror colonial estrutura não só o *modus operandi* estatal, mas toda a sua organização política, econômica, social, ética, moral, estética e cultural” (Passos, 2023, p. 63). Como doloroso resultado, há o encarceramento em massa nas instituições prisionais, o genocídio contra o povo negro, a atuação policial que vitima majoritariamente homens negros, jovens e periféricos ou, ainda, casos de feminicídio, cujas principais vítimas são mulheres negras jovens (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Martín-Baró elucida o fato de as instituições sociais serem regidas pelos interesses da classe dominante. O Estado, nesse contexto, organiza-se a partir de uma violência repressiva direcionada às classes minoritárias (Martins; Lacerda Júnior, 2014). O autor aponta o caráter político da violência, pois envolve relações de poder que estruturam uma determinada conjuntura social e histórica. Além disso, Martín-Baró analisa a violência como elemento constituinte dos conflitos sociais e geradora de traumas psicossociais (Euzébios Filho, 2023). Dessa forma, ao interseccionar os fatores racial e de gênero, compreendemos que as questões de classe também se apresentam como fundamentais para uma leitura da violência em toda a sua complexidade.

Trabalhamos com a tese de que a violência provoca consequências que não se restringem ao âmbito individual dos sujeitos que a vivem, mas produzem traumas de ordem psicossocial. Fanon (2022) aponta como a colonialidade e suas atualizações no presente influenciam

a constituição subjetiva de pessoas negras. Nesse sentido, o intenso histórico de opressão racial, subalternização, inferiorização e objetificação direcionados a corpos negros acumula inúmeras consequências em seus processos de constituição subjetiva e de sofrimento, tanto no passado quanto na atualidade (Lima, 2020).

Outra importante contribuição vem da formulação de Martín-Baró (2017) sobre trauma psicossocial como a “cristalização traumática nas pessoas e nos grupos de relações sociais desumanizadas” (p. 312). Segundo o autor, há acontecimentos que fraturam a vida social e marcam todos os sujeitos que dela participam. A “vivência ou experiência que afeta a pessoa que, de tal maneira, fica marcada, isto é, deixa nela um resíduo permanente” (ibidem, p. 325), expressa-se como uma ferida produzida socialmente, que permanece latente enquanto os aparelhos sociais responsáveis por sua formação continuam existindo e operando. Passos (2023) destaca que, no caso brasileiro, o que se estabelece é um trauma psicossocial colonial, no qual:

[...] a ferida está permanentemente aberta, pois não se permite qualquer tipo de cicatrização. A marca do Brasil é escancarar a ferida e deixar com que a hemorragia ocorra e produza outros e novos contornos do trauma. Por mais que se traga para o cenário as múltiplas denúncias, existe uma perversidade na ontologia do colonizador que goza com a destruição, já que a dor e o sofrimento fazer parte da composição da outridade. E para isso a branquitude afirma cotidianamente que os negros e encontram na lata de lixo da sociedade brasileira (Gonzalez, 1984) (Passos, 2023, p. 67).

Martín-Baró (2017) identifica algumas manifestações sintomáticas do trauma psicossocial. Ele adverte que não se deve buscar uma “correspondência mecânica que coisifica os aspectos analíticos de uma realidade histórica” (p. 329), mas aponta pistas para compreender como a cristalização de determinadas condições históricas pode resultar em trauma psicossocial nos sujeitos que as vivenciam, marcando profundamente

sua vivência em saúde mental. O autor sinaliza que, em contextos de polarização social, institucionalização da mentira e generalização da violência, como na guerra civil salvadorenha, observam-se fenômenos como: somatizações corporais por meio de transtornos psicossomáticos, atravessamentos na constituição da identidade, sentimento de insegurança decorrente da não formalização e validação da própria experiência no social e, ainda, a militarização da vida, que pode resultar na militarização da mente — ou seja, no estabelecimento de formas de pensar, sentir e agir militarizadas, através dos processos de socialização que se dão no entorno da violência.

A partir de tais elaborações, para pensarmos na saúde mental de mulheres negras em situação de múltiplas violências, consideramos que a violência que formata o Estado e suas instituições, assim como a violência que estrutura os territórios sociais, como as favelas, manifesta-se de diferentes formas, por isso, não temos o intuito de homogeneizar os territórios e seus moradores, pois sabemos que existem muitas singularidades nos diferentes fazeres cotidianos, para além da violência (Farage, 2023). A partir disso, entendemos que é possível observar processos de violência tanto no conflito de grupos armados e suas consequências para os territórios e na necropolítica do Estado enquanto ação direta, quanto, na ausência do Estado fomentando políticas públicas que atendam especificidades das diferentes áreas urbanas, configurando, assim, uma omissão altamente organizada (Carneiro, 2011; Mbembe, 2023).

Como exemplo desse cenário, citamos alguns pontos levantados pelo relatório da pesquisa *Construindo Pontes*, realizada durante três anos (2018-2020) no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro (Redes da Maré, 2021). O relatório aponta as especificidades da realidade de violência armada como estruturante do território, caracterizada por eventos frequentes e danosos, como tiroteios e agressões. Essa violência envolve armamentos de guerra, como granadas, fuzis, metralhadoras e os grupos armados impõem regras e penalidades à população local. A atuação do Estado, quando ocorre, é marcada por

operações policiais que, frequentemente, resultam em violações de direitos e vítimas fatais (Redes da Maré, 2021).

As consequências desse cenário incluem a restrição da circulação de pessoas e ideias nos territórios, o desenvolvimento de traumas, a redução da confiança nas instituições e a produção de medos diversos, como ser ou ver algum familiar atingido por bala perdida, sofrer agressões — física ou verbal —, ter um familiar envolvido em atividades ilícitas ou ilegais, medo de perder a renda ou trabalho devido à violência, além do receio de expressar opiniões sobre o próprio território e até mesmo de circular por ele (Redes da Maré, 2021).

No campo da saúde física e mental, a pesquisa aponta para o relato de situações de afetações e prejuízos corporais relativos a “hipertensão arterial (30% dos relatos) e doenças osteoarticulares, como problemas de coluna (23%)”, assim como prejuízos emocionais, “episódios depressivos (26%) e ansiedade (25,5%)”, “[] das pessoas que estiveram em meio a tiroteios, 12% relatam pensamentos sobre suicídio e 30% sobre morte.”; “[...] Os que passaram por essa experiência apresentaram sintomas físicos como dificuldade para dormir (44%); perda de apetite (33%); vontade de vomitar e mal-estar no estômago (28%) e calafrios ou indigestão (21,5%)” (Redes da Maré, 2021, p. 19).

Para endossar tais dados, trazemos as pontuações de Araújo et al. (2022). As autoras investigaram os processos de adoecimento de mães militantes que perderam os filhos por violência de Estado. Elas destacam que “tristeza, ansiedade, pensamentos intrusivos e medo são respostas a um contexto social adoecido” (p. 1334). Como a situação traumática não se restringe ao passado, mas continua a tecer o presente, é fundamental considerar “os processos que estruturam a realidade social dessas mulheres”, no intuito de “dar conta de suas experiências de vida” (p. 1334), evitando a deslegitimação de sua dor.

Passos (2023), a partir de sua atuação em projetos de saúde mental na Casa das Mulheres da Redes de Desenvolvimento da Maré, aponta que mulheres em situação de violência armada apresentam “dores no corpo, dores de cabeça, angústia, insônia, estado de alerta, estresse,

irritação, cansaço, dentre outras manifestações” (p. 124). Diante disso, é importante ressaltar que a maternidade, nesse contexto, exige que as mulheres possam:

[...] se ausentar do trabalho quando as aulas dos filhos são suspensas durante operações policiais ou em confrontos entre grupos armados (foram 24 dias sem aulas só em 2019). São elas que abrem mão de suas atividades para cuidar de filhos/pais/avós doentes quando os postos de saúde fecham em dia de operação policial (o que aconteceu em 25 dias de 2019, ano em que ocorreram 39 operações policiais nas favelas da Maré). São elas que precisam “se virar” com os filhos quando bibliotecas e projetos sociais não funcionam por causa dos tiroteios. São elas que reivindicam justiça quando seus filhos — quase sempre negros ou pardos — são agredidos ou mortos por policiais (Redes da Maré, 2019, p. 13).

Em nossa experiência com a escuta de mulheres, mães e avós de vítimas de violência policial, observamos, como emergentes das intervenções grupais realizadas no âmbito do projeto de extensão na UFG, as diferentes fases do luto, a reconstrução da vida e da maternidade após o processo de violência, a mudança no contexto familiar, a relação com a polícia e a justiça, os sentimentos de culpa que envolvem a perda de um filho, os desafios para a manutenção da militância, a busca por novos sentidos para a vida e a possibilidade de construção da união entre as companheiras como grande suporte. Todo esse contexto está imerso por intensos sentimentos de tristeza, raiva, impotência, angústia e diversos quadros de adoecimento físico prolongado. Nos grupos, buscamos auxiliar na construção de novos laços, estratégias e sentidos que proporcionem algum conforto, mesmo diante de todo o horror vivenciado.

Diante do que foi apresentado, questionamos: como construir ferramentas de cuidado em saúde mental que consideram a diversidade dos territórios sociais brasileiros? Como desenvolver estratégias para lidar

com os efeitos dos traumas psicossociais? Qual a prática da Psicologia possível nesse contexto? Estamos propondo a necessidade de revisar as práticas psicológicas tradicionais, frequentemente enraizadas em uma perspectiva biomédica, as quais desconsideram os fatores que estruturam a sociedade. Também defendemos o ativismo político das mulheres como ferramenta de enfrentamento do sofrimento, promovendo justiça, memória e reparação.

Estratégias de Saúde Mental: possibilidades de um fazer profissional crítico e a militância como ferramenta de cuidado e transformação

É histórico que o sofrimento mental seja considerado como menos importante ou frescura de quem está pedindo ajuda. Mas são problemas reais que afetam a vida de muita gente, principalmente daqueles que já sofreram algum tipo de violência. E se formos pensar em mulheres faveladas e pretas, essa situação é ainda mais grave, não só pelo sofrimento em si, mas porque ainda são dores menosprezadas pelo restante da sociedade. Essa população sempre foi desumanizada na história do Brasil, consideradas mulheres mais fortes ou simplesmente criminalizadas em suas dores (Redes da Maré, 2023, p. 79).

Nesta seção, pretendemos apresentar algumas reflexões sobre a construção de ferramentas de cuidado em saúde mental no contexto de territórios marcados por múltiplas formas de violência. Para iniciar, tomamos como exemplo o caso de mulheres mães que perderam seus filhos por algum tipo de violência e que, muitas vezes, têm suas dores deslegitimadas ao serem rotuladas como “mães de bandidos” (Passos, 2023; Araújo et al., 2022). Essa categoria visa justificar a execução irregular e orquestrada de jovens negros periféricos, ao mesmo tempo que culpabiliza e estigmatiza as mães diante da opinião pública e do cenário de suas reivindicações. Nesses casos, observamos que “a perda não

pode ser abertamente reconhecida, publicamente lamentada ou não tem apoio da sociedade no seu entorno” (Araújo et al., 2022, p. 1333), sendo assim: “a comunidade deslegitima o luto das mães cujos filhos tinham envolvimento com o crime, ou quando a opinião pública aceita a criminalização da vítima como um fato e culpa a mãe pela morte do seu filho” (ibidem).

Um fator essencial a ser considerado é a legitimação dos processos de sofrimento dessas mulheres pela comunidade, pelo Estado e por suas instituições. Do contrário, sabe-se da capacidade destrutiva dos casos em que há um fosso entre a vivência subjetiva e a validação social do sofrimento (Martín-Baró, 2017). O autor aponta que, para o trabalho com vítimas de violência, a psicoterapia individual é incompleta, tendo em vista a complexidade da questão. Por isso, ele defende a necessidade de produção de mudanças significativas que envolvam as relações sociais nos níveis estrutural, grupal e interpessoal, permitindo que as pessoas possam elaborar suas histórias em contextos diferentes daqueles que produziram e mantêm o trauma. Uma importante saída apontada se constrói a partir da militância “[...] dada sua natureza sociopolítica, tentamos reforçar a ideia de que a elaboração do TPS (Trauma Psicossocial) não é uma tarefa prioritária para indivíduos ou mesmo para terapeutas, mas para a militância” (Euzébios Filho, 2023, p. 61). Isso porque a militância “se revela, portanto, como uma práxis política orientada para colocar em prática o conhecimento crítico sobre a realidade, na direção da transformação das estruturas do modo de sociabilidade capitalista” (ibidem, p. 62).

A partir dessas reflexões, apresentaremos algumas inquietações quanto à escuta em Psicologia, uma vez que o modelo tradicional, colonizado e embranquecido, frequentemente desconsidera as realidades estruturantes que impactam a construção subjetiva e o sofrimento de mulheres negras em situação de violência. Por isso, é preciso realizar críticas e buscar novas soluções para a construção de novos fazeres. Defendemos também o ativismo político das mulheres como uma possível saída frente ao sofrimento, promovendo a luta por justiça, memória e

reparação — um processo que, por sua vez, também se configura como ferramenta de transformação do luto. Pois, como ensina Maria Ramos (2019), ativista na luta contra a violência de Estado em Goiás: “Não se restaura o mundo, matando pessoas. Se o objetivo é transformação, então ofereça ferramentas para que essa mudança aconteça” (p. 84).

Na obra “Na mira do fuzil a saúde mental de mulheres negras em questão”, a pesquisadora Raquel Gouveia Passos (2023) discute a relação entre saúde mental e racismo, bem como mapeia possibilidades de construção de escuta para vítimas de violência de Estado, em uma perspectiva comprometida com a justiça social. A partir de uma visão crítica de saúde mental, considerando o viés político do tema e sua relação com a história da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica. A autora reforça a necessidade de um fazer antirracista e politicamente engajado, que se afaste de um modelo institucionalizado, assimétrico e esvaziado, visando construir novas possibilidades de atendimento e acolhimento por parte dos profissionais de saúde mental.

Ademais, gostaríamos de destacar, para a construção de outras possibilidades de escuta, a vivência “do dia seguinte de uma mãe vítima de violência de Estado” (Passos, 2023, p. 84). Passos (2023, p. 84-85) afirma que esse é “o ponto zero” das mães, momento em que ocorre a quebra de “toda a introjeção do ser mãe”, obrigando a mulher a lidar com o fato de que “não pode ocupar o lugar que idealizou, pois ele foi aniquilado”. A partir daí, perpetuam-se diversas políticas de morte, evidenciadas na realidade de que “o corpo negro é matável e alvo constante da guerra. A bala que matou ou mutilou seu filho segue destruindo e alvejando outros corpos e subjetividades, inclusive a dela”. É nesse doloroso e cruel contexto que “essa mulher negra vai ser estereotipada como mãe de bandido e precisa lidar com a dor e a violência de ocupar esse lugar social que não foi requerido por ela. Inclusive suportar a dor é quase uma tarefa obrigatória”.

A medicalização e farmacologização do sofrimento (Passos, 2023) aparecem frequentemente como condição para a continuidade da vida destas mulheres. Contudo, é preciso considerar que “há uma produção

constante de sofrimento psicossocial que contorna as experiências negras e, que, pode levar ao adoecimento”, e essa produção permanente de dor “contribui para que mulheres negras permaneçam em lugares sociais de sujeição e subordinação” (p. 87). Por isso, torna-se urgente buscar um “saber-fazer em saúde mental que reafirme a vida” (p. 104), sendo horizontalizado, atento, coletivo, criativo, inquieto, localizado e conectado ao território.

Com esse objetivo, é necessário construir experiências coletivas para que as mães e familiares possam “não sucumbir e se deslocarem do lugar do horror, produzindo novos sentidos para a existência” (Passos, 2023, p. 105), promovendo novas formas de agência por meio da coletividade, antes sequer reconhecidas como possíveis em sua existência individual. Processos esses que podem ocorrer tanto em intervenções profissionais quanto na convivência cotidiana em comunidades. Na citada pesquisa “Construindo Pontes” (Redes da Maré, 2021), as redes de apoio formadas por familiares, amigos e vizinhos são colocadas como elementos fundamentais para que as pessoas possam lidar com os efeitos da violência no contexto da Maré.

Enquanto intervenção, Passos (2023) nomeia a clínica da delicadeza como uma “produção do cuidado em liberdade que se nega o silenciamento, o apagamento e a homogeneização das experiências”. Essa proposta busca construir um cuidado que “não atue reproduzindo as opressões, o que não é simples, em uma sociedade produtora de sofrimento e adoecimento psicossocial e que oferta a patologização e a medicalização como resposta” (p. 122). Ainda assim, a delicadeza visa promover um cuidado que não seja violento nem destrutivo, que reconheça a potência dos sujeitos, mesmo diante dos “contornos opressivos que limitam as possibilidades concretas e subjetivas” (p. 124).

Em consonância com tais ideias, acreditamos que o fazer em saúde mental deve dialogar com o que Lucas Veiga (2021) denomina de clínica do impossível. Seus apontamentos ancoram a clínica psicológica com e para pessoas negras, reconhecendo a impossibilidade do fim imediato do racismo, mas também a nossa resistência, pela impossibilidade de

sermos totalmente capturados por ele. “O racismo continuará construindo a realidade social da geração que vivemos, mas a esta camada da realidade coexiste uma outra, invisível, impossível de ser subjugada, camada esta que constitui e ultrapassa todos nós” (Veiga, 2021, p. 34). Trata-se de um movimento de “deixar morrer esse mundo em nós” (p. 34) aquele do tempo linear, da racionalidade pretensamente científica, do racismo, para a construção de uma prática de liberdade que reconheça a realidade ao mesmo tempo que a viola (Veiga, 2021).

Nesse sentido, destacamos as reflexões de Emiliano de Camargo David (2023) sobre o aquilombamento da saúde mental. O autor constrói importantes teorizações de radicalização da Reforma Psiquiátrica Brasileira e os processos de sofrimento da população negra, historicamente atravessados pelo racismo e pela manicomialização. Entre suas contribuições, ele aponta para um fazer que possa desnortear, ser anti-manicomial e inserir-se em um contexto de aquilombação.

Por fim, para a reconstrução dessa escuta em saúde mental, citamos o clássico livro de Neusa Santos Souza (1983-2021), “Tornar-se Negro”, em que a notável intelectual brasileira sinaliza a fundamental importância de que pessoas negras possam construir discursos sobre si mesmas como forma de produção de saúde e exercício de autonomia. Diante disso, acreditamos que a escuta de mulheres negras em situação de violência constante, requer dos profissionais de saúde mental algumas posturas, tais como: escutar sem descontextualizar, escutar considerando as contradições do social e reafirmando a vida, construir estratégias coletivas, promover um cuidado que não reatualize opressões, mas crie linhas de fugas que possam reconhecer e violar a realidade, fortalecendo estratégias de aquilombamento para pessoas negras. Assim como, buscar a criação de espaços para que mulheres negras possam elaborar narrativas próprias sobre si e suas vivências, o que requer não só escuta dos profissionais, mas possibilitar espaços para a pronúncia de vozes, e como grande via, ressaltamos a aposta na militância.

Nesse ponto, buscamos acionar a militância de mulheres em situação de violência e/ou assassinato de filhos/companheiros/familiares,

como estratégia política de busca por justiça, reparação, memória e de trabalho do luto como luta. Também como possibilidade de produção de narrativas próprias sobre suas vidas, suas famílias, seus entes perdidos e a comunidade à qual pertencem. Se é verdade que a luta de mulheres movimenta a história de conquista de direitos no Brasil, apontamos que a militância também movimenta processos de saúde mental e recuperação.

Nessa perspectiva, Audre Lorde, juntamente com bell hooks, grandes ativistas e pensadoras contemporâneas, nos apontam a importância da luta de mulheres negras para o desenvolvimento da sociedade. No processo de transformação do silêncio em linguagem e ação, Lorde (1977-2021) nos lembra que o silêncio não nos protegerá:

Eu ia morrer, mais cedo ou mais tarde, tendo ou não me manifestado. Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra verdadeira dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais ainda estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças [...] Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio? (Lorde, 1977-2021, p. 52).

Acreditando que o silêncio não oferece proteção, Lorde (1977-2021) destaca que a sobrevivência da população negra “nunca fez parte dos planos” (p. 54). Nesse texto, consideramos que a sobrevivência de mulheres — negras, periféricas, que se movimentam contra a violência de Estado e a violência armada — tampouco faz parte dos planos de um Estado e de uma sociedade que se agenciam por uma lógica necropolítica. Ainda assim, transformar o silêncio em ação significa mobilizar a visibilidade, que também vulnerabiliza, mas que pode se tornar uma grande força. “Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira” e mesmo que fiquemos “caladas a salvo nos nossos cantos, de

bico fechado”, “nosso medo não será menor”, por isso, a importância de erguer a voz, como também ensina bell hooks (1989-2019).

O desafio para que mulheres possam se manifestar e contar suas histórias, enfrentando o medo com coragem, é uma forma de “rebelião consciente contra a autoridade dominante” (hooks, 1989-2019, p. 20). Assim, quando mulheres buscam erguer a voz, compreendendo o impacto dos processos de subordinação e dominação, criando consciência crítica e atenta, “acontece uma transformação significativa para o eu e a sociedade” (p. 21). Dessa forma, é preciso trazer à tona aquilo que foi privado e precisa ser compartilhado “se for para curarmos nossas feridas (dores causadas pela dominação e exploração e opressão), se for para nos recuperarmos e conscientizarmos” (p. 26). bell hooks (1989-2019) convoca mulheres a construírem uma voz que seja identificada como delas mesmas, destacando que “para as mulheres negras, nossa luta não tem sido para emergir do silêncio para a fala, mas para mudar a natureza e a direção da nossa fala, para fazer uma fala que atraia ouvintes, que seja ouvida” (p. 33).

Para concluir, acreditamos que a militância e a possibilidade de construir um discurso próprio a partir do coletivo, no processo de transição do silêncio à fala — uma fala que é ouvida, não só por profissionais de saúde, mas pela sociedade enquanto tecido que valida o subjetivo — são exercícios que possibilitam novas composições de vida. Esse é um “gesto de desafio que cura [...] Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é mero gesto de palavras vazias: é uma expressão da nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta” (p. 39). Iniciamos este texto com o samba de Dona Ivone Lara, que nos ensina sobre esperança e possibilidades de driblar o sofrimento, e o finalizamos com a poesia de Conceição Evaristo (2016), reafirmando que, se eles combinaram de nos matar, “a gente combinamos de não morrer” (p. 62).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. S.; SOUZA, E. R.; SILVA, V. L. M. *Eles vão certos nos nossos filhos: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 4, 2022, p. 1327-1336. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.06912021>.
- CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DAVID, E. de C. *Aquilombamento da saúde mental*. Cuidado antirracista da atenção psicossocial infantojuvenil. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.
- EUZÉBIOS FILHO, A. *Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina*. Curitiba: CRV, 2023.
- EVARISTO, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.
- FARAGE, E. *Estado, Território e Cotidiano no Conjunto de favelas da Maré*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz*. Pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 1989/2019.
- LIMA, F. *Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 72, n. spe, 2020, p. 80-93.

- LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e em ação (1977). In: BORGES, S. (org.). *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 51-55.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e Libertação na Psicologia. Estudos Psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- MARTINS, C.; LACERDA JÚNIOR, F. *A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação*. Revista Psicologia e Política, v. 14, n. 31, 2014, p. 569-589. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a10.pdf>.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N1 edições, 2023.
- PASSOS, R. G. *Na mira do fuzil. A saúde mental de mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.
- RAMOS, M. *Por que não me sinto segura dentro da minha própria casa?* Chacina Sollar Bougainville. Goiânia: Kelps, 2019.
- REDES DA MARÉ. *Boletim construindo pontes*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BOLETIM_PESQUISA_CONST_PONTES_.pdf.
- REDES DA MARÉ. *Pesquisa violências, corpo e território: sobre a vida de mulheres na Maré*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/VidaMulheresMare_pesquisa.pdf.
- REDES DA MARÉ. *Relatório Casa das Mulheres da Maré*. Atividades e resultados. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_Relatorio_2019_05.pdf.
- ROCHA, R. V. de S.; TORRENTÉ, M., N.; COELHO, M. T. A. D. *Saúde Mental e Racismo à Brasileira*. Narrativas de Trabalhadoras e Trabalhadores da Atenção Psicossocial. Salvador: Editora Devires, 2021.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983/2021.

VEIGA, L. M. *Clínica do impossível*. Linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

7

(IN)JUSTIÇAS REPRODUTIVAS

O QUE É SER MÃE NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ?

Carla de Castro Gomes

Brenda Vitória Pacífico Pinto

A Justiça Reprodutiva, que considera os direitos sexuais e reprodutivos mutuamente imbricados à justiça social, possibilita um olhar interseccional para compreender as experiências das mulheres em relação à saúde e ao acesso a serviços públicos. Nesse sentido, entre 2023 e 2024, a Casa das Mulheres da Maré realizou uma pesquisa intitulada “Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da Maré?” (Redes da Maré, 2024). O estudo buscou compreender as trajetórias reprodutivas das moradoras e sua percepção sobre os serviços públicos que as apoiaram, ou não, nesse percurso.

A partir da interseccionalidade da Justiça reprodutiva, a pesquisa se debruçou sobre as experiências de contracepção, gestação, parto, aborto e maternidade das mareenses, a partir das seguintes questões: como as desigualdades sociais que marcam territórios de favela e periferias afetam esses diferentes momentos de suas trajetórias reprodutivas? Quais formas de exercício de direitos sexuais e reprodutivos são viáveis (ou inviáveis) nesses espaços urbanos? Como promover o acesso a esses direitos para mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ faveladas?

Os resultados da pesquisa revelaram um panorama preocupante, marcado pela confluência de desigualdades estruturais e violações de direitos que afetam as mulheres da Maré em múltiplas dimensões, desde os anos iniciais de suas vidas sexuais até o fim de seus ciclos reprodutivos. Do acesso a consultas ginecológicas ao cuidado dos filhos e além, elas enfrentam graves negligências nos serviços públicos de saúde, segurança e educação que ferem seus direitos sociais, sexuais e reprodutivos, prejudicando seu bem-estar e o de suas famílias.

Tal realidade, marcada pelas injustiças reprodutivas, encontra sua expressão mais brutal nos processos de violação e criminalização das maternidades negras e faveladas, que muitas moradoras da Maré, infelizmente, conhecem de perto. Algumas delas integram o projeto Mulheres em Movimento da Maré (MMM), que potencializa a luta e promove o acolhimento de moradoras que tiveram suas maternidades e vidas profundamente atravessadas pelas violências estatais.

Abrigado na Casa das Mulheres da Maré, o MMM foi uma importante referência político-conceitual para a construção e realização da pesquisa, pois as histórias de luto e luta de suas integrantes reforçam a importância de ampliar o escopo dos direitos reprodutivos, abrangendo desde as condições para o planejamento reprodutivo e aborto seguros até as garantias para experiências dignas de maternidade, livres de qualquer violência. Sobretudo, a experiência do Mulheres em Movimento nos inspirou a ancorar o direito ao cuidado no centro de nossas preocupações de pesquisa e incidência política. Reconhecer o trabalho de cuidado exercido pelas moradoras para assegurar a reprodução de suas

famílias em um contexto de tantas omissões e violações de direitos, bem como priorizar as perspectivas de cuidado para elas mesmas foi fundamental para produzir um diagnóstico abrangente sobre a saúde sexual e reprodutiva na Maré.

Assim, em diálogo com os resultados da pesquisa e com os demais capítulos que compõem este livro, as perguntas que inspiram o texto a seguir são: Como é ser mãe na Maré? Que tipos de experiências, relações e afetos constituem a maternidade no maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro? Como a maternidade e a não maternidade são vivenciadas pelas mulheres e moldadas pelas políticas reprodutivas disponíveis no território?

Justiça Reprodutiva como estratégia de luta em territórios de favela

A pesquisa “Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da Maré?” se inspira na perspectiva conceitual e estratégica da Justiça Reprodutiva, que se baseia em três conjuntos de direitos humanos interconectados (Ross, 2017): o direito a ter filhos em condições seguras e com apoio; o direito a não ter filhos, com acesso à contracepção e ao aborto seguro; e o direito de criar filhos em ambientes seguros e saudáveis, livres de violência por indivíduos ou pelo Estado.

Criada nos EUA por movimentos de mulheres negras na primeira metade da década de 1990, a perspectiva da Justiça Reprodutiva expandiu a discussão sobre os direitos reprodutivos, que estava em curso naquele contexto de preparação para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento ocorrida no Cairo em 1994. Esse debate, conduzido majoritariamente por mulheres brancas, focou principalmente na luta pelo direito ao aborto. Então, levando em consideração a realidade de precariedade e exclusão vivida por mulheres negras e de baixa renda, esses grupos buscaram lançar luz sobre como questões sociais e econômicas mais abrangentes impactam sua autonomia reprodutiva.

A noção de Justiça Reprodutiva alarga o leque dos direitos reprodutivos para incluir um amplo conjunto de garantias cidadãs, relativas não apenas à prevenção e à interrupção da gravidez, mas também ao apoio para gestar, parir, alimentar, cuidar e educar crianças. Nessa abordagem, tanto o direito ao aborto como o direito ao pré-natal, à segurança alimentar e à creche são direitos reprodutivos. Da mesma forma, viver em territórios seguros, livres de violência armada e encarceramento em massa também é essencial para cuidar de crianças e adolescentes, garantir a reprodução da vida e assegurar o bem-estar de mulheres e suas famílias.

Essa perspectiva evidencia que a capacidade de meninas, mulheres e pessoas que gestam¹ de determinar suas experiências reprodutivas não se limita a uma questão privada ou de escolha pessoal, mas depende diretamente de suas condições concretas de vida. Essas condições são profundamente influenciadas por fatores sociais e culturais e pelas ações ou omissões do Estado, que podem facilitar ou dificultar o acesso a trabalho, moradia, saneamento, alimentação, educação, segurança, saúde, entre outros direitos essenciais. A qualidade do acesso a essas garantias impacta diretamente a autonomia reprodutiva, evidenciando que direitos reprodutivos e direitos sociais estão intrinsecamente conectados. Por isso, a perspectiva da Justiça Reprodutiva defende que não há direitos reprodutivos sem justiça social.

Numa sociedade como a brasileira, em que bens e direitos sociais são desigualmente distribuídos, meninas, mulheres e pessoas que gestam

1 Os termos “pessoas que gestam”, “pessoas com capacidade de gestar” e “pessoas com útero” têm sido utilizados por movimentos de luta pela legalização do aborto para designar homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias e com outras identidades de gênero como sujeitos/as de direitos reprodutivos, assim como as mulheres cis. O termo “meninas” tem sido empregado para tornar visível os desafios à saúde sexual e reprodutiva deste grupo, dada a alta ocorrência de violência sexual e gestações entre menores de 14 anos no Brasil, consideradas indicadores de profundas desigualdades sociais. Segundo dados do governo federal, somente em 2023, 12 mil meninas entre 8 e 14 anos gestaram e pariram, a maioria negras (UOL, 2024).

não têm as mesmas oportunidades para agenciar suas trajetórias reprodutivas. A partir de uma perspectiva interseccional, o paradigma da Justiça Reprodutiva enfatiza que assimetrias estruturais relacionadas a gênero, raça, geração, classe, território etc. têm impactos determinantes nessas trajetórias. Desemprego, baixos salários e acesso precário a serviços públicos essenciais afligem desproporcionalmente mulheres negras e moradoras de periferias (Criola, 2021), expondo-as a situações de precariedade, violência e exclusão, o que afeta diretamente sua capacidade de decidir se, quando e como ter filhos e criá-los. Assim, o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos é impedido ou prejudicado pelos múltiplos obstáculos que sociedades desiguais impõem a populações racializadas e empobrecidas. Por isso, a perspectiva da Justiça Reprodutiva é estratégica para as lutas por direitos humanos em contextos de favelas no Brasil.

Negligência nos serviços de planejamento reprodutivo, pré-natal e parto

A pesquisa “Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da Maré?” revelou que as moradoras enfrentam múltiplos obstáculos para acessar serviços de saúde e exercer sua autonomia reprodutiva. O primeiro desafio é a escassez de tempo devido às longas jornadas de trabalho. Como mostram os dados da fase quantitativa da pesquisa, 44% das respondentes já deixaram de ir a uma unidade básica de saúde quando desejaram ter ido. As principais razões apontadas são falta de tempo (19%), conflito armado na região (13%) e falta de confiança nos serviços (11%). Além disso, há dificuldades como peregrinação entre serviços, problemas no SISREG, longas esperas, falta de medicamentos e atendimentos hostis. A precarização das políticas aprofunda desigualdades sociais, ao criar um ciclo de adoecimento e sobrecarga para essas mulheres, que são as principais responsáveis pelo cuidado de crianças, idosos e doentes.

Tal cenário tem impactos diretos na saúde sexual e reprodutiva das moradoras. Além da ausência de educação sexual integral em casa e na escola, muitas enfrentam barreiras recorrentes para acessar consultas ginecológicas nos serviços de saúde, como cancelamentos inesperados, falta de médicos e de insumos necessários para a realização de procedimentos, e a falta de dinheiro para deslocamentos e exames. A privacidade nos atendimentos também é um problema, com muitos relatos de exposição de informações sensíveis por parte de profissionais, afetando a confiança nos serviços de saúde e afastando as mulheres do cuidado necessário. Esses problemas deixam as mulheres sem o suporte necessário para viver sua sexualidade de forma segura, induzem à automedicação e podem resultar em gravidezes inesperadas, exposição a infecções sexualmente transmissíveis, ausência de diagnósticos precoces e gestações de risco.

A dificuldade de acesso a consultas ginecológicas e orientação contraceptiva é reportada por mulheres de todas as idades, mas sobretudo pelas jovens. Como não há indicação no SUS para a realização de exame preventivo e mamografia antes dos 25 anos, isso é usado como justificativa pelos serviços da Maré para negar consultas ginecológicas como um todo, deixando essa faixa etária sem qualquer assistência. Isso é especialmente grave se considerarmos que 49% das mulheres na comunidade têm o primeiro filho entre 13 e 17 anos, conforme revelado pela pesquisa. A média de idade ao ter o primeiro filho na Maré é de 18 anos, bem inferior à média nacional, que é de 27,7 anos, segundo dados de 2020 do IBGE (Agência Gov., 2024).

A gravidez na adolescência (de 10 a 19 anos) é mais comum em regiões periféricas, refletindo e aprofundando desigualdades sociais. Associada à baixa escolaridade, renda e acesso precário à saúde e contracepção, ela aumenta a mortalidade materna, gera complicações obstétricas e dificulta a continuidade dos estudos e a inserção no mercado de trabalho. Além disso, há maior reincidência de gravidez em até dois anos após o término de uma gestação na adolescência, ampliando a dependência financeira e os riscos socioeconômicos das jovens (Fernandes et al., 2019; Damasceno et al., 2024).

A omissão na atenção primária à saúde sexual e reprodutiva coloca obstáculos ao uso de contraceptivos pelas moradoras, que relatam experiências negativas devido à indisponibilidade dos métodos desejados e dificuldades no uso. A laqueadura é um desejo comum, mas de difícil acesso, o DIU de cobre é pouco ofertado, e o implante subcutâneo, a pílula de baixa dosagem e o DIU hormonal não são disponibilizados nos serviços da Maré. O uso da camisinha é raramente mencionado e com frequência é percebido como ineficaz, sobretudo devido à recusa dos parceiros e ao receio das mulheres de serem estigmatizadas ao buscar preservativos nas Clínicas da Família.

O acesso ao pré-natal na Maré varia em qualidade: algumas gestantes relataram um atendimento satisfatório, enquanto outras enfrentaram demora, falta de médicos e desorganização, levando algumas a buscarem acompanhamento fora da comunidade. Mesmo quando tiveram experiências positivas no pré-natal, as moradoras da Maré enfrentam desafios no parto, onde a qualidade do atendimento “depende do plantão”. Relatos de violência obstétrica são frequentes, incluindo falta de acompanhamento médico durante o trabalho de parto, recusa de analgesia, desqualificação das queixas e preferências das gestantes e violência verbal. Embora algumas tenham tido partos tranquilos, essas boas experiências são atribuídas à “sorte”, o que é um indício da inconsistência dos serviços.

Em suma, a pesquisa evidencia que as mulheres da Maré enfrentam barreiras estruturais no acesso e na qualidade dos serviços de planejamento reprodutivo, pré-natal e parto, o que dificulta sua autonomia sobre seus corpos e escolhas reprodutivas. A falta de tempo, a insegurança na região, a dificuldade de acesso e uso de métodos contraceptivos e a precariedade dos serviços de saúde resultam em gestações inesperadas, inconsistência na assistência pré-natal e violência obstétrica. Além de evidenciar práticas discriminatórias contra as moradoras de favelas, a negação dos direitos sexuais e reprodutivos aprofunda desigualdades sociais e econômicas.

Aborto: criminalização e insegurança

O aborto é uma experiência comum na vida reprodutiva das mulheres e pessoas que gestam, com cerca de 73 milhões de procedimentos anuais no mundo (OMS, 2024). No entanto, sua prática é influenciada por normas jurídicas e morais, embora haja uma tendência global de flexibilização das leis, e em muitos lugares as restrições ainda são significativas (*Center for Reproductive Rights*, 2023). Organismos internacionais alertam que legislações restritivas comprometem a dignidade, a saúde e a igualdade, levando a abortos inseguros, que resultam em milhares de mortes e complicações de saúde. Esses impactos recaem sobretudo sobre grupos marginalizados, aprofundando as desigualdades sociais (*Center for Reproductive Rights*, 2023; Singh et al., 2018; Fusco; Silva; Andreoni, 2012).

No Brasil, o aborto inseguro é uma das principais causas de mortalidade materna, afetando desproporcionalmente mulheres pretas e indígenas (Cardoso; Vieira; Saraceni, 2020; Observatório Obstétrico, s/d), que também enfrentam condições mais precárias no acesso a cuidados pós-aborto (Goes, 2018). Por isso, a luta pelo direito ao aborto deve ser compreendida dentro da perspectiva da Justiça Reprodutiva: não se limita à legalização do procedimento, mas busca garantir que todas as pessoas que gestam tenham de fato condições adequadas para tomar decisões sobre seus corpos, independentemente de raça, classe ou localização geográfica.

Apesar da criminalização, as Pesquisas Nacionais do Aborto (PNA) de 2010, 2016 e 2021 estimam que 500 mil abortos são realizados anualmente no Brasil (Diniz et al., 2016). Em 2021, 1 em cada 7 mulheres fez aborto até os 40 anos, e muitas passaram pelo procedimento mais de uma vez, refletindo condições persistentes de vulnerabilidade social (Diniz et al., 2023).

Com o intuito de compreender em que contexto e condições as mulheres abortam, a pesquisa “Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da Maré?” replicou a metodologia da PNA e estimou que 1

em cada 6 moradoras fez aborto até os 40 anos, incidência maior que a nacional, o que está associado a fatores já mencionados, como falta de acesso a consultas ginecológicas e orientação contraceptiva, entre outros.

8 a cada 10 mulheres que já fizeram aborto na Maré têm filhos (79%). Sendo mães antes ou depois do aborto, essas mulheres compreendiam o significado da maternidade e, por diversas razões, optaram por não seguir com a gestação, uma decisão de cuidado consigo mesmas e com suas famílias. Esse dado evidencia que aborto e maternidade não são incompatíveis; ao contrário, frequentemente fazem parte de uma mesma trajetória reprodutiva. Mais da metade das mulheres que abortaram na Maré (53%) utilizaram medicamentos, uma taxa superior à registrada pela PNA em 2021 (39%) (Diniz, 2023). No entanto, 4 a cada 10 mulheres da Maré (39%) que abortaram foram hospitalizadas para finalizar um aborto, proporção um pouco menor que a da PNA 2021 (43%).

Foram frequentes os relatos de abortos incompletos, hemorragias e infecções, além de desorientação e desespero. O medo do estigma e da punição impediu muitas de buscarem ajuda médica. Mesmo quando procuraram atendimento hospitalar, foram quase sempre recebidas com negligência e maus-tratos. Nesse contexto, o aborto se torna uma experiência marcada pelo risco, insegurança e desamparo, condições evitáveis para aquelas que podem pagar por métodos seguros ou vivem em contextos de maior justiça reprodutiva.

Maternidades marginalizadas

O paradigma histórico de controle da natalidade de mulheres pobres, negras e periféricas no Brasil (Brasil, 1993; Berquó, 1993; Brandão; Cabral, 2021a, 2021b) revela desigualdades profundas no direito à maternidade e no seu exercício. Mattar e Diniz (2021) destacam a existência de “hierarquias reprodutivas”, em que certas formas de maternidade são mais legitimadas socialmente do que outras. Fatores como raça, classe social, idade e estado civil influenciam tanto a aceitação da

maternidade quanto o acesso a direitos reprodutivos. No topo dessa hierarquia estão mães heterossexuais, brancas e de classe média/alta, cuja maternidade é valorizada, enquanto mulheres negras, pobres, jovens e solteiras enfrentam barreiras para cuidar de seus filhos.

Ao longo da pesquisa, identificamos três principais formas pelas quais as hierarquias reprodutivas marginalizam as maternidades faveladas na Maré: a vulnerabilidade de crianças e jovens à violência armada, resultando em ferimentos e mortes, o risco de perda da guarda dos filhos, e a sobrecarga materna, intensificada pela ausência de suporte estatal e social.

A violência armada do Estado e de grupos civis vítima sistematicamente jovens negros em favelas, expressão brutal da criminalização e marginalização das maternidades negras e periféricas (Afonso dos Santos, 2023). Diante da perda de seus filhos, essas mães iniciam uma luta por justiça, memória e reparação, um ativismo marcado pelo sofrimento e pelo adoecimento físico e mental, que inclui depressão, estresse pós-traumático e doenças crônicas (Araújo; Souza; Silva, 2022). Ao denunciarem o assassinato de seus filhos e a omissão do Estado, que perpetua a violência e a impunidade, essas mães transformam sua dor em resistência, construindo uma gramática contra-hegemônica de direitos humanos para a proteção da vida negra (Afonso dos Santos, 2023).

Essas perdas não são apenas individuais, mas também coletivas, já que as mulheres relatam que a dor e o trauma gerados pela violência e pela negligência estatal são comuns no território, afetando o tecido social e emocional das comunidades. O risco de perda da guarda dos filhos representa uma forma de criminalização de certas maternidades, especialmente aquelas marcadas pela pobreza, pelo uso de drogas e por questões de saúde mental. Nesses casos, as noções de “vulnerabilidade” e “risco” são frequentemente mobilizadas para justificar processos sumários de separação entre mães e filhos (Alves; Rui, 2022), sem que sejam oferecidos suportes adequados para essas mulheres. Além disso, enfrentam a falta de moradia, a exposição à violência e barreiras no acesso a serviços essenciais, como saúde e assistência social. O medo

da violência obstétrica e da esterilização forçada, combinado com as dificuldades em manter vínculos com os filhos, torna a tarefa de cuidar de si mesmas e de suas famílias ainda mais desafiadora.

Por fim, a sobrecarga materna foi bastante elaborada por nossas interlocutoras, emergindo como um tema central na pesquisa, e mereceu um olhar mais aprofundado. O trabalho reprodutivo, que engloba atividades domésticas e de cuidado, é essencial para a manutenção da vida, mas historicamente desvalorizado e atribuído às mulheres, especialmente negras, reforçando desigualdades de gênero, raça e classe (Araujo et al., 2021; Uhde, 2016). Essa sobrecarga não se restringe às mães, atingindo também outras mulheres da família, especialmente em contextos de maior precarização da vida, onde a carência de políticas públicas que redistribuam essas responsabilidades impede a transferência parcial do cuidado para a esfera pública (Guimarães, 2024).

A falta de políticas eficazes de cuidado, como creches em tempo integral, assistência para idosos e pessoas com deficiência e programas de nutrição escolar, limita a participação das mulheres no trabalho, na educação e no lazer, agravando a chamada “pobreza de tempo” (Itaboraí, 2016). Sendo uma questão de justiça social que impacta diretamente no bem-estar coletivo, o cuidado deve ser tratado como um bem público, com responsabilidades compartilhadas entre Estado, famílias e mercado (Batthyány, 2015).

Nesse sentido, não há Justiça Reprodutiva sem políticas de cuidado. A perspectiva integral e interseccional dessa justiça coloca o cuidado — tanto das cuidadoras quanto das pessoas por elas assistidas — no centro das estratégias para garantir direitos sexuais, reprodutivos e sociais. Assim, a pesquisa buscou entender como as mães da Maré vivenciam esse processo: quem cuida, quem é cuidado e em quais condições.

No conjunto de favelas da Maré, a insegurança econômica, o abandono paterno, infraestrutura inadequada de creches, saneamento básico, transporte e segurança geram uma sobrecarga materna significativa, tornando a rede de apoio familiar, composta principalmente por avós, filhas e irmãs, essencial para a manutenção do cuidado de crianças,

idosos e pessoas com deficiência. Além disso, é bastante comum que as mães que trabalham fora paguem a outras mulheres para tomar conta das crianças, levá-las e buscá-las na escola, que não funcionam em horário integral. Se por um lado, isso é o que permite a manutenção do emprego, por outro, tem grande impacto no orçamento domiciliar.

Entre as moradoras, a experiência da maternidade é atravessada de forma determinante pela violência urbana armada. Ser mãe nesse contexto significa viver em constante estado de alerta, preocupando-se com a segurança dos filhos diante da presença de grupos civis armados e das frequentes operações policiais. Cuidar da família em meio a um cenário de violência e morte impacta profundamente as formas de manutenção da vida, redefinindo o próprio significado do cuidado do outro e de si (Jorge, 2023) — não apenas como uma tarefa cotidiana, mas como um ato de sobrevivência. Assim, várias moradoras consideram que cuidar bem das crianças é mantê-las dentro de casa e nunca deixá-las desacompanhadas nas ruas da favela, ou ainda, matriculá-las em escolas de outros bairros.

Esse contexto de insegurança pública e escassez intensifica a pressão sobre as mães para criar filhos saudáveis. O controle moral sobre a maternidade, reforçado por normas comunitárias e instituições do Estado, impõe um ideal de sacrifício materno e estigmatiza a participação das mulheres em atividades de lazer, como o baile funk, alimentando uma lógica de acusação — as “mães de verdade” e as que “deixam os filhos largados” — que as mantém sob constante julgamento (Fernandes, 2017).

Diante desse cenário, muitas mães expressam exaustão, culpa e sofrimento mental. A maternidade na Maré é vivida como um desafio contínuo, marcado pela insegurança, pela privação de tempo e pela luta diária para equilibrar trabalho, cuidado e sobrevivência. À vista disso, consideramos importante perguntar às nossas interlocutoras como elas cuidam de si ou se eram cuidadas por alguém, uma questão que gerou estranhamento para muitas delas e que fez emergir outros sentidos do cuidado em contextos periféricos.

Na Maré, o cuidado de si é frequentemente ausente das narrativas das mulheres, que se veem mais como provedoras de cuidado do que como receptoras. A sobrecarga do trabalho reprodutivo e a falta de tempo livre limitam suas possibilidades de autocuidado, tornando o lazer e o descanso praticamente impensáveis. Para muitas, cuidar de si está atrelado à saúde, beleza, lazer, descanso, estudo, atividades lúdicas e espiritualidade, mas a maioria não tem condições de priorizar essas práticas.

Ser mãe no conjunto de favelas da Maré implica em equilibrar maternidade, trabalho e sobrevivência em um contexto de escassez e insegurança. A luta dessas mulheres por direitos reprodutivos e condições dignas de vida é, também, uma luta pelo reconhecimento do cuidado como responsabilidade coletiva. Enquanto políticas públicas efetivas não forem implementadas, a maternidade na Maré continuará sendo marcada por injustiças estruturais, mas também por formas de resistência que reafirmam a centralidade do cuidado na luta por direitos e justiça social.

REFERÊNCIAS

- AFONSO DOS SANTOS, Milena. *Maternidade negra interrompida: contribuições de mães de vítimas do genocídio antinegro para uma gramática contra-hegemônica de direitos humanos*. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- AGÊNCIA GOV. *Projeção do IBGE mostra que população do país vai parar de crescer em 2041*. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 27 set. 2024.
- ALVES, Ariana; RUI, Taniele. *Gestionary administrar la vulnerabilidad de las mujeres en situación de calle: vínculos entre género, trayectoria de calle, drogas e maternidades*. Encuentros Latinoamericanos (Montevideo), v. VI, 2022, p. 118-136.
- ARAUJO, Anna Bárbara; MONTICELLI, Thays; ACCIARI, Louisa. *Trabalho doméstico e de cuidado: um campo de debate*. Tempo Social, v. 33, 2021, p. 145-167.
- ARAÚJO, Verônica Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos; SILVA, Vera Lucia Marques. *Eles vão certos nos nossos filhos: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, 2022, p. 1327-1336.
- CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. *Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?*. Cadernos de Saúde Pública 36 suppl 1: e00188718, 2020.
- CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. *Abortion Rights Are Advancing Across the Globe*. 2023. Disponível em: <https://reproductiverights.org/abortion-rights-advancing-across-globe/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

- CRIOLA. *Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva*: 2020-2021. Rio de Janeiro: Criola, 2021.
- DAMASCENO, Ana Alice de Araújo; CARDOSO, Marly Augusto; MINA study working group. *Parturientes adolescentes em Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil*: características socioeconômicas e obstétricas. *Ciência & Saúde Coletiva* 29: e02812023, 2024.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. *Pesquisa Nacional de Aborto*. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 15, Supl 01, 2010, p. 959-966.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. *Pesquisa Nacional de Aborto 2016*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, 2016. p. 653-660.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. *Pesquisa Nacional de Aborto — Brasil, 2021*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, 2023, p. 1601-1606.
- FERNANDES, Camila. *Figuras da causação*: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- FERNANDES, Fábila Cheyenne Gomes Moraes; SANTOS, Emelynne Gabrielly de Oliveira; BARBOSA, Isabelle Ribeiro. *A idade da primeira gestação no Brasil*: dados da pesquisa nacional de saúde. *Journal of Human Growth and Development* 29.3, 2019, p. 304-312.
- FUSCO, Carmen L. B.; SILVA, Rebeca de Souza; ANDREONI, Solange. *Unsafe abortion*: social determinants and health inequities in a vulnerable population in São Paulo, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, 2012, p. 709-719.
- GOES, Emmanuelle F. *Racismo, aborto e atenção à saúde*: uma perspectiva interseccional. Tese (Doutorado Saúde Pública) — Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

- GUIMARÃES, Nadya Araujo. *A “crise dos cuidados” e os cuidados na crise: refletindo a partir da experiência brasileira*. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2024, p. 1-22.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo nas famílias brasileiras. In: *Uso do tempo e gênero*, 2016, p. 101-137.
- JORGE, Andreza. A morte. In: *Pandemia Crítica* 84. 2023. Disponível em: https://issuu.com/n-1publications/docs/pandemia_cr_tica_84. Acesso em: 7 out. 2024.
- REDES DA MARÉ. *Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da Maré?* Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2024.
- ROSS, Loretta J. *Reproductive justice as intersectional feminist activism*. Souls, v. 19, n. 3, 2017, p. 290.
- SINGH, Susheela; REMEZ, Lisa; SEDGH, Gilda; KWOK, Lorraine; ONDA, Tsuyoshi. *Abortion worldwide 2017: uneven progress and unequal access*. 2018.
- UHDE, Zuzana. *Social bias within the institution of hired domestic care: Global interactions and migration*. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 4, 2016, p. 682-707.
- UOL. *ONU cobra Brasil por aborto legal após 12 mil meninas serem mães em 2023*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/V47tZ>. Acesso em: 27 set. 2024.

8

GRUPOS DE MÃES DO RJ

UMA EXPRESSÃO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA E DO ENFRENTAMENTO AO LUTO

Eblin Farage

Thais Gomes

Júlia de Moraes Gomes

Melissa Guimarães Pereira Muniz

Se é verdade que a violência atravessa o cotidiano dessas mulheres, e é o principal ponto de convergência entre elas. É também verdade que é a partir da violência, que elas passam a se mobilizar em torno da justiça por seus filhos. Com isso, não estamos dizendo aqui, que todas as mulheres, inclusive dentre as que ouvimos, converteram-se prontamente em ativistas ou militantes políticas, em *stricto sensu*. Mas que de

alguma forma, a violência sofrida por elas aguça a percepção de que: i) o trauma que viveram não se trata de um problema individual, ii) estar próxima de outras mães/familiares que enfrentam o mesmo sofrimento, pode contribuir para superar as dificuldades cotidianas, como a prisão, as sequelas físicas, ou a perda de alguém tão amado, como um filho.

Quando perguntadas sobre quem chegou para apoiá-las após a vitimização dos filhos, parte delas relata ter tido apoio, seja de uma organização no território que as reconhece, um agente público com quem tiveram contato em algum momento, uma instituição que reconheceu a gravidade de seu caso via uma matéria jornalística etc. De modo geral, esses contatos promovem a tecitura de uma rede de solidariedade, e que tem, talvez como o exemplo mais bem acabado, os movimentos de mães e familiares de vítimas contra violência do Estado.

Além de espaços de solidariedade, essas redes se configuram enquanto espaços de associativismo político, de mobilização pelo direito à memória, verdade, justiça e não repetição, e da criação de novas metodologias de reelaboração do luto e de manutenção da vida: “Manutenção da vida de alguns familiares, que após um momento de suspensão do cotidiano, encontram novos sentidos para sobreviver. Manutenção da vida de sujeitos pretos e periféricos, quando essas metodologias alimentam diferentes mecanismos de proteção coletivos e formas de acesso à justiça” (Silva, 2021, p. 20).

Quando perguntadas sobre o porquê da participação nesses espaços, as respostas são muitas, mas, de modo geral, circundam na capacidade de acolher umas às outras, ao passo que acolhem a si mesmas: “Vou porque nos momentos em que há muita dor, eu escuto uma outra mãe que está numa situação mais difícil que a minha, e acolho ela”; “vou porque aprendo alguma coisa nova, que acho que pode fortalecer a luta de nós mães”, porque “tenho uma experiência política que acredito que possa contribuir com as outras mulheres”.

No tocante a isso, parte das mulheres que ouvimos, atualmente, além de fazerem parte do grupo de Mulheres em Movimento da Maré, compõe a RAAVE — Rede de Atenção Às Pessoas Afetadas pela Violência¹, através de um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fomentado pelo Ministério da Justiça. O objetivo deste projeto, é contribuir com a promoção de políticas públicas pelo fim das violências protagonizadas pelo Estado, a partir das experiências dessas mulheres, e suas capacidades de articulação política e de elaboração de novas metodologias de atuação. Nessa rede, elas contribuem para o acolhimento de outras mães e familiares que passaram pelo mesmo trauma que elas, e fomentam juntas a possibilidade de uma sociedade em que outras mulheres-mães, não passem pela mesma dor e sofrimento que elas passam.

Assim, em um esforço de dar visibilidade aos diferentes grupos que se organizam em torno da violência armada do Estado, buscando reparações ao irreparável, buscando direitos, depois de tantos já negados, elencamos os grupos de mães, mulheres e organizações do Rio de Janeiro. Após, uma lista com mais de uma dezena de outros movimentos, espalhados Brasil afora, a demonstrar, que a ação violenta do Estado, e a política de (in)segurança pública, apesar de absurdamente violenta no Rio de Janeiro, também se reproduz em outros estados.

1 A RAAVE é fruto de uma articulação entre a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com instituições de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais de favelas e 12 grupos que promovem atenção psicossocial através de atendimentos individuais e coletivos e outras atividades com pessoas afetadas pela violência institucional.

QUADRO 1 _LISTA DE MOVIMENTOS DO RIO DE JANEIRO

MOVIMENTO/ORGANIZAÇÃO	CONTEXTO DE SURGIMENTO
Associação de Mulheres Guerreiras (AMUGUE) Petrópolis/RJ	Morena, como é conhecida, não sabia como chegar a um presídio, tampouco emitir a carteirinha para visitar seu filho, uma vez que os presídios ficam a mais de 100 km de Petrópolis/RJ. A partir da sua dor, começou a ajudar outras mulheres que estavam passando pela mesma situação. Hoje, a AMUGUE atende a diversos municípios do Estado, com prioridade de atendimento a Petrópolis e Região Serrana. Em 2017, foram cerca de 800 atendimentos presenciais, na sede da COMAC, onde o projeto é desenvolvido. Estes atendimentos consistem em auxiliar na documentação necessária para a expedição da carteira de visitante, localização do preso, orientação acerca da “sucata” e “custódia”, bem como vestimenta adequada para cada presídio/penitenciária.
Frente Estadual pelo Desencarceramento Rio de Janeiro Rio de Janeiro/RJ	A Frente Estadual Pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro (FRENTE-RJ) foi fundada em janeiro de 2017. No lançamento, cerca de 100 organizações da sociedade civil, incluindo movimentos sociais de familiares e sobreviventes do cárcere, se reuniram para discutir a situação de violência estrutural promovida pelo Sistema Prisional no estado, depois de participarem no I Encontro Nacional pelo Desencarceramento no ano anterior.
Mães da Maré Rio de Janeiro/RJ	Coletivo mães da Maré surge em 2019, a partir de um conjunto de casos de ação violenta do Estado no conjunto das 16 favelas da Maré.

DESCRIÇÃO DO GRUPO (COMO SE APRESENTA NAS MÍDIAS)

O objetivo da AMUGUE é diminuir a dor da família, sobretudo da mulher, mãe, filha e filhos que têm um parente preso. Estes estão sob a tutela do Estado; e cumprem suas penas. Mas aqui fora, centenas de pessoas sofrem, muitas vezes, sem culpa do erro cometido pelo familiar. Atuamos também de forma preventiva junto aos filhos menores destes presos, matriculando-os em cursos de informática, dança, teatro, reforço escolar, judô, inglês, futebol e qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho como jovens aprendizes. Já para as mulheres, ofertamos curso de Costura e Informática para buscarem uma nova perspectiva de vida.

REDE SOCIAL: https://www.instagram.com/amugue_guerreira/.

FONTE: <https://www.comac.org.br/projeto/amugue/16>. Acesso em: 10 mar. 2025.

A FRENTE-RJ tem como missão o enfrentamento ao encarceramento em massa e às mazelas geradas pelo cárcere, a partir das experiências concretas das pessoas que tiveram suas vidas impactadas pelo Estado penal, atuando para denunciar o projeto racista, genocida e cisheterossexista levado a cabo pelo sistema de justiça. Nosso objetivo principal é o fortalecimento da luta das pessoas que sobreviveram ao cárcere e seus familiares.

Gestamos coletivamente estratégias de denúncia às graves violações de direitos humanos que ocorrem no cárcere, interpelando os atores do sistema de justiça e promovendo mobilizações através de campanhas de advocacy e litigância estratégica. Buscamos promover informações sobre direitos e funcionamento do sistema de justiça, desenvolvendo estratégias de comunicação para denunciar o cárcere enquanto violência de Estado.

REDE SOCIAL: <https://www.instagram.com/desencarcerarj/>.

FONTE: https://wikifavelas.com.br/index.php/Frente_Estadual_pelo_Desencarceramento_-_RJ#. Acesso em: 10 mar. 2025.

O grupo, inicialmente impulsionado por Bruna Silva, Irone Santiago e Claudia, se constituiu por um pequeno número de mães, que se juntaram para dar visibilidade às ações violentas do Estado na Maré. O coletivo passou por diferentes fases, e está em processo de rearticulação.

QUADRO 1 _LISTA DE MOVIMENTOS DO RIO DE JANEIRO (CONT.)

MOVIMENTO/ORGANIZAÇÃO	CONTEXTO DE SURGIMENTO
Mães de Manguinhos Rio de Janeiro/RJ	O Coletivo Mães de Manguinhos se formou com o aumento de homicídios praticados pelo Estado do Rio de Janeiro no contexto da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016). Realizamos mobilizações por direito à memória, verdade, justiça, reparação e a responsabilização dos agentes violadores. As Mães de Manguinhos dedicam-se ao acolhimento de mulheres negras, especialmente mães e familiares de vítimas da violência do Estado, por meio de ações de apoio, trocas e fortalecimento coletivo na elaboração do luto e na inserção nas lutas sociais.
Movimento Candelária Nunca Mais Rio de Janeiro/RJ	Na noite de 23 de julho de 1993, oito jovens entre 11 e 19 anos foram brutalmente assassinados em frente à Igreja Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Policiais abriram fogo contra mais de 70 pessoas que estavam em situação de rua na porta da igreja, o caso foi conhecido mundialmente como Chacina da Candelária. Após o ocorrido surge o movimento de resistência chamado “Candelária Nunca Mais”, em defesa da vida das crianças e adolescentes, em especial essas que são vítimas da violência, intolerância, discriminação, crueldade, opressão e do racismo estrutural.
Movimento Mães de Acari Rio de Janeiro/RJ	O crime, conhecido como Chacina de Acari, mobilizou o movimento Mães de Acari logo após o desaparecimento de 11 pessoas, sequestradas por um grupo de extermínio no município de Magé, na Baixada Fluminense, em 1990. Os corpos nunca foram encontrados e, 34 anos depois, a grande maioria das famílias não obteve o direito à emissão das certidões de óbito das vítimas. As Mães de Acari abriram caminhos para a luta contra o extermínio das juventudes negras e violência policial.

DESCRIÇÃO DO GRUPO (COMO SE APRESENTA NAS MÍDIAS)

O Coletivo Mães de Manguinhos é um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos/RJ, que têm filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado. O coletivo realiza mobilizações por direito à memória, verdade, justiça, reparação e a responsabilização dos agentes violadores.

REDE SOCIAL: <https://www.instagram.com/maes.de.manguinhos/?hl=pt>.

FONTES: <https://rioonwatch.org.br/?p=76654>.

<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/coletivo-maes-de-manguinhos-em-parceria-com-o-nucleo-de-atencao-psicossocial-a-afetados-pela-violencia-de-estado-napave/>.

https://wikifavelas.com.br/index.php/Coletivo_M%C3%A3es_de_Manguinhos. Acesso em: 10 mar. 2025.

Na madrugada de 23 de julho de 1993, em frente à Igreja da Candelária, policiais abriram fogo contra mais de 70 crianças e adolescentes.

REDE SOCIAL: <https://www.instagram.com/movimentocandelaria/>.

FONTE: <https://cedecarj.org.br/27-anos-candelaria-nunca-mais/>.

Acesso em: 10 mar. 2025.

FONTE: <https://criola.org.br/caso-maes-de-acari-em-decisao-historica-corte-interamerica-de-direitos-humanos-da-oea-anuncia-sentenca-que-considera-o-estado-brasileiro-culpado/#>. Acesso em: 10 mar. 2025.

QUADRO 1 _LISTA DE MOVIMENTOS DO RIO DE JANEIRO (CONT.)

MOVIMENTO/ORGANIZAÇÃO	CONTEXTO DE SURGIMENTO
Movimento Mães sem Fronteiras Chapadão/RJ	O movimento Mães Sem Fronteira foi encabeçado por Glaucia Santos, Moradora do Chapadão, após ela ter perdido seu filho Fabrício, vítima de Violência policial. Segundo Gláucia, o nome “Mães sem fronteiras”, advém do fato de que não existe fronteira territorial para acolher uma mãe que teve seu filho vitimado.
Movimento Moleque Rio de Janeiro/RJ	Em 2003, Mônica Cunha fundou o “Movimento Moleque”, uma organização para mães de crianças que foram ameaçadas, atacadas ou mortas pela polícia. O Movimento Moleque é parte da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, uma organização que dá apoio a pessoas que são vítimas de violência estatal ou policial, e para seus familiares. A Rede nasceu a partir de uma chacina há 12 anos, no Morro do Borel. A primeira mobilização recebeu o nome de “Posso Me Identificar”. Foi uma chacina na qual foram assassinados cinco jovens que não tiveram nem condições de se identificar. O Movimento atua contra a redução da maioridade penal, contra a revista vexatória, a favor dos direitos humanos e dos direitos dos adolescentes e seus familiares.
Mulheres Cuidando e Movimentando Territórios (MCMT) Rio de Janeiro/RJ	Nasceu na região Metropolitana do Rio de Janeiro, com o objetivo de lutar pelo direito à vida, principalmente quando se trata dos direitos das crianças e dos adolescentes e mulheres que sofrem violações de seus direitos.
Mulheres em Movimento da Maré Casa das Mulheres da Maré Rua da Paz, Parque União/Maré – Rio de Janeiro	O grupo Mulheres em Movimento da Maré nasce em 2023. Na busca por justiça, diante do cenário de tantas violências. Inicialmente tendo como objetivo unificar mães que tiveram seus filhos vitimados pela violência armada do Estado, e que haviam participado do grupo Mães da Maré.

DESCRIÇÃO DO GRUPO (COMO SE APRESENTA NAS MÍDIAS)

REDE SOCIAL: <https://www.instagram.com/maessemfronteira0414?igsh=MXN4dTlveGVvaWpvZQ%3D%3D>.

“Movimento Moleque” é uma organização fundada em 2003 por Mônica Cunha, que se dedica a auxiliar mães de crianças que foram ameaçadas, atacadas ou mortas pela polícia.

FONTE: https://wikifavelas.com.br/index.php/Movimento_Moleque.
Acesso em: 10 mar. 2025.

Nasceu na região Metropolitana do Rio de Janeiro, com o objetivo de lutar pelo direito à vida, principalmente quando se trata dos direitos das crianças e dos adolescentes e mulheres que sofrem violações de seus direitos. Ampliando o autocuidado e assegurando o direito de sobrevivência a essas mulheres e famílias! O coletivo acredita que essas movimentações nos trará condições de melhoria diante dessa realidade territorial.

REDE SOCIAL: <https://www.instagram.com/coletivo.mcmt/>.

Um grupo de mulheres que buscou a organização coletiva como sinônimo de “sair do casulo” (sic), e pautar uma transformação por meio de reivindicações coletivas. Diante a violência as mulheres/mães encontram-se com quadro constante de depressão e solidão, o grupo tem como objetivo ser o lugar de potencializar as lutas que atravessam todas essas mães, e como um espaço de acolhimento. Aos poucos passou a acolher outras mulheres, vítimas de outras negligências do Estado, e hoje se organiza no Espaço da Casa das Mulheres da Maré da Redes da Maré.

REDE SOCIAL: <https://www.instagram.com/redesdamare/>.

QUADRO 1 _LISTA DE MOVIMENTOS DO RIO DE JANEIRO (CONT.)

MOVIMENTO/ORGANIZAÇÃO	CONTEXTO DE SURGIMENTO
Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência Rio de Janeiro/RJ	Diante de um histórico de intervenções violentas das forças de segurança nos territórios de favelas e periferias do Rio de Janeiro, destaca-se o protagonismo de familiares de vítimas nas denúncias de violações de direitos humanos, em sua maioria mulheres negras que tiveram seus filhos, irmãos, maridos, sobrinhos ou netos executados ou desaparecidos durante incursões ou ocupações militarizadas. São mulheres que tornam-se protagonistas da luta por justiça, exigindo do Estado a devida reparação pelas perdas, mas também lutando pela descriminalização de seus entes queridos, visto que os mesmos morrem acusados de serem bandidos/ traficantes que estavam trocando tiros com a polícia. Além da peregrinação pelas diferentes instituições responsáveis pela execução ou pela mediação dos inquéritos policiais e dos processos judiciais dos respectivos casos de homicídio, elas também precisam administrar as consequências das mortes no interior das famílias.
Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência da Baixada Fluminense Rio de Janeiro/RJ	Quando, em 2005, policiais assassinaram 29 pessoas e feriram outras duas, entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, no episódio que ficou conhecido como a maior chacina do estado, a Chacina da Baixada, um grupo de mães e familiares dessas vítimas resolveu consolidar uma rede de luta e resistência. Isso não apenas para reclamar a morte de seus familiares e em tese cobrar a responsabilização dos agentes e do próprio estado, mas também para acolher outras mães e familiares que viessem a passar pela mesma situação de perda.

DESCRIÇÃO DO GRUPO (COMO SE APRESENTA NAS MÍDIAS)

A Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência é composta majoritariamente por familiares de vítimas de violência institucional, além de atender demandas de coletivos formados por moradores de favelas que buscam apoio quando algum morador ou moradora é executado durante uma ação da Polícia Militar ou da Polícia Civil.

REDE SOCIAL: https://www.facebook.com/redecontraviolenciarj/?locale=pt_BR.

FONTE: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/rede-de-comunidades-e-movimentos-contraviolencia-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Promover debates e rodas de conversas em espaços públicos e privados *on-line* e presencial, articular incidências políticas em outros municípios, construir e estruturar cursos e capacitações para as mães e familiares com temas como: sustentabilidade, conhecimentos jurídicos e sociais, autocuidado, conhecimentos de Redes sociais, tecnologia e informática. O recurso garantirá o espaço comunitário de escuta, apoio e cuidado às mulheres na região da Baixada, tão marcada pela violência.

REDE SOCIAL: <https://www.facebook.com/redemaesefamiliaresdabaixadafluminense/>.

FONTE: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/rede-de-maes-e-familiares-de-vitimas-de-violencia-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Lista de Movimento de Mães e Familiares do Brasil

- Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo (AMAFVV)
- Associação de Amigos/as e Familiares de Presos/as (AMPARAR)
- Associação Entre Elas defensoras de direitos humanos do Amazona
- Associação de Familiares de Presos de Rondônia (AFAPARO)
- Coletivo Desmilitariza Filhos Roubados Mães Dizimadas
- Coletivo de Familiares de Santa Catarina
- Coletivo de Mães de Manaus
- Coletivo Mães de Brumado Bahia
- Coletivo de Familiares de Vítimas do Acre
- Coletivo de Mães e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade de Rondônia
- Coletivo de Luto à Luta
- Coletivo de Familiares de Pessoas Privadas da Liberdade Bahia
- Coletivo Saudade de Sergipe (Coletivo de Mães e Vítimas de Violência Policial)
- Coletivo Saudade
- Movimento Mães de Maio do Cerrado
- Movimento Mães em Luto da Zona Leste SP
- Movimento de Mães e Familiares do Curió
- Núcleo de Mães Vítimas de Violência
- Coletivo Mães do Xingu
- Mães Pela Paz Goiás
- Rede Nem uma Vida a Menos
- Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará
- Coletivo Saudade de Sergipe (Coletivo de Mães e Vítimas de Violência Policial)
- Coletivo Saudade
- Mães da Saudade (PE)

- Mulheres Arteiras Sergipe
- Frente Estadual de Desencarceramento Sergipe
- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
- Rede Vozes Negras Pelo Clima
- Rede Viva de Mulheres de Florianópolis (SC)
- Coletiva Banzeiro Feminista do Amazonas
- Frente Estadual pelo Desencarceramento do Amazonas
- Frente Estadual pelo Desencarceramento do Piauí
- Frente Estadual pelo Desencarceramento de Pernambuco
- Frente Distrital pelo Desencarceramento
- Mães de Maio (SP)

Alguns desses coletivos se organizam de forma articulada, assim como participam dos Encontros Anuais da Rede Nacional de Mães e Familiares de Terrorismo do Estado, que em 2025 irá realizar o seu VIII encontro nacional. Porém, apesar de um conjunto de iniciativas que se organizam pelo Brasil, o debate sobre a violência armada do Estado, os assassinatos de jovens negros e pobres, ainda necessita de uma maior articulação nacional, que busque, de forma coletiva, a construção de uma agenda de mobilização e reivindicação, que pressione o poder público. Para isso, a visibilidade dessa luta é fundamental, o que cabe, não apenas aos familiares de vítimas, mas essencialmente ao conjunto da sociedade.

REFERÊNCIA

SILVA, Thais Gomes da. *Combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer*: a memória como ferramenta de manutenção da vida. Orientadora: Miriam Krenzinger. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2021.

9

OFICINAS QUE CONSTROEM CAMINHOS PEDAGÓGICOS PARA O TRABALHO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DO ESTADO

Eblin Farage

Anna Beatriz Vieira da Fonseca

Bruna Lira Ventura Ribeiro

Júlia de Moraes Gomes

Marcos Paulo Henriques Maricato

Melissa Guimarães Pereira Muniz

Náthaly D'Almada do Espírito Santo

Rayane da Silva Oliveira Damasceno

Renan Silva Gomes

Tirza Costa de Castro

Thaís Moreira Henuud

Vanice Hilário Ferreira

Com o objetivo de socializar parte da metodologia desenvolvida com o grupo Mulheres em Movimento da Maré, escolhemos o roteiro de 10 oficinas que foram preparadas pela equipe de pesquisadores/extensionistas do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da Universidade Federal Fluminense (UFF), ao longo dos anos de 2023 e 2024. Essas oficinas são apenas uma expressão de diferentes formas de realizar o trabalho de educação popular na busca de potencializar o protagonismo das mulheres.

Além das atividades realizadas no espaço da Redes da Maré ou na Casa das Mulheres da Maré, foram realizadas várias atividades culturais formativas e de lazer, externas, possibilitando que as mulheres circulassem pela cidade do Rio de Janeiro, na perspectiva de contribuir para a ampliação do tempo-espaço. Nessa área, as atividades com maior repercussão e interesse das mulheres foram: a visita ao Bondinho do Pão de Açúcar; a ida ao Cristo Redentor; visita ao Jardim Botânico; ida a teatro e museus da cidade do Rio de Janeiro.

Outro aspecto muito abordado e desenvolvido no trabalho com as mulheres é o fortalecimento da identidade racial, assim como a participação em atividades de luta por direitos, em especial os referentes à busca por reparação por parte do Estado e as atividades de visibilidade das atrocidades vivenciadas pelas mulheres e suas famílias. Nesse campo, merecem destaque: a participação na Marcha das Mulheres Negras e Caribenhas; a visita à exposição de Carolina Maria de Jesus no Museu de Arte do Rio de Janeiro; a participação em audiência pública sobre a violência armada do Estado junto ao Ministério Público do Rio de Janeiro; a participação em reunião com representante da ONU na Maré; a participação nas audiências de julgamento de policiais acusados pelo assassinato de crianças e adolescentes de mães que se organizam em outras favelas do Rio de Janeiro, no Seminário Nacional Fazendo Gênero e no Encontro Nacional de Familiares Vítimas de Violência do Estado, que acontece anualmente. Além de participação em atividades no Rio de Janeiro e em Brasília, na luta pela ACP das Favelas e da ADPF nº 635, respectivamente.

Além dessas atividades, as integrantes do grupo Mulheres em Movimento da Maré participam de inúmeras atividades organizadas pela Redes da Maré, como: o Seminário de Educação; o Congresso de Segurança Pública; o Seminário de Trabalho Social em Favelas; a inauguração do memorial das vítimas de Covid-19 da Maré.

A articulação entre experiências formativas, culturais, de lazer e mobilização, mediadas pelos processos de educação popular, acabam por contribuir para que as mulheres expandam sua visão de mundo, ampliando perspectivas e redimensionando a dor e o luto. Apesar da dor insuperável e irreparável que elas vivenciam, a busca pelo reconhecimento do Estado, através de ações judiciais, acaba sendo um importante horizonte de mobilização. Também compõem esse horizonte, sendo ativamente buscada pelas mulheres, a retomada da vida, com o retorno aos estudos, a busca por cursos de formação e outros espaços que ocupem o tempo, que ampliem possibilidades de acesso a direitos e que possibilitem algum nível material de melhora da vida.

Nesse caminho, que não deixa de ser uma certa reconstrução da vida, o retorno aos estudos é um elemento central. A ampliação da perspectiva de terminar o ensino fundamental e médio, e para algumas, o desejo de acesso ao ensino superior, passam a ser metas mobilizadoras na tentativa de não restringir a vida à violência extrema sofrida. E, assim, o tempo-espaço das mulheres vai se ampliando, não apenas na perspectiva de ‘dominar’ a cidade, mas também de reinventar a vida nas diferentes dimensões.

OFICINA 1 – O QUE SOMOS E O QUE QUEREMOS SER?

METODOLOGIA E DINÂMICA:

- Apresentação da proposta de trabalho do dia.
- Abertura com o poema “Celebração da voz humana/2” de Eduardo Galeano, convidando as mães/mulheres a fazer de sua voz a potência de uma outra realidade, como diz o poema: “quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for”.
- Divisão em pequenos grupos de mulheres para refletir: O que sua voz tem a dizer? O que são e o que querem ser as mulheres que estão se reunindo aqui na Redes da Maré?
- Cada grupo foi acompanhado de um/a pesquisador/a do NEPFE, que registrou as falas de cada mulher em papel. Após o trabalho em grupo, uma mulher do grupo apresentou, para o coletivo, as reflexões.

OFICINA 2 – O QUE É FAVELA?

OBJETIVO:

A oficina tem por objetivo trabalhar com as mulheres as suas representações sobre o que é a favela. Ao mesmo tempo, confrontar suas representações com o que a grande mídia passa que é favela e também com as definições oficiais sobre esse território, como a do IBGE. Identificar os estereótipos e estigmas da sociedade sobre esse território, e as implicações para o acesso a direitos. Ao final, sistematizar a visão delas sobre a favela, buscando identificar o quanto incorporam a visão hegemônica sobre esse território e seus moradores, inclusive na forma de se portar. Também tem por objetivo trabalhar a fala, o tempo de fala, o exercício da escuta e a construção de argumentos.

DINÂMICA:

1. Apresentação da proposta de trabalho do dia.
2. Abertura com música.
3. **DINÂMICA:** o que é FAVELA?

Dinâmica de chuva de ideias, com as seguintes regras:

- Cada uma vai poder falar, em um tempo de 2 min, o que entende por favela.
- No centro da roda, no chão, uma folha com a pergunta: o que é favela?
- Nessa oficina foi considerada a dinâmica aprendida na Oficina de Comunicação não violenta, na qual todas aprenderam a respeitar a fala da outra e a ouvir, falando apenas no seu tempo. Assim, se no momento da fala de alguma das mulheres, outras começaram a falar, elas devem levantar a mão até que haja o retorno ao silêncio e o respeito à fala.

PASSO A PASSO:

1ª PARTE: Todas devem estar em círculo e começar a falar sua percepção sobre a favela.

- Enquanto as mulheres falam suas percepções sobre o que é favela, vão sendo registradas no quadro as principais questões levantadas.

2ª PARTE: Dividir as mulheres em pequenos grupos.

- Cada pequeno grupo é acompanhado de um/a pesquisador/a.
- Nos grupos menores, as mulheres vão, a partir do que está explicitado no quadro, ver com o que concordam e com o que discordam.
- Trazer novos apontamentos sobre a favela.
- Tudo deve ser registrado no papel.
- Uma das mulheres apresenta para todo o grupo o que discutiram.

3ª PARTE: Apresentação de imagens sobre a favela, que estão na mídia e falas de políticos, assim como a definição de favela do IBGE.

4ª PARTE: Finalização da atividade, sistematizando a percepção delas com o que passa na grande mídia e vira senso comum e com o que é incorporado por elas na prática da vida cotidiana. Pensar para mudar!

OFICINA 3 – RESCATANDO MEMÓRIAS E ESCRIVÊNCIAS

OBJETIVO:

A oficina tem por objetivo trabalhar com as mulheres as memórias sobre a favela e suas histórias pessoais e coletivas no território. Ao trazer os elementos da história, dialogar sobre as mudanças na favela, as marcas ao longo da vida, as construções coletivas e as experiências construídas. Partindo da perspectiva da “escrevivência”, conforme cunhado por Conceição Evaristo, reconstruir histórias e potencialidades das mulheres, apontando para o futuro a ser construído.

DINÂMICA:

1. Apresentação da proposta de trabalho do dia.
2. Abertura com Música: Eu só quero ser feliz!
3. **DINÂMICA:** Resgatando memórias: marcas da vida (boas e ruins) e as “escrevivências”.

Dinâmica com as seguintes regras:

- Cada uma vai poder falar, em um tempo de 2 min.
- No centro da roda, no chão, estará uma folha com a pergunta: quais são suas memórias mais marcantes?
- Nessa dinâmica terá que ser respeitada a dinâmica aprendida na Oficina de Comunicação não violenta, na qual todas aprenderam a respeitar a fala da outra e ouvir, falando apenas no seu

tempo. Assim, se no momento da fala de alguma das mulheres, outras começarem a falar, elas devem levantar a mão até que haja o retorno ao silêncio e o respeito à fala.

Segundo Conceição Evaristo, o termo “escrevivência” traz a junção das palavras “escrever e vivência”, mas a força de sua ideia não está somente nessa aglutinação; está na genealogia da ideia, como e onde ela nasce e a que experiências étnicas e de gêneros está ligada, explicou a escritora e educadora. “A escrevivência não é a escrita de si, porque essa se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade”. A “escrevivência” carrega a escrita da coletividade.

PASSO A PASSO:

1ª PARTE: Em pequenos círculos vamos construindo as memórias e registrando em papel.

2ª PARTE: Cada pequeno grupo apresenta as principais memórias, o que mais marcou na história da outra ou na sua própria história.

3ª PARTE: Em círculo, com a dinâmica do barbante, cada uma vai falar algo que traz de sua história para partilhar com o grupo. Explicitando como sua “escrevivência” pode colaborar na construção do coletivo.

OFICINA 4 – MEMÓRIAS DA FAVELA

OBJETIVO:

Como continuidade da oficina anterior, denominada “Resgatando Memórias e escrevivências”, a presente oficina tem por objetivo trabalhar, com as mulheres, as memórias sobre a favela e suas histórias pessoais e coletivas no território. A partir do contato com as histórias de Carolina Maria de Jesus em seu livro “Quarto de Despejo — diário de uma favelada”; com as histórias de Conceição Evaristo em seu livro

“Becos da Memória” e da “escrevivência”, conforme cunhado por essa última autora, reconstruir histórias e potencialidades das mulheres, apontando para o futuro a ser construído. Aproximar o trabalho de resgate de memórias à materialidade do seu registro, a partir dos livros mencionados anteriormente e do livro *Por que não me sinto segura dentro da minha própria casa?*, de Maria Ramos.

DINÂMICA:

1. Apresentação da proposta de trabalho do dia.
2. Abertura com Música: Tocando em frente (Almir Sater).
3. **DINÂMICA:** Resgatando memórias da favela.

PASSO A PASSO:

1ª PARTE: Apresentar os três livros que permeiam essa oficina: 1) “Quarto de Despejo — diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus; 2) “Becos da Memória”, de Conceição Evaristo; 3) “Por que não me sinto segura dentro da minha própria casa?”, de Maria Ramos. Apresentar os livros e ler trechos do livro 1 (p. 78-88) e do livro 2 (p. 23).

2ª PARTE: Em dupla ou individualmente fazer um pequeno registro em papel de alguma memória da sua vida na favela que te marcou (não pode ser o dia ou o evento que levou seu ente querido).

3ª PARTE: Cada uma apresenta sua memória.

4ª PARTE: Em círculo, cada uma comenta o que mais lhe marcou da história da outra.

Fechamento com reflexões do que podemos construir com nossas memórias, para que servem? O que podemos e devemos potencializar? Para que servem?

OFICINA 5 – PARTICIPAÇÃO

OBJETIVO:

Partindo da compreensão de que a participação exige uma dimensão individual e outra coletiva, quando se trata de grupos localizados em territórios de favela, e considerando a história de participação e mobilização da e na Maré, contribuir para reflexões sobre as diferentes formas de participação. Assim, a oficina tem por objetivo contribuir para que as Mulheres em Movimento da Maré reflitam sobre as diferentes formas de participação social, considerando a diversidade de possibilidades, desvelando novos desafios participativos e amadurecendo as formas de participação que o próprio grupo pode desenvolver. Refletir que a PARTICIPAÇÃO sempre tem dimensões, como: representação e formação.

DINÂMICA:

1. Apresentação da proposta de trabalho do dia.
2. O que vocês entendem por PARTICIPAÇÃO? (em círculo).
3. Resgatando memórias de participação da favela (em grupo).
4. Passar *slides* com imagens de participação.
5. Passar o documentário: “Hiato”¹.
6. O que significa a participação do Mulheres em Movimento da Maré em eventos? Como deve ser? O que devemos considerar?

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UHJmUPeDYdg>.

PASSO A PASSO:

1ª PARTE: No primeiro momento, após a apresentação da proposta, perguntar para as mulheres: o que vocês entendem por participação? Utilizar o quadro para o registro das respostas.

2ª PARTE: Em grupo, pedir para fazerem memória de um evento de participação que marcou a Maré e/ou que tenha marcado a cidade. Os pesquisadores do NEPFE devem auxiliar o grupo no registro das memórias. O desafio é que cada grupo só pode relatar para o grupão apenas 1 história, então devem fazer escolhas.

3ª PARTE: Após passar o slide e o documentário “Hiato”, perguntar: o que vocês viram no filme? Como a mídia relatou aquela ação? Aparece a preparação para o ato? Refletir sobre a IMPORTÂNCIA do planejamento e do cuidado com o que aparentamos para fora. Qual a imagem que queremos passar?

4ª PARTE: Como deve ser o processo de participação do Mulheres em Movimento? Individual? Representativo? Quais os critérios de participação?

OFICINA 6 – CONHECIMENTO E FAVELA

OBJETIVO:

Partindo da compreensão de que o conhecimento é tudo que aprendemos, conhecemos, vivenciamos, percebemos, produzimos, ou seja, que sabemos, quando se trata de grupos localizados em territórios de favela, essa percepção de conhecimento é distinta e distante. Também é desafiador, em territórios populares, diferenciar a percepção imediata, do conhecimento que considere as múltiplas determinações. Assim, a oficina tem por objetivo contribuir para que as Mulheres em Movimento

da Maré reflitam sobre conhecimento, considerando quais as definições possíveis, qual sua importância, refletindo sobre quem produz conhecimento e quais pessoas produzem conhecimento na/sobre/para a favela da Maré.

METODOLOGIA:

O debate sobre conhecimento, produção do conhecimento e conhecimentos diferentes será dividido em duas oficinas: a primeira, Conhecimento e Favela, e a segunda, Conhecimento e Universidade. A dinâmica incluirá atividades disparadoras de reflexão, músicas e imagens que envolvam as mulheres nos objetivos propostos na oficina.

DINÂMICA:

- Abrir o encontro com uma música.
- Apresentação da oficina: falar dos objetivos das duas oficinas e como será a dinâmica dos encontros. Proposta de atividade na UFF.
- Desenvolvimento da oficina.

PASSO A PASSO:

1ª PARTE: acolhimento — abrir o encontro com música e café da manhã.

2ª PARTE: apresentação da oficina “Conhecimento e Favela”.

3ª PARTE: desenvolvimento da oficina.

- Perguntas geradoras: o que é conhecimento para vocês? Onde está o conhecimento? Como ter conhecimento?
- Colocar as perguntas escritas em um papel pardo.
- Passar uma parte da entrevista de Antônio Bispo falando sobre o que é conhecimento.

- O que tem na Favela que só quem reside sabe, e quem não é “cria”, não sabe?
 - Resgatar o que as mulheres falaram sobre a favela nas oficinas sobre O que é Favela e Memórias da Favela, para serem colocadas no chão da sala e motivar a dinâmica sobre o que tem na favela, como é a favela.
- Como apresentar a favela e o coletivo, a vida e a superação?
 - Auxiliar na construção da narrativa sobre a Favela que o grupo Mulheres em Movimento da Maré apresentará na UFF no dia da atividade de maio.

OFICINA 7 – CONHECIMENTO E UNIVERSIDADE

OBJETIVO:

A partir da compreensão de que a Universidade, apesar de pública, ainda representa um espaço distante da realidade de muitos indivíduos que habitam em territórios de favelas, busca-se por meio dessa oficina fomentar reflexões acerca desse espaço. Além disso, visa contribuir para que as Mulheres em Movimento da Maré reflitam a respeito das formas de conhecimentos e representações que são produzidas com relação às favelas.

METODOLOGIA:

O debate sobre conhecimento, produção do conhecimento e conhecimentos diferentes será dividido em duas oficinas: a primeira, Conhecimento e Favela, e a segunda, Conhecimento e Universidade. A dinâmica envolverá atividades disparadoras de reflexão, músicas e imagens, que envolvam as mulheres nos objetivos propostos na oficina.

DINÂMICA:

- Abrir o encontro com uma música.
- Apresentação da oficina: falar dos objetivos das duas oficinas e como será a dinâmica dos encontros.
- Desenvolvimento da oficina.

PASSO A PASSO:

1ª PARTE: acolhimento: abrir o encontro com música e café da manhã.

2ª PARTE: apresentação da oficina “Conhecimento e Universidade”.

3ª PARTE: desenvolvimento da oficina.

- Perguntas geradoras: O que é Universidade? O que significa para vocês?
 - Colocar as perguntas escritas em um papel pardo.
- Quem produz conhecimento sobre a favela?
 - Preparar um slide que tenha a imagem de capas de livros escritos por moradores de favelas e pessoas com reconhecido envolvimento com os territórios; passar o filme “5 vezes favela — agora por nós” mesmos do Cadu Barcellos; imagem de grupos de favela (escolher um clipe de algum grupo/pessoa de favela para passar).
- Aonde as mulheres se viram representadas na mídia, nos filmes, nas músicas, nos escritos, em novelas?
 - Anotar o que elas falarem.
- A forma como a sociedade, a mídia e também a universidade representam a favela e seus moradores.
 - Fazer uma montagem com manchetes de jornal, fotos de cenas de filmes etc. que reproduzam a imagem estereotipada e estigmatizada sobre a favela.

- A Universidade reconhecendo os diferentes saberes: o título Honoris Causa.
 - O que é?
 - Quem já recebeu (mostrar em slide imagens de pessoas que já receberam o título e que podem ter identidade com as mulheres)

OFICINA 8 – OFICINA DE ACOLHIMENTO DE DIA DAS MÃES

OBJETIVO:

Para a realização dessa oficina, partimos dos acúmulos anteriores onde dialogamos, com as mulheres, sobre conhecimento e suas diferentes formas. Partindo dos atravessamentos pelas diversas violências cotidianas e dos processos de luto, compreendemos a importância de trabalhar o acolhimento por conta da proximidade com o dia das mães. Considerando a intensificação das operações policiais na Maré, o acolhimento, o autocuidado e a escuta se impuseram como tema para a preparação desta oficina. A oficina, em especial por tratar do dia das mães, foi programada com leveza e cuidado, ressaltando a importância do autocuidado, da participação, do conhecimento e da importância dos espaços de acolhida.

MATERIAIS UTILIZADO NA OFICINA:

- Óleos essenciais;
- Difusor e essências;
- Velas aromatizantes;
- Músicas;
- Caixinha com frases selecionadas (lidas em voz alta por cada uma).

OFICINAS 9 e 10 – CULTURA E FAVELA

OBJETIVO:

A cultura é um elemento multifacetado, contudo, também pode ser um elemento que reforça estereótipos e visões de determinado grupo social, pois é mediada pela conformação das classes e das disputas políticas e sociais postas em uma determinada conjuntura. Nesse sentido, o intuito da oficina é trabalhar a cultura na e da favela em dois aspectos: a cultura enquanto expressão artística e a cultura enquanto possibilidades de leitura de mundo, a fim de refletir sobre as formas que impactam o cotidiano das favelas e de seus moradores, considerando as diversas formas que se materializam no, a partir de, e sobre o território.

METODOLOGIA:

Com o objetivo de envolver as mulheres que participam do Coletivo Mulheres em Movimento da Maré, vamos trabalhar a cultura a partir das expressões artísticas e, também, a partir dos sentidos que produz no cotidiano da favela. Nesse sentido, o objetivo é despertar as participantes para o potencial de produção da favela e, ao mesmo tempo, trabalhar a dimensão ideológica que a cultura cumpre no processo de estereotipação e estigmatização dos territórios periféricos e favelados e de seus moradores. Visões impulsionadas pela mídia comercial, pelo pensamento conservador e pelas disputas entre os grupos sociais, e que acabam fomentando políticas públicas. Assim, contribuir para a identificação de aspectos da cultura da e na favela e, deste modo, contrapor-se à cultura produzida para a favela e sobre a favela, que acabam por conformar os distintos territórios da cidade, impulsionando a segregação política, social e econômica dos moradores da favela.

Para isso, considerando a metodologia da educação popular e a construção dialógica da dinâmica formativa, vamos partir de perguntas geradoras que impulsionem as mulheres a refletir sobre cultura, cultura

da favela, cultura sobre a favela. O diálogo será fomentado com as seguintes questões:

- O que é cultura para você?
- O que tem de cultura na Favela?

As respostas explicitadas pelas mulheres vão compor um registro, realizado pelos mediadores, e que ficará exposto durante a oficina para, posteriormente, ser sistematizado.

DINÂMICA:

- Abrir o encontro com uma música.
- *Slides* com fotos que recuperem cenas de filmes que reforcem este-reótipos da favela.
- Filme “5 vezes favela — agora por nós mesmos”, de Cadu Barcellos.
- Poesia.
- Desenvolvimento da oficina.

PASSO A PASSO:

1ª PARTE: acolhimento: abrir o encontro com música.

2ª PARTE: apresentação da oficina “Cultura e Favela”.

3ª PARTE: desenvolvimento da oficina.

4ª PARTE: finalizar com música (Arlindo ou Seu Jorge).

- Perguntas geradoras: o que é cultura para vocês? O que é cultura na favela? Como vocês a enxergam dentro do território?
 - Colocar as palavras escritas em um papel pardo.
- Passar o vídeo do Cadu.
- Passar os *slides*.
- Poesia sobre cultura na favela.

10

A INCIDÊNCIA POLÍTICA QUE BUSCAMOS

CAMINHOS DE MOBILIZAÇÃO

Eblin Farage

Thais Gomes

Um dos principais desafios quando movemos pessoas e coletivos contra a ordem estabelecida, contra o *status quo* da sociabilidade imposta pelo capitalismo, é pensar alternativas, que ao fim e ao cabo, buscam mitigar uma realidade desigual e injusta, que deveria ser transformada. Assim, temos a absoluta convicção de que nenhum protocolo, nenhuma forma de reparação, é capaz de ‘reparar’ a perda de uma vida. Mas concretamente, para as mães, em sua maioria mulheres negras, de baixa escolaridade, e com um conjunto de outras negações de direitos ao longo da vida, cobrar do Estado, políticas públicas de atenção, é essencial.

Nesse sentido, a Redes da Maré, trabalha o conceito de incidência política, na dimensão de a partir de ações locais, dialogar com a estrutura social que conforma a sociedade, e que relega aos territórios de favela, políticas públicas de baixa qualidade, política de segurança

pública violenta, ausência de equipamentos e políticas públicas, e criminalização e estigmatização dos moradores. Com a incidência política, nas várias áreas que perpassam a vida dos moradores da Maré, busca-se contestar as inúmeras negligências do Estado, assim como mobilizar moradores para a exigência de direitos básicos, como garantido em outros territórios da cidade.

Uma das principais expressões da incidência política é a Ação Civil Pública (ACP) das Favelas e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 (ADPF das Favelas), que ao tratar de assuntos que parte da realidade local, tendem a contribuir para criar jurisprudência para outros territórios, cidades e até mesmo para todo o país. A potencial dessas ações, explica a recusa, a lentidão e as resistências para sua aprovação, por alguns setores da sociedade.

Nessa direção, ao final de nossas entrevistas, perguntamos a elas, com base em suas experiências, nas violências vividas, e no contato com outras mulheres, se elas pensavam em políticas, ações ou projetos que deveriam ser criados com foco em mulheres como elas. A partir desse diálogo, elencamos, a seguir, algumas proposições elaboradas a partir das falas das Mulheres da Maré.

Na área da assistência social e saúde

- Elaboração de um projeto de lei que estipule a criação de um fundo para a reparação psíquica, social e econômica para mães e familiares vítimas da violência do Estado.
- Construção de políticas públicas que garantam atendimento psicossocial com específica atenção aos familiares de vítimas de Violência no Estado do Rio de Janeiro, executadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e em interface com o Sistema Único de Assistência (SUAS).

- Aprovação do PL 2999/2022¹, que cria a “Lei Mães de Maio” e que estabelece um Programa de Enfrentamento aos impactos da violência institucional e revitimização de mães e familiares das vítimas e/ou vítimas sobreviventes de ações violentas, por meio da atenção social integral.

Acesso à Justiça e Segurança Pública

- Implementação de todas as determinações expressas na Ação Civil Pública (ACP) da Maré.
- Implementação de todas as determinações expressas na ADPF nº 635.
- Elaboração com participação popular, de uma política pública que garanta perícia independente, autônoma, e com regime público de contratação.
- Elucidação de todos os casos de violência letal no Rio de Janeiro, apresentados ao Ministério Público nos últimos 20 anos.
- Implementação da Sentença no caso Favela Nova Brasília *vs* Brasil².
- Implementação da Sentença no caso Leite de Souza e outros *vs* Brasil³, conhecida como Sentença das Mães de Acari.
- Aprovação do PL nº 4471/2012⁴, que trata de procedimento de perícia, exame de corpo delito, necropsia e da instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resultar morte ou lesão corporal.

1 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2343051#>. Acesso em: 12 mar. 2025.

2 Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

3 Disponível em: <https://sites.usp.br/netiusp/pt/caso-leite-de-souza-e-outros-vs-brasil-a-responsabilidade-internacional-do-brasil-pelo-desaparecimento-de-jovens-negros-na-favela-de-acari>. Acesso em: 12 mar. 2025.

4 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Sensibilização e mobilização social

- Desenvolvimento de estratégias comunicacionais, que contribuam para romper com a estigmatização e criminalização de pessoas negras e moradores de favelas e periferias, que foram vitimados pela violência de Estado e de seus familiares.
- Incentivo a proliferação de intervenções mnemônicas no espaço físico no Conjunto de Favelas da Maré, que reforcem a defesa do direito à vida no território e a luta por memória e justiça.

Na área educacional e cultural

- Criação de programas públicos de incentivo a educação formal das mães, assim como incentivo cultural para contribuir na ampliação do tempo-espaço.

Em síntese, pensar políticas públicas, que mitiguem a situação das mães e familiares, que uma vez atingidos pela brutalidade da violência armada do Estado, tem sua condição de vida piorada em todos os sentidos e dimensões, mas em especial no que tange a saúde. O adoecimento acaba por impactar outras áreas da vida das mulheres, como o trabalho, em alguns casos, comprometendo sua condição de sustentabilidade. Uma mãe, que teve seus filhos assassinados, carrega as amarras e as marcas dessa perda, o que demanda atenção especializada, uma vez que para muitas, a simples rotina de ir e vir para o trabalho, de entrar e sair da favela, já desestabiliza emocionalmente.

Conceição Evaristo, costuma dizer que a população negra e indígena e que vive nas periferias urbanas e rurais deste país, tem uma marca, que ela chamou de “pulsão de vida”.

Uma marca que atravessa populações, que seguem vivas, criativas, pulsantes, mesmo diante de todas as tecnologias construídas a fim de aniquilá-las. Não se trata de uma força romântica, mas de uma força que nos realoca, apesar das dores e da negação dos direitos, para a pavimentação da estrada dos que virão depois de nós (Evaristo, 2016, p. 114).

Os relatos narrados neste trabalho nos colocam diante da dor latente de mulheres que carregam em seus corpos, uma ferida aberta, incurável. Dor que adoce a alma, entristece, mas que também faz mal para o corpo.

Como vimos nas histórias narradas, o trabalho é uma marca comum em suas trajetórias. Nesse sentido, todas elas também dividiram conosco, as dificuldades enfrentadas após a vitimização de seus filhos, para seguirem ativas. A chegada da depressão, das crises de ansiedade, a intensificação dos problemas com hipertensão arterial, dentre tantos outros sintomas físicos e psíquicos, tornaram-se rotina, de acordo com todas elas.

No entanto, é a partir das redes de solidariedade que acessam, que elas passam a nutrir forças para refazerem seus cotidianos apesar da dor. Todas as mulheres com quem conversamos, nos trouxeram aspirações de futuro, de sonhos, de “pulsão de vida”.

Eu conheço Bernardo [neto], mas ele ainda não me conhece, ele ainda é muito pequeno, e eu quero que ele me conheça, e eu quero conviver muito tempo com ele ainda, para poder contar para ele a história do pai dele, sabe? Contar as muitas coisas que o pai dele fez. (Neilde Barcelos)

Quando da entrevista, Hortencia estava há dias de sua formatura no Ensino de Jovens e Adultos. Irone está concluindo o ensino médio e prestará vestibular, assim como Vânia e Margareth. Bruna, Jaqueline e Hortencia, também integram a RAAVE. Neilde, contou que mudou de posto de trabalho na Redes da Maré, e hoje atua no Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça, num ofício onde se sente acolhida, e onde pode também acolher o outro.

Como dito por Conceição Evaristo, quando a dor as encosta, enquanto um olho chora, elas teimam a espiar com o outro a solução. Seja na luta intransigente pela justiça, na fé em algo imaterial, e que nutre a esperança no reencontro, no ombro amigo nas redes de solidariedade, no trabalho, nos grupos de mães e familiares, e sobretudo no desejo de criar um outro mundo possível, para os que estão aqui, e para os que virão depois de nós.

REFERÊNCIA

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. 1. ed. — Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Anna Beatriz Vieira da Fonseca

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Anna Karollina Silva Alencar

Mulher negra, Psicóloga, Pedagoga, especialista em Ensino Interdisciplinar sobre Infância e Direitos Humanos (UFG), mestra em Psicologia (UFG) e doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura (UnB). Atua como psicóloga clínica, é sócia do *Chão de Nós* e pesquisadora no campo dos movimentos sociais de mães como estratégias de saúde mental.

Brenda Vitória Pacífico Pinto

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e articuladora da *Casa das Mulheres da Maré*.

Bruna Lira Ventura Ribeiro

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Camila Barros

Assistente Social de formação. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF). Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora na escola de Serviço Social da UFF e Servidora da Secretaria de Assistência Social de Maricá, atualmente cedida para o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, onde atua como pesquisadora.

Carla de Castro Gomes

Doutora em sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora da *Casa das Mulheres da Maré*.

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano

Assistente Social; especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade; mestra e Doutoranda em Serviço Social; professora substituta do Departamento de Fundamentos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Eblin Farage

Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente. Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Serviço Social (PPGSSDR) da UFF. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF. Fundadora da *Redes da Maré*, educadora popular e pesquisadora CNPQ A2.

Eliana Sousa Silva

Fundadora e diretora da *Redes da Maré*, educadora, pesquisadora em segurança pública, curadora e organizadora do *Festival Mulheres do Mundo – WOWRio*, compõe ao lado de Luiz Eduardo Soares a Cátedra Patrícia Acioli – Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, professora no Insper no Centro de Estudos de Cidades (SP) e consultora do Programa de Enfrentamento à Pobreza Extrema da Vale. Recebeu diversos prêmios, entre eles o Itaú Cultural 30 anos (2018) e a Medalha Tiradentes, da Alerj (2022). Doutora Honoris Causa pela *Queen Mary University of London* e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com a tese “O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas”. Catedrática pelo Instituto

de Estudos Avançados (IEA/USP). Em 1984 se elegeu presidente da Associação de Moradores de Nova Holanda. É autora de nove livros, entre eles *Macaé Evaristo: uma força negra na cena política* (2020), *Dores que Libertam: Falas de Mulheres das Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, sobre violências* (2018), *Projeto Aluno Presente: Uma metodologia intersetorial para a garantia do direito à educação de todas e todo* (2017), *A ocupação das favelas da Maré pelo Exército Brasileiro* (2015), *Vivências educativas na Maré: desafios e possibilidades* (2013) e *Testemunhos da Maré* (2012).

Handy Silva Rosa Barbosa

Mãe de dois filhos. Assistente social, pela Universidade Estácio de Sá, pós-graduada em Serviço Social e políticas sociais pela Faculdade EnsinE. Bolsista no projeto Mulheres pelo acesso à justiça da ouvidoria pública do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, trabalha no atendimento de vítimas e familiares de vítimas da violência de Estado no Complexo da Maré, na *Redes da Maré*.

Isabel Barbosa

Cria da Maré. Doutoranda em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/FIOCRUZ), mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH/UFRJ), bacharel em Serviço Social (ESS/UNIRIO) e técnica em Vigilância em Saúde (EPSJV/FIOCRUZ). Articuladora do projeto Mulheres em Movimento da Maré (Redes da Maré), pesquisadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos (UFRJ) e do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ).

Julia Leal

Assistente social e coordenadora da *Casa das Mulheres da Maré*, equipamento da *Redes da Maré*, desde 2019. Doutoranda no programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Júlia de Moraes Gomes

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Luca Renan Ferreira Lima

Psicólogo clínico e social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-graduando em Terapia Sistêmica pela instituição Núcleo Contemporâneo de Psicoterapia. Instrutor de *KemetiC Yoga* pela escola *YogaSkills: School of KemetiC Yoga*, Chicago/EUA, com formação voltada para cuidado de traumas sociorraciais. Atualmente, trabalha no acompanhamento de vítimas e familiares de vítimas da violência de Estado no Complexo da Maré, na *Redes da Maré*.

Marcos Paulo Henriques Maricato

Assistente social formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Serviço Social da UFF e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Marcela Teles Andrade Cardoso

Advogada Criminalista. Responsável pela área de Incidência Política Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça (*Redes da Maré*) e técnica da Frente de Violência Armada. Mestranda em Justiça e Segurança (PPGJS/UFF), Especialista em Advocacia Criminal (UERJ), Pós-graduada em Criminologia (UCAM/RJ). Atua nas áreas de Segurança Pública e Direitos Humanos com enfoque nas temáticas de letalidade policial e tecnologias alternativas de controle social em perspectiva comparada e interseccional.

Melissa Guimarães Pereira Muniz

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Myllenne Fortunato

Cria da Maré, formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Pinheiro Guimarães. Atua há seis anos na *Casa das Mulheres da Maré*, onde atualmente exerce a função de coordenadora. Seu trabalho se concentra na articulação de questões relacionadas à raça, gênero, classe, sexualidade e violência, temas que são também seus principais objetos de pesquisa. Possui especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Saúde pela ENSP-FIOCRUZ e, atualmente, cursa graduação em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Náthaly D'Almada do Espírito Santo

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Rayane da Silva Oliveira Damasceno

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Renan Silva Gomes

Assistente Social formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em Política Social pela UFF, em Educação Profissional em Saúde pela EPSJV/FIOCRUZ e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Tirza Costa de Castro

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Thais Gomes da Silva

Assistente Social formada pela UFF, mestre em Serviço Social pela UFRJ e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social UFRJ. Professora substituta da Escola de Serviço Social da UFF- Niterói, Assessora do Programa de Defensoras/es de Direitos Humanos e Democracia, na ONG Justiça Global.

Thaís Moreira Henud

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).

Vanice Hilário Ferreira

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE).



FOTO: CABILINO

Bruna da Silva



FOTO: CABILINO

Djanicy Conceição Ribeiro (Deja)

Hortencia Alves
dos Santos (Lili)



FOTO: GABRIANO

Irone Maria
Santiago



FOTO: GABRIANO

Jaqueline Tomás
Santos



FOTO: GABRIANO



FOTO: GABI LINO

Margareth Pratti
Vieira



FOTO: GABI LINO

Neilde Gomes
Barcelos



FOTO: GABI LINO

Vania da Silva
Pereira

Abaixo, grupo Mulheres em Movimento da Maré. À direita, grupo Mulheres em Movimento da Maré junto com a equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF.



FOTO: GABRI LINO



FOTO: GABRI LINO

Na foto acima, da esquerda para a direita-parte superior: Ironi, Bruna, Neilde, Margareth, Vania, Hortencia (Lili), Djanice (Deja) e Jaqueline. Parte inferior: Equipe do NEPFE/UFF: Dandara, Julia, Náthaly, Eblin e a assistente social da Casa das Mulheres Isabel.. Na foto à direita, mulheres que realizaram entrevista para o livro em frente a Casa das Mulheres da Maré.





FOTO: GABI LINO



FOTO: GABI LINO

Oficina de Azulejos da Redes da Maré.
Espaço de reconstruir memórias.



FOTO: DOUGLAS LOFES



FOTO: DOUGLAS LOFES

Bruna Silva e sua filha Maria Vitória



FOTO: DOUGLAS LOPES

Oficina sobre Direito ao Luto, Memória e Justiça realizada pelo eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré.



Hortencia (Lili) na oficina de Direito ao Luto, memória e justiça do eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça



FOTO: DOUGLAS LOPES



FELIPE



Por que
alguns nos
consideram mais
do que outros?

2015 AS
VIRAS SANTOS

SELMER
VITÓRIA DA
SERRA PEROLA
MORANGUE
FIO CARIÓTIPO



Manifesto das Mães

As famílias, crianças, jovens e adultos,
moradores e moradoras dos territórios de favelas
têm o direito de sonhar, realizar, progredir,
evoluir e crescer.
Precisamos de respeito, cidadania,
compreensão e compaixão.

Tiram a mira de nossas cabeças, nos deixem
viver para que possamos ter a oportunidade
de contar nossas vidas e viver nossos sonhos.

Não somos alvo!

Não somos caça!

Não olhem para a Maré como se fosse um safari!

Chega de chacina nas favelas,
queremos o direito de ir e vir.
Queremos justiça atuante.

Favela quer vencer.

Vidas negras importam

Clamamos por justiça, educação,

igualdade e reparação.

Nossos mortos têm voz, nossos filhos
têm mães, somos a voz dos nossos filhos.

Nunca vamos desistir de lutar por um Brasil melhor.

Somos mães e estamos vivas.

Vamos contar as histórias dos nossos filhos,

cujas vidas interrompidas, os impediu

de concretizar seus sonhos.

Coletivo Mães da Maré



FOTO: DOUGLAS LOPES

Memorial em Homenagem às Vítimas de Violência Armada na Maré, inaugurado pela Redes em 2022, na Praça da Paz.



FOTO: DOUGLAS LOPES

Oficina de Direito ao Luto, memória e justiça
do eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça,
realizada na Areninha Cultural.



1ª EDIÇÃO abril 2025

IMPRESSÃO meta

PAPEL MIOLO pólen bold 90g/m²

PAPEL CAPA cartão supremo 300g/m²

TIPOGRAFIA heldane, balboa e helvetica neue

Um trabalho que expressa o envolvimento de muitas mulheres da Maré, que não apenas se sensibilizam com a realidade das mulheres vítimas da violência armada do Estado, mas que, em alguns casos, também são vítimas. Por essa razão, a escrita desta obra carrega muitos sentimentos: dor, tristeza, alegria, potência, esperança e luta, vivências que cada uma traz consigo.

Que estas páginas possam ser um convite à reflexão e um chamado à ação, para que a violência do Estado não continue a se repetir sem consequências, e para que a luta dessas mulheres se concretize em transformação social. O reconhecimento dessas histórias como parte da memória coletiva do país é um passo essencial para a construção de um futuro em que a justiça não seja um privilégio, mas um direito acessível a todas.

